

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ESPECIAL
Economia baiana cresce
em 2006 e encerra o ano com
expansão de 2,4% do PIB

154

154

SALVADOR • MARÇO DE 2007

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

RONALD LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

Edmundo Sá Barreto Figueirôa

José Soares Ribeiro

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto

João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Carla Janira Souza do Nascimento

Fabiana Karine Pacheco dos Santos

Joseanie Aquino Mendonça

Nícia Moreira da Silva Santos

Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

REVISÃO

Luís Fernando Sarno

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA

Karol Farias

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2007.

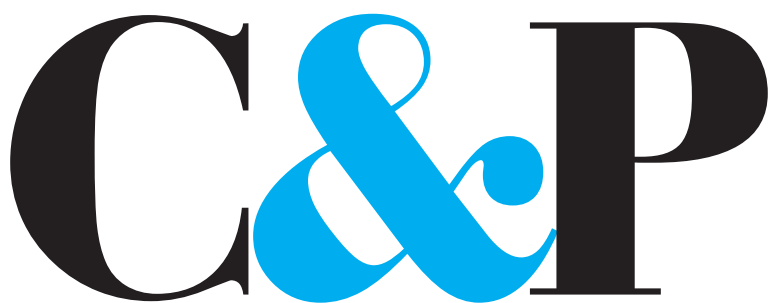
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Economia baiana em 2006 e expectativas para 2007

Carla do Nascimento, Elissandra Brito, Fabiana Pacheco,
João Paulo C. Santos, Joseanie Mendonça, Nícia Santos,
Patrícia Cerqueira

4

Conjuntura Econômica Baiana 16

Especial

Economia baiana cresce em 2006 e encerra o ano
com expansão de 2,4% do PIB

Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti

Ítalo Guanais Aguiar Pereira 26

Artigos

Oportunidades da agroindústria do abacaxi
para Itaberaba

André Pomponet
Célia Regina Sganzerla Santana

32

Biodiesel reanima agronegócio: um ano de boas
perspectivas, embaladas pelas agroenergias

Robenilton dos Santos Luz 39

O mercado de trabalho na Bahia e RMS em 2006

Edelcique Machado 47

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos totalizam

R\$ 9,8 bi 52

Notícias 56

Legislação 59

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 62

Indicadores Sociais 68

Finanças Públicas 74

Carta do Editor

Desde seu primeiro número, em junho de 1994, a revista *Conjuntura & Planejamento* vem se renovando, a fim de proporcionar informação de qualidade aos diversos agentes econômicos e à sociedade. Ao longo desses 13 anos, marca histórica para uma publicação de caráter regional, a C&P passou por mudanças gráficas e de conteúdo editorial.

A busca pela qualidade permitiu a indexação da C&P no *Ulrich's International Periodics Directory* e no *Qualis*, órgãos que avaliam a qualidade das publicações e seu conteúdo técnico-científico.

Dando continuidade a esse processo de modernização, a C&P apresentará uma nova mudança. A partir de abril de 2007 a sua periodicidade será alterada, deixando de ser veiculada mensalmente, para assumir um caráter trimestral. Nessa mudança está prevista, também, a ampliação do seu conteúdo, com a inclusão de novas seções. Nesse sentido, o espaço reservado às análises será aumentado, para que possa ser divulgado um maior e mais diversificado conjunto de informações. Essa alteração possibilitará à equipe de acompanhamento conjuntural da SEI realizar análises mais densas e aprimoradas sobre o desempenho da economia baiana, permitindo uma melhor leitura e interpretação dos seus principais indicadores.

Aproveitamos para informar aos nossos assinantes que os exemplares mensais adquiridos serão convertidos, a partir de junho, para o formato trimestral. Ao mesmo tempo será disponibilizado no site da SEI um boletim com os principais indicadores econômicos e sociais da Bahia, atualizados mensalmente.

Salientamos que o acompanhamento rigoroso e ininterrupto da conjuntura econômica, que tornou a C&P referência na qualidade da informação sobre a economia baiana, será mantido com a nova periodicidade.

Com essa nova mudança, entendemos estar contribuindo para a melhoria sistemática da publicação e contamos com a permanente confiança dos assinantes, colaboradores da comunidade técnico-científica da Bahia, assim como do corpo técnico da SEI, que fizeram da *Conjuntura & Planejamento* uma revista nacionalmente reconhecida.

Economia baiana em 2006 e expectativas para 2007

Carla do Nascimento, Elissandra Brito, Fabiana Pacheco, João Paulo C. Santos, Joseanie Mendonça, Nícia Santos, Patrícia Cerqueira*

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, em 2006, frustrou as expectativas dos analistas mais otimistas, que apostaram em taxas acima de 3%. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse indicador situou-se em 2,9%, sendo propiciado, sobretudo, pelo crescente consumo de bens duráveis por parte da demanda doméstica. Setorialmente, a indústria e a agropecuária pesaram sobremaneira no crescimento da economia brasileira em 2006. Em termos de PIB, a *agropecuária* cresceu 3,2%, a *indústria* 3,0%, e os *serviços* 2,4%. Dentro do setor industrial destacam-se o crescimento da *extrativa mineral* (5,6%) e da *construção civil* (4,5%). No setor de serviços tem-se o crescimento significativo do *comércio* (4,0%).

No setor industrial, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) elaborada pelo IBGE, registrou-se um crescimento na produção física industrial no País de 2,8% em 2006; no ano anterior o resultado foi da ordem de 3,1%. Na composição desse resultado, as atividades que tiveram bons desempenhos e impactaram o desempenho global do indicador foram: *máquinas para escritório e equipamentos de informática* (51,6%); *indústria extrativa* (7,4%); *máquinas e equipamentos* (4,0%); *máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (8,7%); *alimentos* (1,8%); e *bebidas* (7,2%). Os destaques negativos foram: *madeira* (-6,9%); *vestuário* (-5,0%) e *outros produtos químicos* (-0,9%).

Por categorias de uso, a maior taxa observada foi em bens de *consumo duráveis* (5,8%), em consequência do aumento generalizado nos seus diversos subsetores,

principalmente *automóveis* (5,1%) e *eletrodomésticos* (10,0%). O segmento de *bens de capital* também exibiu crescimento acima da média nacional, avançando 5,7%, apoiado principalmente no dinamismo do setor de informática (*bens de capital de uso misto* cresce 11,5%), mas também nos resultados de bens de capital para fins industriais (5,3%) e dos segmentos relacionados à infra-estrutura, como a produção de *máquinas e equipamentos para energia elétrica* (22,2%) e para *construção* (8,2%). Dentre os principais resultados negativos, citam-se os subsetores de *bens de capital agrícolas* (-16,5%) e de *bens de capital para transporte* (-1,6%).

O desempenho do setor industrial nacional é reflexo da manutenção das condições de crédito, da maior estabilidade do mercado de trabalho e do aumento da massa salarial no período, além de se beneficiar do dinamismo das exportações de *commodities*, como é o caso da indústria extrativa (minérios de ferro e petróleo) e da alimentícia (açúcar). O grupo de atividades que se destacou em 2006 possui estreita relação com os crescimentos dos segmentos de bens de consumo duráveis e de bens de capital, principais impulsionadores do índice global.

Considerando-se o comércio exterior, a balança comercial brasileira alcançou US\$ 46 bilhões em 2006, resultado de exportações de US\$ 137 bilhões e importações de US\$ 91 bilhões. As exportações cresceram

* Economistas e membros da equipe técnica da CAC (Coordenação de análise conjuntural).

16% em relação ao mesmo período, ao passo que as importações tiveram aumento de 24%, invertendo a tendência observada nos últimos anos, quando as exportações sempre cresciam acima das importações.

No tocante à atividade agrícola, estimativas do IBGE, por meio do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), apontaram um crescimento da safra 2006 no país em relação à safra 2005 de treze produtos, dentre os vinte cinco produtos analisados: batata-inglesa 2ª safra (7,7%), batata-inglesa 3ª safra (3,3%), café em grão (21,2%), cana-de-açúcar (8,3%), cebola (6,4%), feijão em grão 1ª safra (11,2%), feijão em grão 2ª safra (26,0%), laranja (1,1%), mandioca (3,6%), milho em grão 1ª safra (15,7%), milho em grão 2ª safra (38,7%), soja em grão (2,1%) e sorgo em grão (4,9%).

Entretanto, observou-se variação negativa em: algodão herbáceo em caroço (21,3%), amendoim em casca 1ª safra (13,2%), amendoim em casca 2ª safra (31,2%), arroz em casca (13,0%), aveia em grão (25,8%), batata-inglesa 1ª safra (7,0%), cacau em amêndoa (13,5%), cevada em grão (40,6%), feijão em grão 3ª safra (12,4%), mamona (42,6%), trigo em grão (49,1%) e triticale (26,8%).

A safra total brasileira (primeira, segunda e terceira safras), de cereais, leguminosas e oleaginosas, em 2006, alcançou produção de 116,6 milhões de toneladas, contra 112,6 milhões de toneladas colhidas na safra passada, registrando, portanto, um acréscimo de 3,6%, o que representou um ganho de 4,0 milhões de toneladas entre uma temporada e outra. A área colhida alcançou o patamar de 45,5 milhões de hectares, contra 47,6 milhões de hectares colhidos em 2005, ou seja, um decréscimo de 4,4%. Em termos absolutos, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas ficou assim distribuída pelas Grandes Regiões: Sul, 48,2 milhões de toneladas; Centro-Oeste, 39,7 milhões de toneladas; Sudeste, 15,8 milhões de toneladas; Nordeste, 9,6 milhões de toneladas; e Norte, 3,3 milhões de toneladas.

A área colhida alcançou o patamar de 45,5 milhões de hectares, contra 47,6 milhões de hectares colhidos em 2005

Pelo lado da demanda, observa-se que ocorreu um aumento no consumo por parte dos baianos, que pode ser fundamentado com base nos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Em 2006, o varejo apresentou crescimento de 6,2% para o volume de vendas, e a receita nominal obteve incremento de 7,3%. Por atividades, comparando-se a 2005, os segmentos que compõem o comércio varejista apresentaram os seguintes resultados para o volume de vendas: *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (7,6%); *móveis e eletrodomésticos* (10,3%); *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (17,1%); *equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (30,1%); *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria* (3,7%); *tecidos, vestuário e calçados* (2,0%); e *livros, jornais, revistas e papelaria* (0,5%).

A atividade de *combustíveis e lubrificantes* apresenta, pelo segundo ano consecutivo, resultado negativo no volume de vendas, ao registrar variação acumulada de -8,1% no ano de 2006. O desempenho do segmento de *combustíveis e lubrificantes* deve-se basicamente à racionalização na demanda de combustíveis automotivos, com conseqüente mudança na estrutura de consumo dos produtos do setor, em que o item de maior preço (a gasolina) vem sendo progressivamente substituído pelos mais baratos (álcool e, principalmente, GNV). Este processo, que foi motivado pelos sucessivos aumentos de preços dos combustíveis em geral, vem sendo facilitado pela expansão da oferta de gás veicular e pelo crescimento da frota de carros modelo *flex*.

Por outro lado, fatores como aumento da massa salarial e estabilidade dos preços dos produtos básicos favoreceram o segmento de *hiper e supermercados*, enquanto o ramo de *móveis e eletrodomésticos* foi beneficiado pelas condições favoráveis ao crédito ao consumidor, melhoria do rendimento real dos trabalhadores e queda nos preços devido à concorrência dos produtos importados. Da mesma forma, *outros artigos de uso pessoal e doméstico* foi influenciado pelo comportamento dessas mesmas variáveis.

Algumas perspectivas podem ser colocadas para a economia brasileira em 2007. Em termos de produção agrícola, a segunda estimativa do IBGE para a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas indica uma produção da ordem de 129,4 milhões de toneladas, sendo maior 1,2% que a prevista em janeiro (127,9 milhões de toneladas), e superior em 11,0%

à obtida em 2006 (116,6 milhões de toneladas). Com relação à área plantada, em 2007, apresenta uma retração de apenas 0,1% em relação ao ano anterior, situando-se em 45,4 milhões de hectares. Entre os produtos investigados, a soja e o milho 1ª safra são os que apresentam maiores áreas plantadas, com 20,7 e 9,4 milhões de hectares cultivados em 2007, respectivamente.

Para o setor industrial prevê-se uma acomodação do ritmo de crescimento. Em janeiro de 2007, já descontadas as influências sazonais, a produção industrial registrou variação negativa de 0,3% frente a dezembro de 2006, após uma sequência de três resultados positivos, período em que acumulou crescimento de 1,8%. Na comparação com janeiro de 2006, a indústria assinala avanço de 4,5%. O indicador acumulado nos últimos doze meses (2,9%) fica praticamente igual ao resultado de dezembro (2,8%).

Para o ano de 2007, espera-se uma reversão de tendência de crescimento da economia a partir do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), cujo cerne inclui: investimentos em infra-estrutura; estímulo ao crédito e financiamento; melhora do ambiente de investimento; desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e medidas fiscais de longo prazo.

Dentre as medidas já adotadas ou a serem adotadas no âmbito do PAC citam-se: investimento de R\$ 503,9 bilhões em infra-estrutura nos próximos quatro anos; redução do *spread* básico do BNDES de 1,5% para 0,5% ao ano para projetos de usinas hidrelétricas com potência superior a dois mil MW médios; estímulo ao crédito através de sucessivas reduções da taxa de juros de longo prazo (TJLP) para o financiamento de longo prazo e com isso reduzir os custos dos investimentos em infra-estrutura; medidas para melhora do ambiente de investimentos que incluem desde o marco legal das agências reguladoras, lei do gás natural, até a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; redução da carga tributária e renúncia fiscal de mais R\$ 1,41 bilhão em 2007; controle dos gastos através do aumento anual da folha de salários do funcionalismo público (inclusive inativos) limitado à inflação (IPCA) acrescida de um reajuste real de 1,5% ao ano para cada um dos três poderes. A medida irá vigorar por 10 anos e tem como objetivo conter a despesa de pessoal em relação ao PIB e reajustar o valor do salário mínimo de acordo com a inflação (INPC) mais a taxa de cres-

cimento real do PIB com dois anos de defasagem, no período compreendido entre 2008 e 2011. Essa medida está prevista para até 2023.

O governo federal tem como metas para 2007 um PIB de 4,5%, taxa SELIC de 12,2%, taxa de inflação de 4,1%, e de 4,25% para o resultado primário em percentual do PIB

Com base nessas medidas, o governo federal tem como metas para 2007 um PIB de 4,5%, taxa SELIC de 12,2%, taxa de inflação de 4,1%, e de 4,25% para o resultado primário em percentual do PIB.

No entanto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revisou sua projeção de crescimento do PIB para o ano de 2007, situando-a em 3,7%, bem distante dos 4,5% que o governo anunciou quando do lançamento Plano de Aceleração do Crescimento. Dessa forma, confirmada a projeção do IPEA, a economia brasileira poderá crescer novamente a uma taxa modesta.

É dentro deste cenário que se insere a economia baiana, com o país apresentando ainda elevadas taxas de juros (atualmente em torno de 12,75%), reduzidos aumentos da renda real, leve recuperação dos investimentos e manutenção dos elevados volumes de exportação.

Considerando-se a conjuntura baiana, a trajetória da taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre de 2005 revela que o resultado para o PIB da Bahia ficou abaixo das expectativas em 2006. Os resultados consolidados, divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), mostram recuo das taxas no segundo trimestre, apesar de no último trimestre ocorrer uma leve recuperação. Partindo de uma variação de 4,6% nos três primeiros meses de 2006, essa taxa reduziu-se continuamente: passou para -1,5% no segundo trimestre, apresentou pequena recuperação no terceiro, chegando a 1,8%, e obteve significativo incremento no quarto, quando atingiu 5,2%. Ainda assim, a taxa

de crescimento acumulada no ano (variação no ano com relação ao mesmo período do ano anterior) não respondeu às expectativas. Observa-se que a taxa iniciou 2006 em 4,6%, passou para 1,3% e 1,5% no segundo e terceiro trimestres, respectivamente, e acumula 2,4% no quarto trimestre.

O desempenho do PIB da Bahia foi frustrado principalmente pela queda no setor agrícola e pelo baixo crescimento do setor industrial. Na taxa de crescimento acumulada no ano, o setor agropecuário caiu 4,4%, a indústria (extrativa mineral, transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) aumentou 2,7% e o setor de serviços cresceu 3,6%.

Os aspectos que mostram o comportamento desses setores estão melhor evidenciados nas seções seguintes.

Agricultura

A agricultura brasileira e, em especial, a agricultura baiana enfrentaram uma série de dificuldades no ano de 2006. O panorama desfavorável do setor é decorrente, principalmente, das quebras de safras nas regiões produtoras ocasionadas pelas más condições climáticas e pela conjuntura de preços e de câmbio desfavoráveis. Além destes problemas, as dificuldades de infra-estrutura (estocagem) e débitos financeiros com safras anteriores desestimularam muitos produtores rurais.

As estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007a) realizadas em dezembro de 2006 indicam um desempenho negativo para as principais lavouras baianas. Os destaques negativos são: feijão (-27,6%), milho (-31,5%), soja (-17,1%) e sorgo (-30,4%). Dentre as culturas pesquisadas, apenas o café e a cana-de-açúcar apresentam estimativas positivas para a safra (24,5% e 8,9%, respectivamente).

Como pode ser observado na Tabela 1, a avaliação geral dos principais produtos apresenta queda de 4,2% na produção física (em toneladas), acompanhada de redução na área colhida em torno de 4,8%.

Para as lavouras de grãos, no estado, verifica-se redução na produção (-20,1%), na área plantada (-3,5%) e colhida (-6,0%) e também no rendimento por hectare (-15,0%). No que diz respeito ao rendimento, pode-se destacar que a diminuição de uso de adubos e defensivos agrícolas refletiu a perda de renda por parte dos produtores. Além disso, o dólar mais barato tende a gerar, no momento da colheita e da comercialização, redução dos ganhos e/ou prejuízos com as lavouras.

A safra de feijão apresenta redução expressiva na produção (em torno de 28%) e no rendimento (cerca de 20%), seguida de queda nas áreas plantada e colhida. Este desempenho deve-se, sobretudo, às más condições climáticas nas regiões produtoras, com chuvas irregulares, e ao estado de endividamento dos agricultores baianos.

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas 2005/2006 - Bahia

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área Plantada (ha)			Área Colhida (ha)			Rendimento ³ (kg/ha)		
	2005 ¹	2006 ²	Var. (%)	2005 ¹	2006 ²	Var. (%)	2005 ¹	2006 ²	Var. (%)	2005	2006	Var. (%)
Mandioca	4.512.817	4.403.414	-2,42	380.078	407.939	7,33	351.473	345.701	-1,64	12.840	12.738	-0,80
Cana-de-açúcar	5.636.887	6.141.719	8,96	96.319	102.888	6,82	95.929	102.230	6,57	58.761	60.077	2,24
Cacau	142.240	135.925	-4,44	556.727	553.476	-0,58	556.727	520.233	-6,56	255	261	2,16
Café	140.339	174.792	24,55	145.957	162.975	11,66	145.957	159.326	9,16	962	1.097	14,10
Grãos	5.400.777	4.315.275	-20,10	2.769.641	2.671.751	-3,53	2.654.073	2.494.872	-6,00	2.035	1.730	-15,00
Algodão	819.977	811.163	-1,07	257.567	242.461	-5,86	257.567	242.461	-5,86	3.184	3.346	5,09
Feijão	460.505	333.209	-27,64	775.368	719.900	-7,15	687.440	616.417	-10,33	670	541	-19,31
Milho	1.614.899	1.107.016	-31,45	808.761	786.739	-2,72	781.121	713.864	-8,61	2.067	1.551	-24,99
Soja	2.401.200	1.991.400	-17,07	870.000	872.600	0,30	870.000	872.600	0,30	2.760	2.282	-17,31
Sorgo	104.196	72.487	-30,43	57.945	50.051	-13,62	57.945	49.530	-14,52	1.798	1.463	-18,61

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

¹ Estimativas do GCEA/IBGE safra 2005 (dados sujeitos a retificação)

² Estimativas do GCEA/IBGE dezembro/2006 (dados sujeitos a retificação)

³ Rendimento= produção física/área colhida

As estimativas para o milho seguem a mesma tendência do feijão: queda acentuada na produção (31,4%) e rendimento (25%), confirmando o resultado nacional ruim do ano de 2006 (diminuição da área cultivada em todo o país). A despeito deste resultado negativo para o estado, a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) tem observado melhores resultados para o Oeste da Bahia. A projeção é de incremento de mais de 40 mil hectares na área plantada com o grão. A AIBA ainda destaca que os produtores do Oeste estão confiantes nos preços e na taxa de câmbio positiva para as negociações (MILHO..., 2007).

Outros fatores estimulam a crescente demanda por milho, dentre eles a produção de etanol nos Estados Unidos e os preços internacionais favoráveis. Em dezembro, o milho foi cotado acima de US\$ 140,00/tonelada na Bolsa de Chicago (CBOT), o maior patamar desde agosto de 1996. Esse valor é 82,13% superior à média de dezembro de 2005.

A soja, um dos principais grãos produzidos no estado (33% da área cultivada com grãos no estado), apresenta estimativa de retração de sua produção de 17,1%. Apesar deste resultado negativo, a produção baiana conseguiu alta taxa de comprometimento na venda antecipada dos grãos em 2006 (CACAU..., 2007). Para a próxima safra, segundo informações da Associação de Agricultores e Irrigantes do Estado (AIBA), é esperada uma produção em torno de 2,24 milhões de toneladas de soja, derivada das condições climáticas que vêm beneficiando o cultivo no Oeste e do controle da ferrugem asiática (SAFRA..., 2007a).

A cacauicultura baiana registra queda de 4,4% na produção e de 6,6% na área colhida. Dentre os motivos para este resultado negativo estão: a queda dos preços, o aumento dos custos de produção e as condições climáticas adversas, que aumentaram a intensidade dos ataques da vassoura-de-bruxa.

A continuidade do resultado positivo do café, com incremento de 24,6% em sua produção, deve-se, em grande parte, à utilização de plantações irrigadas no estado, refletindo na diminuição do impacto das estiagens durante o plantio.

Em relação à cana-de-açúcar, verifica-se crescimento de aproximadamente 9% na produção física, e de apenas 2,4% no rendimento. As expectativas em relação aos preços do álcool e do açúcar nos mercados interno e externo vêm contribuindo para a expansão

da produção. As perspectivas para o mercado brasileiro de açúcar em 2007 e próximas safras são boas. Mesmo com estimativas de recuo das cotações internacionais, o Brasil deve se manter em destaque devido aos seus baixos custos de produção – os menores do mundo.

Em relação à cana-de-açúcar, verifica-se crescimento de aproximadamente 9% na produção física, e de apenas 2,4% no rendimento

As exportações do agronegócio da Bahia também foram influenciadas pela desvalorização do real frente ao dólar em 2006 e pelas quebras de safras no estado. Os dados apresentados pelo Centro Internacional de Negócios da Bahia (ver Tabela 2) referentes ao comércio exterior em 2006 revelam a redução de 18% no volume (em toneladas) das transações em comparação ao mesmo período do ano anterior. O valor exportado também apresenta queda.

Produtos de pesca e aquicultura e soja e derivados são os destaques negativos, repercutindo nas receitas auferidas (queda de 3,7%). Os setores de couros e peles, café e especiarias, algodão e seus subprodutos e frutas e suas preparações aparecem com significativas variações positivas tanto em volume exportado quanto em receitas.

Embora tenha registrado uma importante queda em 2006, com redução de 24,6% no volume e de 28,3% nas receitas, totalizando 1.253.240 toneladas negociadas em 2006, a soja permanece com a maior participação nas exportações do agronegócio baiano (cerca de 27%).

Para 2007 tem-se a expectativa de recuperação da agricultura de grãos, impulsionada pelo aumento nos preços do milho e da soja no mercado internacional, favorecido pelo programa de produção de álcool nos Estados Unidos e da quebra na produção de trigo americana. Os agricultores dos EUA vão reduzir a área plantada de soja e destinar maior volume ao milho para extração do álcool (SAFRA..., 2007b).

Tabela 2
Exportações do agronegócio - Bahia: janeiro-dezembro 2005/2006

Produtos	Peso (ton)			Valores (US\$ 1000 FOB)		
	2005	2006	Var (%)	2005	2006	Var (%)
Soja e derivados	1.661.605	1.253.240	-24,58	377.174	270.403	-28,31
Cacau e derivados	86.802	89.090	2,64	224.401	209.561	-6,61
Couros e peles	21.971	29.046	18,55	71.597	92.372	29,02
Sisal e derivados	91.986	95.471	3,79	63.552	79.970	25,83
Café e especiarias	46.259	53.524	15,71	89.054	111.100	24,76
Algodão e seus subprodutos	85.261	96.945	13,7	96.112	107.654	12,01
Frutas e suas preparações	105.272	106.710	1,37	103.581	115.469	11,48
Fumo e derivados	3.499	4.149	20,3	18.613	24.614	32,24
Pesca e aquicultura	4.085	2.496	-38,9	18.118	12.067	-33,4
Total das exportações agronegócio	2.106.740	1.730.671	-17,8	1.062.202	1.023.210	-3,67
Total das exportações baianas	10.507.472	9.326.611	-11,24	5.987.744	6.771.981	13,1
Participação do agronegócio nas exportações baianas	20,05	18,56		17,74	15,1	

Fonte: MDIC/SECEX – Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo), com adaptações

Indústria

Em 2006, a indústria baiana (extrativa e de transformação) registrou um desempenho modesto, contudo positivo, com crescimento de 3,2%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A produção física da indústria baiana iniciou o ano de 2006 com taxa significativa de 6,7% no primeiro trimestre, recuando para 3,4% e 1,0% no segundo e terceiro trimestres, e atingiu 0,5% no quarto trimestre. Estes resultados mostram a desaceleração do setor sinalizada desde julho de 2006 e confirmada pelo fraco desempenho da indústria de transformação nos meses de novembro e dezembro de 2006.

Na comparação com o resultado dos demais estados da região Nordeste pesquisados, a Bahia registrou o menor desempenho, ficando atrás do Ceará (4,8%) e de Pernambuco (8,2%).

A indústria extrativa registrou queda de 1,4% e a de transformação alcançou um crescimento de 3,4%. Nesta última, influenciaram no resultado positivo os segmentos de papel e celulose (18,6%), refino de petróleo e produção de álcool (4,6%) e metalurgia básica (9,7%).

A influência negativa veio dos setores de *alimentos e bebidas* (-1,25) e *veículos automotores* (-6,4%). Para o setor de *produtos químicos e petroquímicos* verificou-se um pequeno decréscimo na produção de 0,2%.

Partindo para uma análise setorial, pode-se afirmar que o segmento de papel e celulose continua a registrar incremento na produção, em virtude do aumento na produção de celulose, estando a Bahia como o segundo maior estado em área reflorestada, ficando atrás apenas do estado de São Paulo. O crescimento da área reflorestada tem como consequência a constante expansão desse setor no estado, que comporta grandes unidades produtivas. Além disso, o resultado favorável do setor reflete também o crescimento nos preços da celulose acima das expectativas, acompanhando o incremento da demanda internacional, puxado pela economia chinesa.

No setor de refino de petróleo e produção de álcool, o resultado positivo foi influenciado por uma maior produção de gasolina, óleo diesel e óleos combustíveis. Também registraram aumento na produção: asfalto, lubrificantes, parafina e nafta petroquímica. Espera-se para os próximos anos investimentos de grande porte nas áreas de exploração e produção de petróleo, gás natural e biodiesel.

O bom desempenho registrado pela metalurgia básica deveu-se ao acréscimo na produção de barra, perfil e vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono. O segmento foi influenciado pela alta de aproximadamente 43% dos preços do cobre no mercado internacional. As expectativas são de investimentos voltados para ampliação da capacidade produtiva e modernização de plantas industriais.

Para o setor de veículos automotores, em 2006, verificou-se redução na produção de veículos, atribuída ao fato de que o setor atingiu a plena capacidade produtiva. Tal cenário só pode ser revertido caso haja novos investimentos no setor.

O setor de produtos químicos e petroquímicos obteve queda na sua produção pelo segundo ano consecutivo. Segundo relatório de empresa do ramo petroquímico:

“...o ano de 2006 foi marcado por um cenário adverso para a indústria petroquímica brasileira. A combinação de preços elevados de petróleo e de nafta, associados à alta volatilidade dessas duas *commodities* no mercado internacional, além do excesso de capacidade de polietileno no mercado brasileiro, impactou a rentabilidade do setor [...] em grande parte de 2006” (EBITDA ..., 2007, p. 1).

Durante o primeiro semestre, o setor químico sofreu com o rápido aumento dos preços das suas matérias-primas, que seguem as cotações do petróleo. Ademais, tinha-se uma conjuntura de valorização do real e uma demanda interna desaquecida, que dificultava o aumento dos preços de venda. No segundo semestre ocorreu uma melhora gradual na produção de produtos químicos, quando foi possível ao setor o repasse dos preços de custos das matérias-primas aos preços de venda, diante do aumento da demanda interna e da estabilidade dos preços das matérias-primas. Contudo, durante todo o ano as vendas externas dos produtos químicos foram mais significativas que a demanda interna, uma vez que a alta nos preços das matérias-primas foram rapidamente repassadas aos produtos vendidos no mercado internacional.

Considerando-se o emprego industrial, o nível de pessoal ocupado na indústria baiana, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (IBGE, 2007e), apresentou redução na indústria geral de 0,5% em 2006, comparando-se com o ano de 2005, superior ao resultado observado no cenário nacional, onde a variação de pessoal ocupado na indústria registrou taxa nula. Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do estado destacam-se: produtos químicos (-11,0%), borracha e plástico (-10,5%), produtos de metal (-10,2%) e vestuário (-8,3%).

Tal desempenho dos setores explica a desaceleração da taxa anualizada da indústria baiana. Apesar do aumento no consumo das famílias, que aqueceu

o mercado interno, principalmente no setor de bens de duráveis, a elevada taxa de juros dificulta novos investimentos produtivos na indústria.

Para 2007, a expectativa para o setor industrial é que se mantenha um cenário de crescimento sustentado da economia, com inflação sob controle e possibilidade de reduções adicionais nas taxas de juros, resultando em estímulo para o crescimento da economia e do consumo. A perspectiva de melhoria do poder aquisitivo da população, aumento de crédito disponível, desoneração da cadeia produtiva e do nível de atividade na construção civil, entre outros fatores, sinalizam para um ambiente promissor para o setor industrial.

Os primeiros resultados para o ano de 2007 já indicam o movimento de crescimento da indústria baiana. Segundo dados do IBGE, a produção física cresceu 6,3% em janeiro, resultado determinado por seis segmentos da indústria de transformação que aumentou 6,8%, com destaque para: produtos químicos (9,8%), alimentos e bebidas (21,2%) e metalurgia básica (14,0%). No sentido contrário influenciaram os segmentos de refino de petróleo e produção de álcool (-3,8%) e veículos automotores (-16,1%). A indústria extrativa mineral apresentou decréscimo de produção de 3,8%.

Comércio exterior

O comércio exterior, mais uma vez, foi o destaque dentre os principais indicadores da economia baiana. A corrente de comércio baiana – soma das exportações e importações – apresentou crescimento de 20,9% na comparação com o ano de 2005, demonstrando que a economia baiana tem acompanhado o processo de inserção externa da economia brasileira. Entretanto, se o crescimento da corrente de comércio baiana é destacável, o mesmo não pode ser dito quando se avalia o comércio exterior a partir de seus dois ramos: exportação e importação.

**Corrente de comércio baiana
– soma das exportações e
importações – apresentou
crescimento de 20,9% na
comparação com o ano de 2005**

Em 2006, as exportações baianas, apesar de registrarem mais um recorde no valor total exportado, US\$ 6,6 bilhões, com crescimento de 13,1%, ficaram aquém das expectativas formadas pelo desempenho de anos anteriores, sobretudo quando a comparamos com o desempenho das importações, que no mesmo período registrou crescimento de 34,9%, com valor total de US\$ 4,5 bilhões. Esses resultados podem ser creditados em parte à valorização do Real ante o Dólar; enquanto em 2004 e 2005 o Dólar foi cotado, em média, a R\$ 2,92 e R\$ 2,41, respectivamente, em 2006 a cotação média foi de R\$ 2,17 – queda de 10,0% em comparação com 2005. Fatores como crescimento da economia brasileira e da renda interna também influenciaram diretamente o desempenho da balança comercial. Toda essa conjuntura determinou um menor, porém expressivo, saldo comercial de US\$ 2,25 bilhões.

No que se refere às exportações, os destaques positivos ficaram por conta dos segmentos químicos e petroquímicos, com crescimento de 17,2%, resultado da fraca demanda interna e do aumento nos preços do petróleo (como observado na seção anterior); metalúrgicos (78,0%), impulsionado pelas altas cotações do cobre no mercado internacional; e papel e celulose (64,7%), também devido a aumentos na cotação do produto bem como da demanda internacional. Por outro lado, os destaques negativos ficaram por conta dos segmentos petróleo e derivados (-20,1%) – queda causada em parte pela redução dos preços do petróleo no mercado internacional, reduzindo assim as quantidades embarcadas – e soja e derivados (-28,3%), devido à conjunção de preços baixos no mercado internacional e quebra de safra.

Dado o atual momento das economias brasileira e mundial, a perspectiva para 2007 é que o desempenho da balança comercial mantenha o mesmo ritmo de 2006. Ou seja, o crescimento da economia brasileira – aumento da demanda interna – e a estabilidade da taxa de câmbio tendem a manter inalterada a tendência das exportações e das importações. Isso pode ser evidenciado pelos primeiros números de 2007. Segundo os dados do MDIC/SECEX, as exportações baianas registraram queda de 0,8% em janeiro, na comparação com janeiro de 2006; por outro lado, as importações registraram crescimento de 22,8% no mesmo período. Esses resultados configuram um superávit no saldo comercial de US\$ 114 milhões. Em termos de segmentos, observa-se acréscimo nas exportações de químicos e petroquímicos (43,2%), auto-

motivo (10,2%), metalúrgico (8,7%) e papel e celulose (22,8%). Destaca-se a significativa queda nas vendas de petróleo e derivados (-77,1%).

Comércio varejista

O volume de vendas no varejo nacional fechou 2006 com crescimento de 6,2%, sendo o segundo melhor desempenho da série histórica da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, iniciada em 2001, e a maior expansão registrada desde 2004. Analistas do mercado credenciam os estados do Norte e Nordeste como principais responsáveis pelos resultados das vendas.

O volume de vendas no varejo fecha 2006 com crescimento de 6,2%, sendo o segundo melhor desempenho da série histórica da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, iniciada em 2001

Fazendo-se uma análise trimestral dos dados, observa-se que o volume de vendas reais do comércio baiano iniciou o ano de 2006 com taxa significativa de 9,7% no primeiro trimestre, recuando para 8,7% no segundo e avançando um pouco para 8,9% no terceiro, e atingiu 11,2% no quarto trimestre. Estes resultados mostram a dinâmica do setor em 2006, que cresceu 9,7% no ano.

O acúmulo positivo no volume de vendas no ano de 2006 é atribuído ao aumento da renda real do trabalho e da massa salarial, estabilidade no emprego, câmbio baixo, facilidade de crédito e ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família. O setor que mais influenciou o comportamento do comércio varejista na Bahia, em 2006, foi o de *hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, seguido por móveis e eletrodomésticos e outros artigos de uso pessoal e doméstico*.

Por atividade, de acordo com a PMC, observou-se crescimento para 2006 em relação a igual período em 2005 em seis ramos de atividade, do total de oito que compõem o indicador do comércio baiano.

Considerando a contribuição para o volume de vendas, os destaques para esse período foram os segmentos de *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (14,2%), *móveis e eletrodomésticos* (19,0%), *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (13,4%), *tecidos, vestuário e calçados* (2,8%), *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (3,5%) e *equipamentos e materiais para escritório, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (20,7%). Obteve-se, ainda, variação positiva para o subgrupo de *hipermercados e supermercados* de 23,3%.

Para o segmento de *combustíveis e lubrificantes e livros, jornais, revistas e papelaria* a variação foi negativa em 1,7% e 29,3%, respectivamente. Nesse mesmo período, observou-se uma expansão nas vendas de *veículos, motos, partes e peças* na ordem de 19,5% e de *material de construção* de 2,6%, mas esses grupos não entram na composição do indicador de volume de vendas, fazendo parte do comércio varejista ampliado.

O desempenho apresentado pelo segmento de *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, por se tratar de um grupo fortemente influenciado pelo poder de compra da população, reflete a combinação do aumento da massa de salários com a estabilidade de preços de produtos básicos. Segundo o economista-chefe da corretora Convenção, Fernando Montero, um outro aspecto a ser considerado é que esse setor também comercializa equipamentos de informática, produtos que tiveram as suas vendas alavancadas pela valorização cambial (LAMUCCI; GRABOIS, 2007).

O setor de *móveis e eletrodomésticos*, segundo maior destaque no volume de negócios do comércio varejista baiano em 2006, também sofreu influência nas vendas de eletroeletrônicos importados

O setor de *móveis e eletrodomésticos*, segundo maior destaque no volume de negócios do comércio varejista baiano em 2006, também sofreu influência nas vendas de eletroeletrônicos importados. Além da

queda dos preços resultante das importações, o bom desempenho da atividade se deve à manutenção de condições de crédito e aumento da renda. Entretanto, apesar das taxas positivas apresentadas ao longo do ano, o grau de endividamento das famílias já começa ser percebido, indicando uma tendência à estabilização de demanda por esses bens.

Em 2006, o ramo de *outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que abrange segmentos como lojas de departamento, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos etc. apresentou o terceiro melhor desempenho do varejo. Esse desempenho pode ser creditado às características dos artigos que o ramo comercializa, como valores compatíveis com o poder de compra de grande parte da população.

O segmento de *tecidos, vestuário e calçados*, embora tenha apresentado o quarto maior impacto positivo no resultado do varejo baiano em 2006, teve o seu desempenho considerado insatisfatório. Os analistas defendem que esse comportamento é fruto de um maior comprometimento da renda disponível, por parte dos consumidores, com a aquisição de computadores e automóveis.

No ramo de *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* houve um crescimento suave nas vendas. Apesar de modesta, essa expansão reflete o comércio no segmento de farmácia de produtos genéricos, que apresentam preços mais acessíveis à parcela da população de menor poder aquisitivo (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2007).

A atividade de *equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* continuou em 2006 apresentando taxas positivas. Esse comportamento é resultado da queda de preços, proveniente da valorização do real, da melhoria do nível de renda da população e também das medidas definidas pelo governo para incentivar o segmento, como isenção de PIS e Cofins para máquinas de até R\$ 2,5 mil. Um outro aspecto relevante é que os fabricantes desses produtos foram beneficiados pelo impacto da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), definido na Lei de Informática no fim de 2004 (LAMUCCI; GRABOIS, 2007).

As variações negativas nesse período ficaram por conta dos segmentos de *combustíveis e lubrificantes e livros, jornais, revistas e papelaria*. O primeiro ramo

teve seu desempenho comprometido por apresentar sucessivos resultados negativos ao longo do ano em decorrência da alta de preços e da racionalização do consumo, com a substituição da gasolina por álcool ou por gás (LAGE, 2007). Quanto ao segundo, verifica-se que em todo o período analisado (ano de 2006) as taxas obtidas foram negativas, tratando-se do segmento, dentre os oito que compõem o indicador do varejo, que vem apresentando os resultados mais desfavoráveis.

No tocante às vendas de *veículos, motos e peças*, a redução dos juros cobrados pelas instituições financeiras ligadas às montadoras, além do alongamento dos prazos de financiamentos, foram extremamente relevantes para impulsionar as vendas do setor.

Para o ano de 2007, a expectativa é que o comércio varejista continue apresentando dinamismo nas vendas, mesmo que em algum momento haja uma amenização no ritmo de expansão. O prognóstico otimista para tal comportamento do comércio varejista em 2007 tem como base a manutenção da queda nas taxas de juros e a dinamização da economia com a implantação pelo governo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, as incertezas referem-se a um cenário de crédito desacelerado e inadimplência crescente, associado à perspectiva de crescimento menos intenso da renda em relação a 2006.

Considerações finais

As expectativas para 2007 são de que o nível de atividade econômica no estado da Bahia entre numa trajetória de crescimento superior ao observado em 2006. A expansão do setor agropecuário seria resultado da combinação de uma boa safra de grãos com preços em alta das principais *commodities*, como por exemplo, a soja. Na indústria, o crescimento deve ocorrer principalmente na indústria de construção civil, tendo-se como base que as principais medidas de política econômica para estimular o crescimento do país visam impulsionar este setor, como também o setor de transformação com base nos investimentos industriais.

Na indústria de transformação o principal estímulo deve ter origem na demanda do mercado interno. No estado, este incentivo deve beneficiar no primeiro momento a indústria de bens não duráveis e duráveis, como, por exemplo, os segmentos de alimentos e bebidas e veículos. No segundo momento, a partir da

maior dinâmica da economia brasileira, pode aumentar a demanda por bens intermediários, principalmente dos segmentos químicos, metalúrgicos, siderúrgicos e de celulose.

Esse processo deve repercutir na taxa de ocupação de mão-de-obra, revertendo a trajetória de queda no nível de emprego, principalmente da indústria. Como destacado em seção anterior, a indústria extrativa e de transformação no estado apresentou queda no nível de pessoas ocupadas de 0,5%.

Em última escala, o aumento no nível de emprego e, conseqüentemente, na massa salarial, irá contribuir para que as vendas reais do comércio varejista avancem, refletindo a melhora na renda da população.

Todo este prognóstico depende do andamento da política econômica brasileira, que com o PAC pretende estimular a demanda agregada no curto prazo com intuito de viabilizar aceleração nas taxas de crescimento, dando mais dinâmica às principais atividades econômicas.

Referências

AGRONEGÓCIO baiano ganha mais participação econômica. Disponível em: < <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=8581> >. Acesso em: 9 mar. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br> >. Acesso em: 05 mar. 2007.

CACAU foi ponto negativo na safra de 2006. Disponível em: < <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=8487> >. Acesso em: 9 mar. 2007.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Resultados do comércio exterior*. Disponível em: < <http://www.promobahia.com.br> >. Acesso em: 05 mar. 2007.

COMÉRCIO varejista e importações. *O Estado de S. Paulo*, 16 fev. 2007. Editorial. Disponível em: < <http://www.andima.com.br> >. Acesso em: 16 fev. 2007.

EBITDA da Braskem no 4T06 atinge R\$ 530 milhões, com margem de 18%, o melhor desempenho de 2006. Release de resultados 4º trimestre. Disponível

em: <<http://www.braskem.com.br>>. Acesso em: 08 mar. 2007.

FARID, Jacqueline. Comércio teve o 2º melhor ano em vendas em 2006. Com 6,2%, resultado só perde para o de 2004 na série histórica do IBGE. *O Estado de S. Paulo*, 16 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

FARID, Jacqueline; ASSIS, Francisco Carlos de. Vendas do comércio varejista sobem 6,2%. Resultado de 2006 é o segundo melhor da série histórica do IBGE. *Jornal do Comércio*, 16 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Rio de Janeiro, dez.2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2007a.

_____. *Pesquisa mensal de comércio*. Rio de Janeiro, dez. 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2007b.

_____. *Pesquisa mensal do emprego*. Rio de Janeiro, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2007c.

_____. *Produção industrial mensal*. Rio de Janeiro, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2007d.

_____. *Produção industrial mensal de emprego e salário*. Rio de Janeiro, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2007d.

IPEA. *Boletim de conjuntura*, Brasília, n. 76, mar. 2007.

LAGE, Janaina. Venda no comércio cresce 6,2% em 2006. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 16 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

LAMUCCI, Sergio; GRABOIS, Ana Paula. Comércio cresce bem mais que indústria. *Valor Econômico*, 16 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

MELHORAM as projeções da Conab para ciclo 2006/2007. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=8740>>. Acesso em: 9 mar. 2007.

MILHO ocupou pouco espaço nas vendas baianas em 2006. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=8750>>. Acesso em: 9 mar. 2007.

SAFRA baiana de soja deve chegar a 2,24 mi de toneladas. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&exibir=clipping¬id=9115>>. Acesso em: 12 mar. 2007a.

SAFRA de R\$ 56,1 bi aponta para recuperação da agricultura. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ultimas/economia/noticias/2007/jan/09/3.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2007b.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Comércio baiano apresentou incremento de 9,73% em 2006. Pesquisa Mensal do Comércio Varejista, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2007. ■



Revista C&P.

Agora com periodicidade trimestral.
Muito mais informação, muito mais análise.

A próxima edição da revista Conjuntura & Planejamento vem com o triplo de informação para você.
Análises mais consistentes vão dar conta de três meses da conjuntura baiana. Aguarde. Na edição de junho.



Conjuntura Econômica Baiana

Os indicadores da atividade econômica baiana em 2006 mostraram crescimento nos principais setores, com destaque para o setor varejista; o setor industrial registrou crescimento modesto. O setor externo – com dados de janeiro de 2007 – manteve a tendência verificada durante todo o ano de 2006.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em 2006, crescimento de 3,4% em relação a 2005. No acumulado do ano, a indústria apresentou crescimento de 4,5% em comparação com o mesmo período de 2005. Nesse mesmo período, os segmentos que registraram os maiores crescimentos foram: *Celulose, papel e produtos de papel* (18,6%), *metalurgia básica* (10,6%) e *minerais não-metálicos* (6,1%). Por outro lado, os segmentos *automotivo* (-6,2%) e *alimentos e bebidas* (-1,8%) registraram desempenho negativo no período.

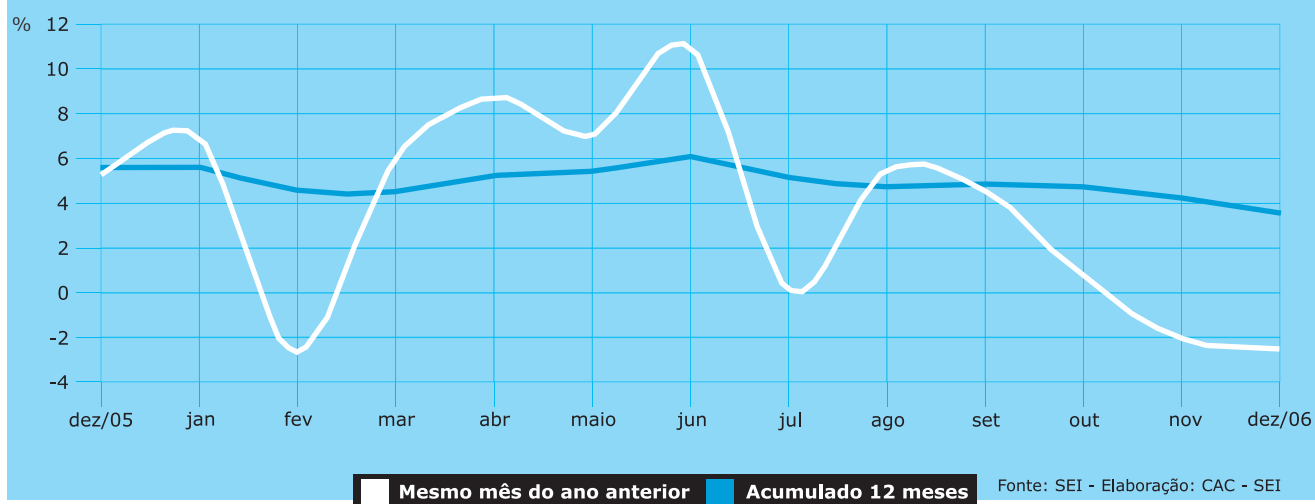
No que se refere ao comércio exterior, os dados para o mês de janeiro apresentaram queda das exportações e crescimento das importações. O valor total exportado foi de US\$ 507 milhões (-0,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior) e o importado foi de US\$ 392 milhões (22,8% em relação ao mesmo período de 2006).

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva de 9,7% no volume das vendas em 2006. Esse foi o terceiro ano consecutivo de crescimento do comércio. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *hipermercados e supermercados* (23,3%), *equipamentos e materiais para escritório* (20,7%) e *móveis e eletrodomésticos* (19,0%). O segmento *veículos, motos e peças* registrou crescimento de 19,5,0% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, em fevereiro de 2007, variação de 0,11%. No ano, o índice acumula alta de 1,3%, sendo que as maiores pressões ocorreram nos grupos *transporte e comunicação* (4,88%) e *alimentos e bebidas* (1,5%).

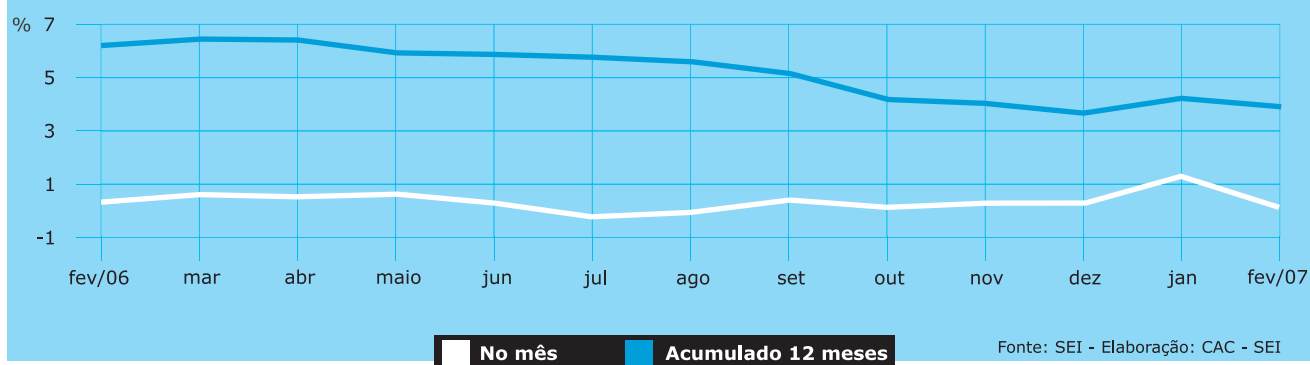
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEE-SE/SEADE), fechou o mês de janeiro com taxa de desemprego em 22,1%. No mesmo mês, 394.000 pessoas estiveram fora do mercado de trabalho. O rendimento real dos trabalhadores acumulou variação positiva de 6,6% em 2006.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



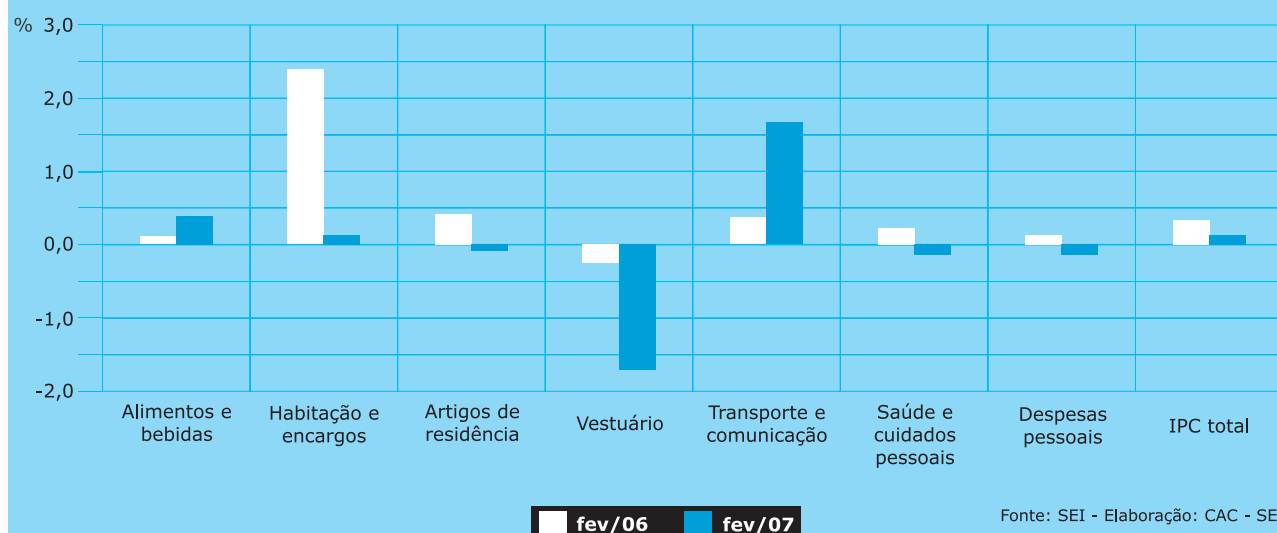
No mês de dezembro de 2006, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC) registrou variação negativa de 2,5% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, o indicador fechou o ano com crescimento de 3,5% na comparação com 2005. Naquele ano, o crescimento da atividade econômica foi de 5,6%.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



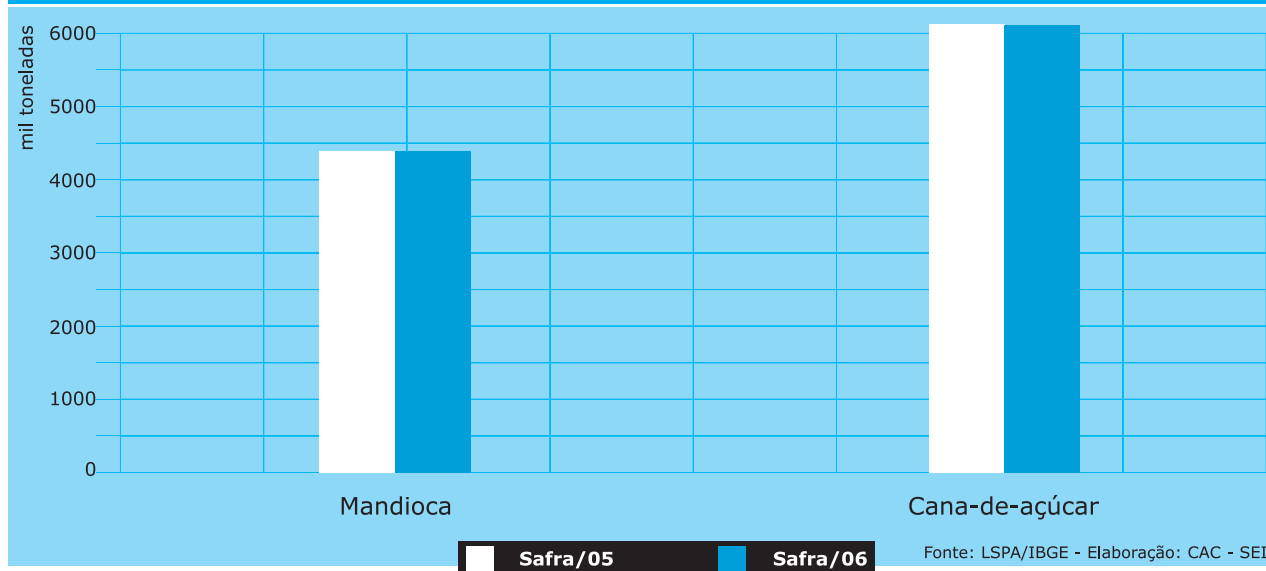
No mês de fevereiro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação de 0,11%. Com este resultado, a projeção do índice para o fechamento nos doze meses foi reduzida, passando de 4,17%, em janeiro, para 3,94%, em fevereiro. *Habitação e encargos* (14,8%) e *transportes e comunicação* (7,26%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



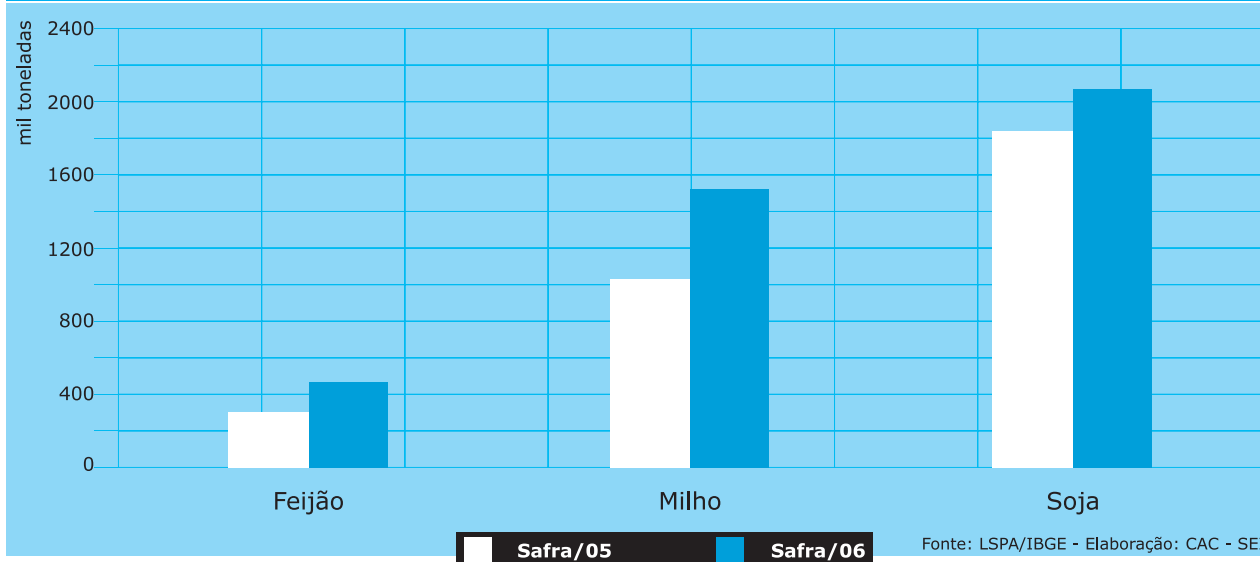
Os grupos *transportes e comunicação* (1,6%) e *Alimentos e bebidas* (0,39%) apresentaram, em fevereiro, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subitens *transporte público* (4,95%) e *tubérculos, raízes e legumes* (12,75%) foram os que apresentaram as maiores variações no período. Já os grupos *artigos de residência*, *vestuário*, *saúde e cuidados pessoais* e *despesas pessoais* registraram variação negativa no mesmo mês.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



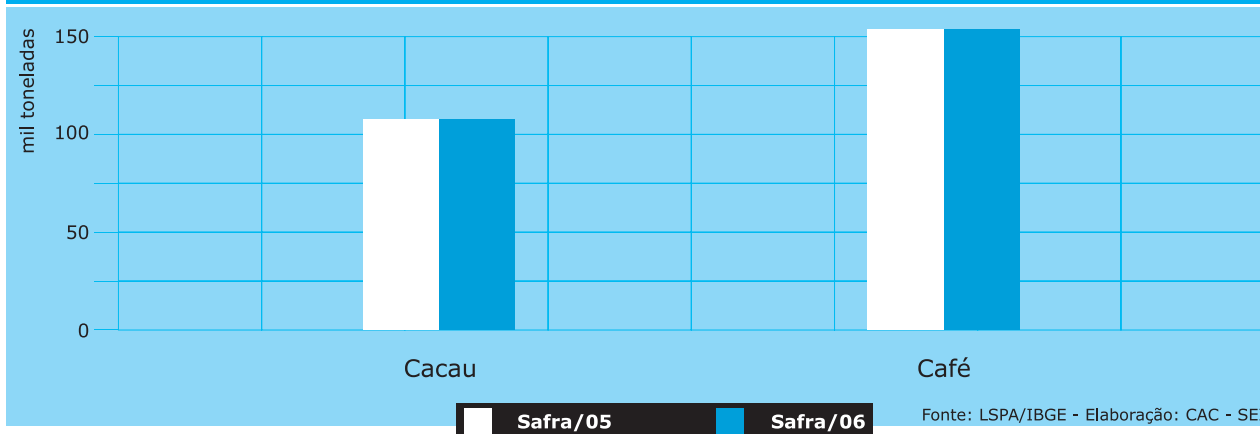
As primeiras estimativas para a safra baiana, realizadas em fevereiro de 2007 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, mantêm as previsões para a produção de mandioca, que se encontra em torno de 4.403 mil toneladas. Em relação à cana-de-açúcar, observa-se novamente a continuidade das estimativas anteriores, com produção de 6.412 mil toneladas e rendimento de 60.007 kg/hectare.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



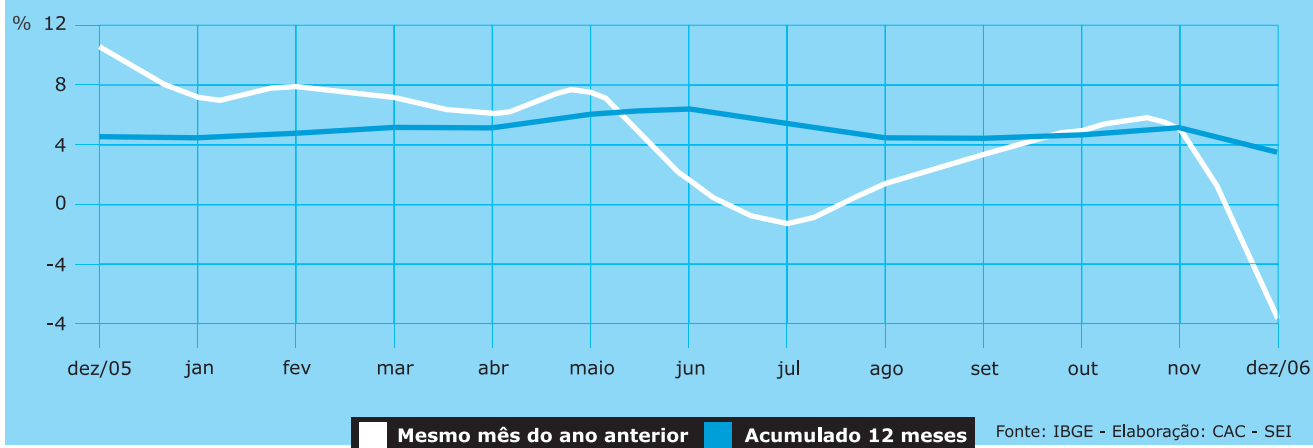
No que diz respeito às estimativas preliminares para a safra de feijão em 2007, verifica-se um significativo incremento na produção de 51,7%. O resultado positivo deve-se principalmente ao aumento no feijão 1ª safra (em entressafra) de 236%. Para o milho também são registrados aumentos em relação à safra 2006, com variação de 48,3% na produção e de 40,5% no rendimento. Tal desempenho do milho é fruto, em especial, de incrementos na produção do milho 1ª safra, que atingiu 78% nas estimativas do LSPA de fevereiro. Em relação à soja, as estimativas são de acréscimo de 13% na produção, motivadas pelas condições climáticas favoráveis que vêm beneficiando o cultivo no Oeste.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



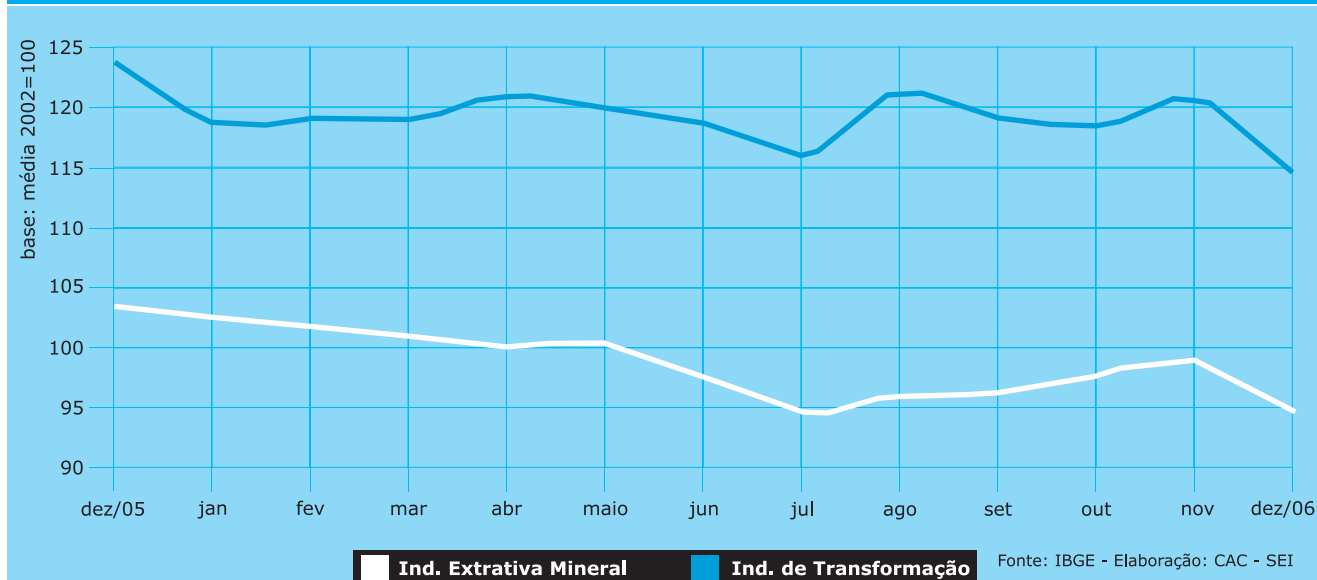
Segundo o LSPA/IBGE de fevereiro de 2007, as estimativas para a produção de cacau (em frutificação) permanecem em torno de 136 mil toneladas. Dentre outros motivos, a crise na cacaicultura baiana deve-se à queda dos preços, ao aumento dos custos de produção e à quebra da safra. Quanto à safra de café, tem-se a estimativa de produção em 175 mil toneladas e rendimento de 261 kg de café por hectare.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



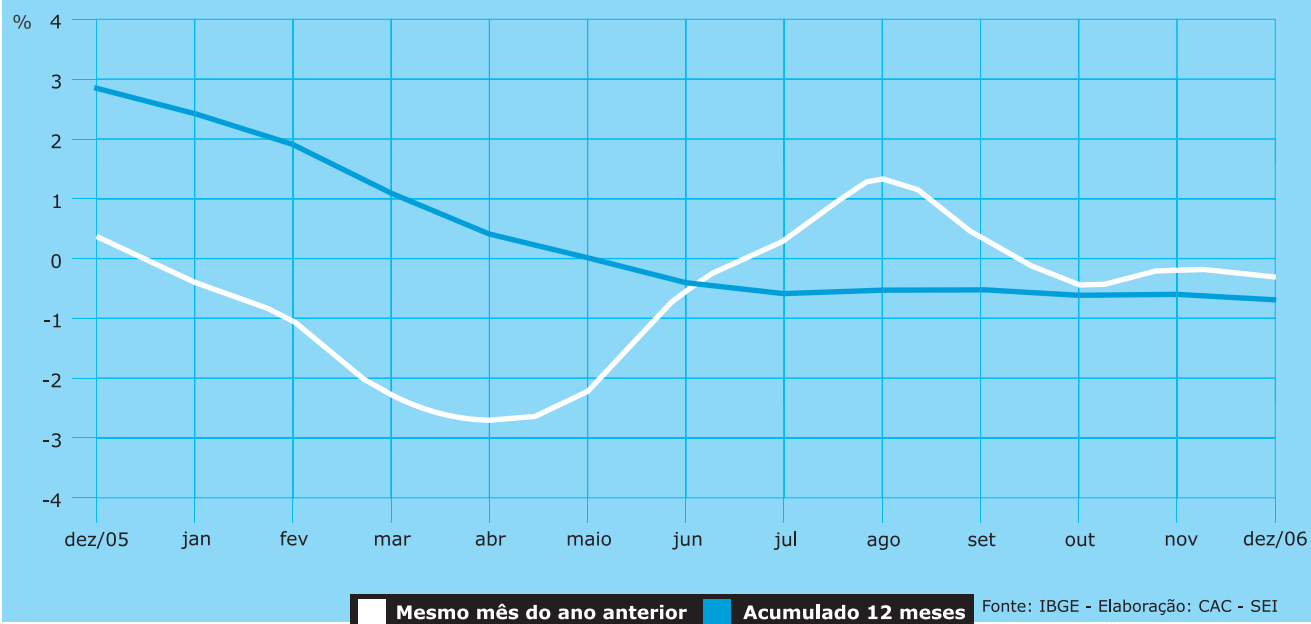
A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou forte queda (-7,6%) em dezembro de 2006, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). A queda no mês de dezembro foi determinante para o fechamento da taxa anual, que ficou em 3,4%, número bem inferior aos 5,0% registrados em novembro.

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

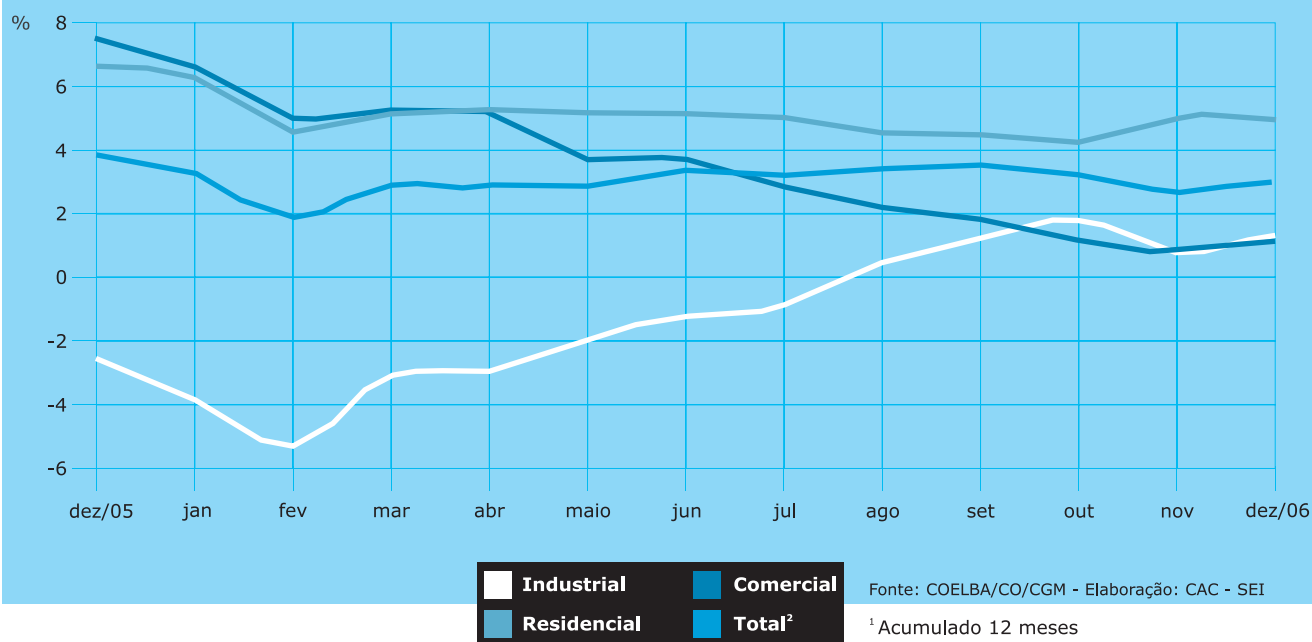


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa negativa de 5,2%, entre os meses de novembro e dezembro de 2006. A queda foi influenciada, sobretudo, pelo segmento *refino de petróleo e álcool*, que recuou 12,0%, seguido por *produtos químicos* (-9,1%) e *celulose, papel e produtos de papel* (-7,2%). A *indústria extrativa mineral* também apresentou queda no mesmo período (-4,3%).

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em dezembro de 2006, queda de 0,3% em relação a dezembro de 2005; esta foi a terceira queda consecutiva. Confirmando a tendência de queda registrada durante todo o ano, a taxa de emprego na indústria baiana fechou 2006 com queda de 0,7%. Os setores que registraram as maiores quedas foram: *máquinas e equipamentos, exclusive eletroeletrônicos, de precisão e comunicação* (-14,5%) e *produtos químicos* (-11,0%).

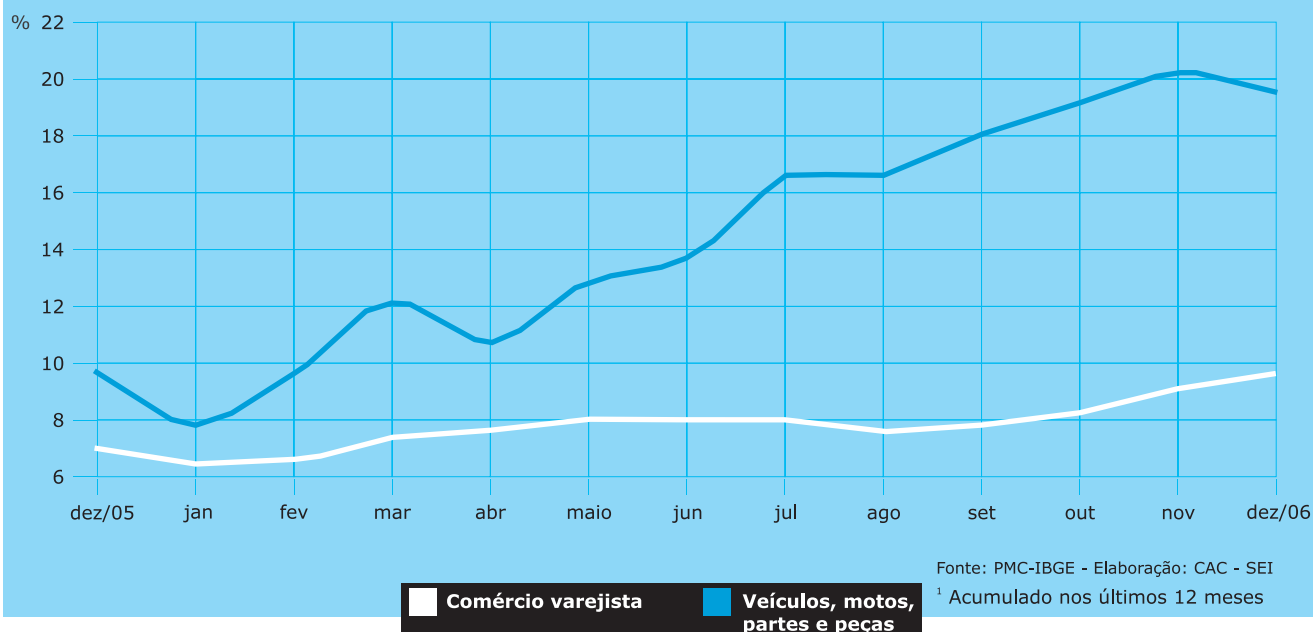
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

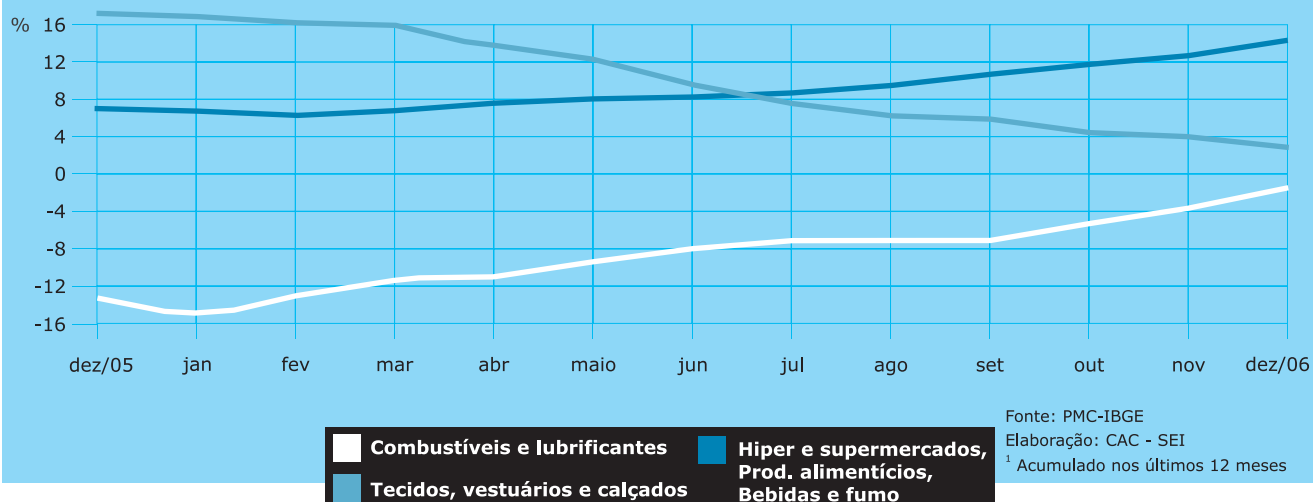
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia fechou 2006 com crescimento total de 3,0% em relação 2005. Dentre os principais grupos consumidores, o maior crescimento foi registrado no residencial (5,0%); já o crescimento dos setores comercial e industrial foi menos expressivo: 1,1% e 1,3% respectivamente.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



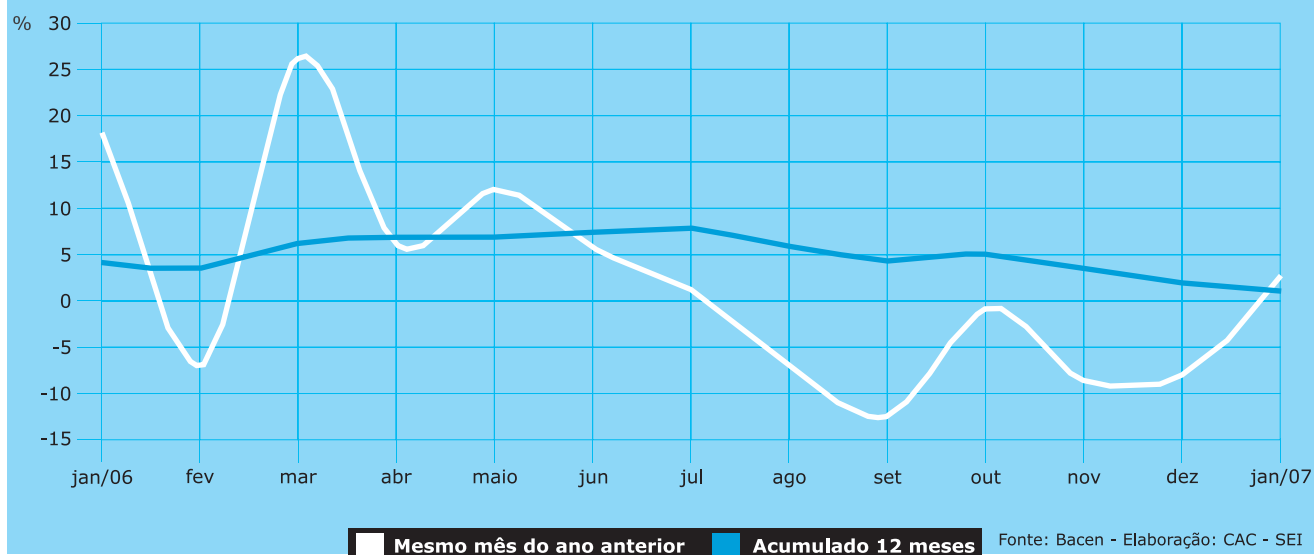
Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) revelam que, em dezembro/06, o volume de vendas do varejo baiano cresceu 11,3%, comparado a dezembro de 2005. Esse é trigésimo sétimo mês consecutivo que o comércio apresenta desempenho positivo. A pesquisa apurou, ainda, para o acumulado dos últimos doze meses, uma expansão de 9,7%. No segmento de *veículos, motos e peças* constatou-se um crescimento de 5,6% ante igual mês de 2005. Para os últimos doze meses a expansão nos negócios desse segmento foi de 19,5%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



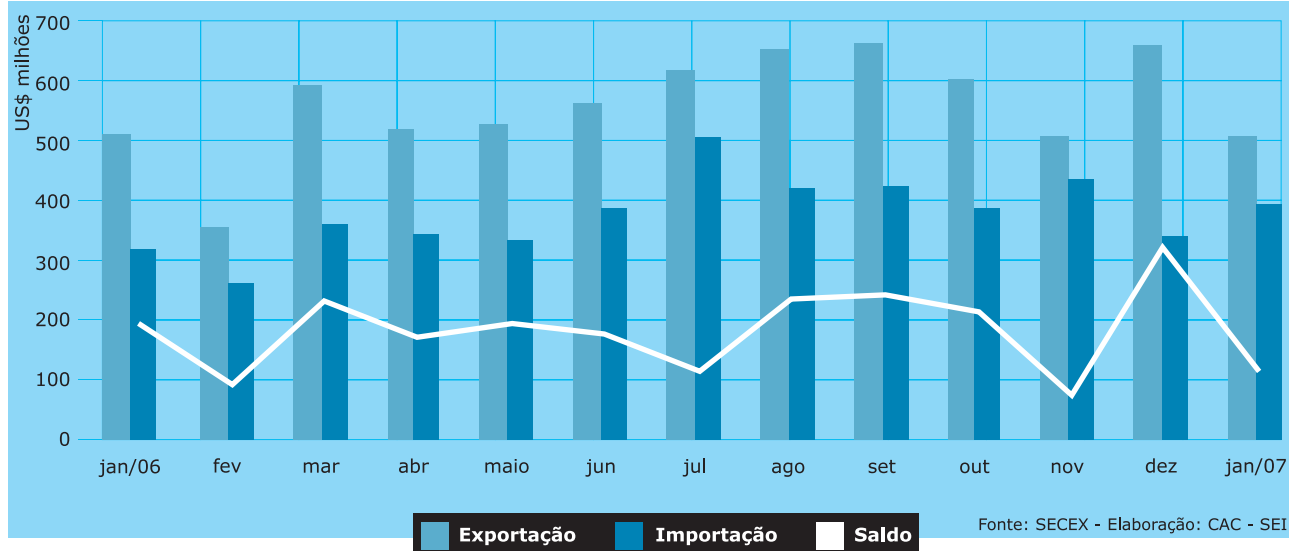
No acumulado de janeiro-dezembro/06, em comparação com o mesmo período do ano passado, a pesquisa revelou que o crescimento das vendas foi sustentado essencialmente pelos segmentos de *Hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (14,2%), seguidos por *Móveis e eletrodomésticos* (19,0%) e *Outros artigos de uso pessoal e domésticos* (13,4%). Esse desempenho é atribuído ao aumento da renda real do trabalho e da massa salarial, estabilidade no emprego, câmbio baixo e facilidade de crédito.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

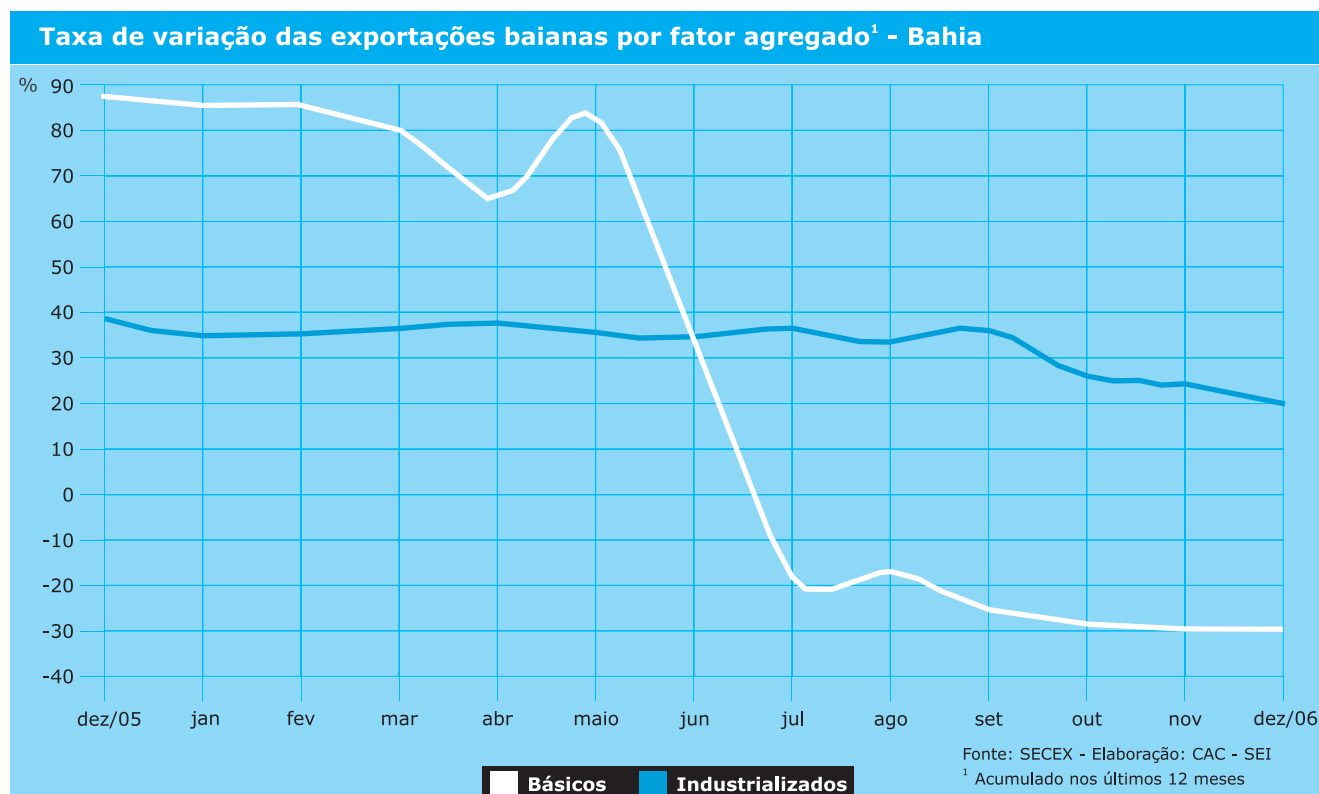


Em janeiro de 2007, foram emitidos 415.500 cheques sem fundos na Bahia, registrando crescimento de 2,8% na comparação com o mesmo mês de 2006. Apesar da taxa positiva no primeiro mês do ano, no acumulado dos doze meses o indicador apontou queda na emissão de cheques sem fundo, quando o mesmo recuou de 2,1%, em dezembro, para 1,0%, em janeiro.

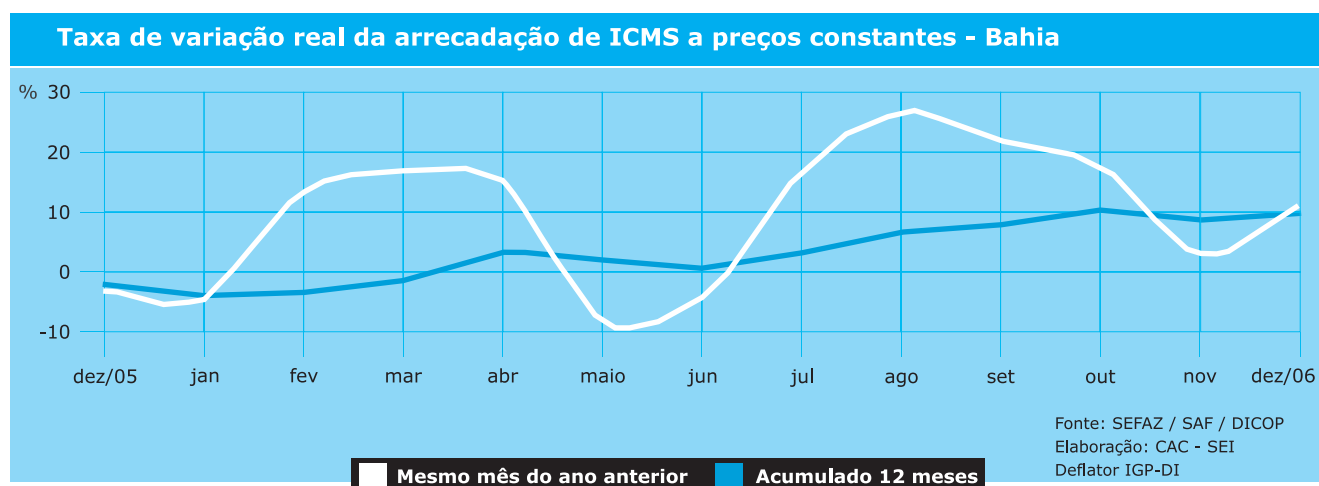
Balança comercial - Bahia



Em janeiro, as exportações baianas somaram US\$ 507 milhões e as importações US\$ 392,8 milhões. Em termos percentuais, as exportações registraram variação negativa de 0,8% em relação a janeiro de 2006, e as importações cresceram 22,8% no mesmo período. Com esses resultados, o saldo da balança comercial ficou R\$ 76,8 milhões abaixo do registrado no mesmo mês de 2006.

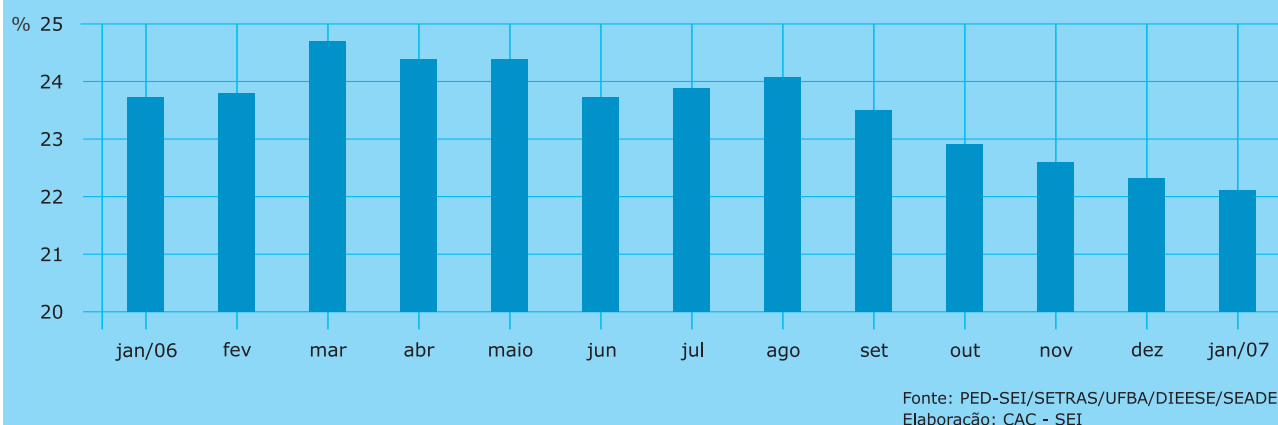


As exportações por fator agregado iniciaram 2007 com a mesma tendência que terminaram em 2006 – básicos em queda e industrializados em elevação. Em termos percentuais, os produtos básicos registraram queda de 30,1% em relação a janeiro de 2006, enquanto os produtos industrializados registraram crescimento de 20,6% no mesmo período.

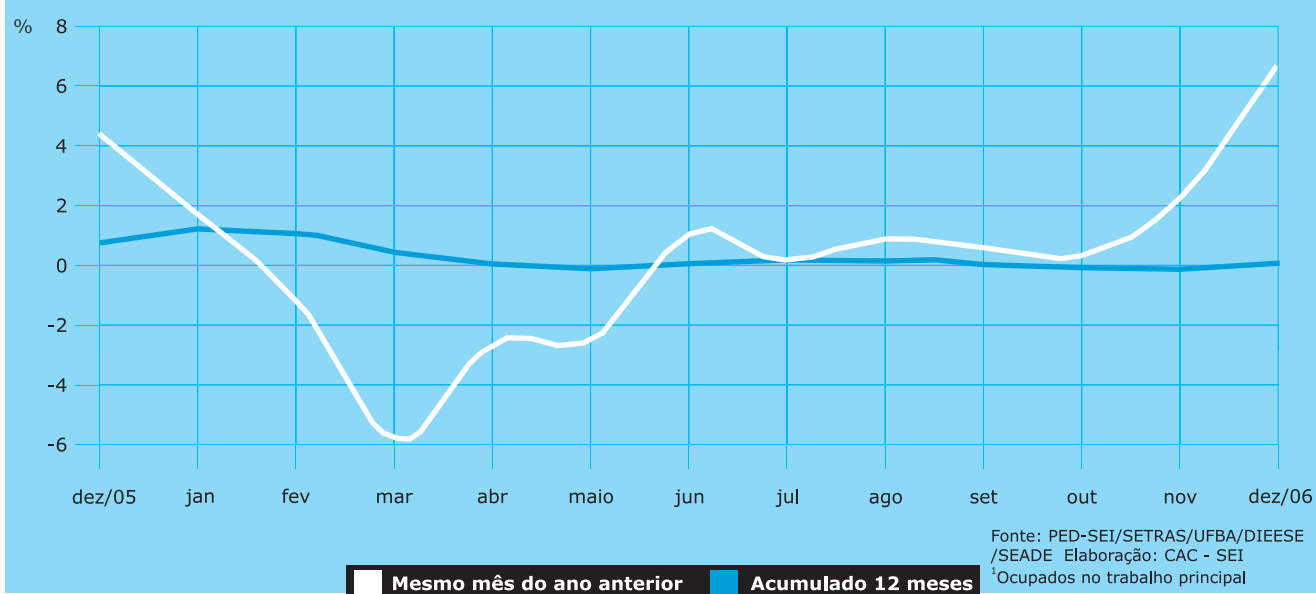


A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia fechou o ano com crescimento de 9,9% na comparação com 2005. No ano, foi arrecadado um total de R\$ 7,7 bilhões. No mês de dezembro, a arrecadação total registrou crescimento de 11,1% na comparação com o mesmo mês de 2005, com um total arrecadado de R\$ 692 milhões.

Taxa de desemprego total - RMS



Conforme os dados captados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego para o mês de janeiro de 2007, verificou-se continuidade do declínio, que teve início em setembro de 2006, da Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de Salvador, que se situou em 22,1% da População Economicamente Ativa. Esse desempenho justifica-se pela compensação entre as pessoas que entraram no mercado de trabalho (1 mil) e a geração de novos postos de trabalho (4 mil) no período.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

O rendimento auferido pelos ocupados no mês de dezembro de 2006, em comparação ao mesmo mês de 2005, apresentou crescimento de 6,65%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMS. O rendimento real médio foi estimado em R\$ 797. No acumulado dos últimos doze meses verificou-se incremento de 0,08%.

Economia b exp

Denis Veloso da Silva*

Gustavo Casseb Pessoti**

Ítalo Guanais Aguiar Pereira*

A economia baiana apresentou em 2006, pelo 15º ano consecutivo, uma expansão favorável no indicador que mede o nível da atividade interna, mesmo após as expressivas taxas alcançadas nos três últimos anos.

A taxa de crescimento de apenas 2,4% é reflexo direto do mau desempenho registrado pelo setor agropecuário (queda de 4,4% aproximadamente), uma vez que tanto o setor industrial como o de serviços, cresceram a uma taxa superior à registrada para o conjunto do PIB (indústria com expansão de 2,7% e serviços 3,6% em relação ao ano de 2005). Essa é a avaliação realizada pela equipe de Contas Regionais da Superinten-

dência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, órgão responsável pelas estatísticas governamentais.

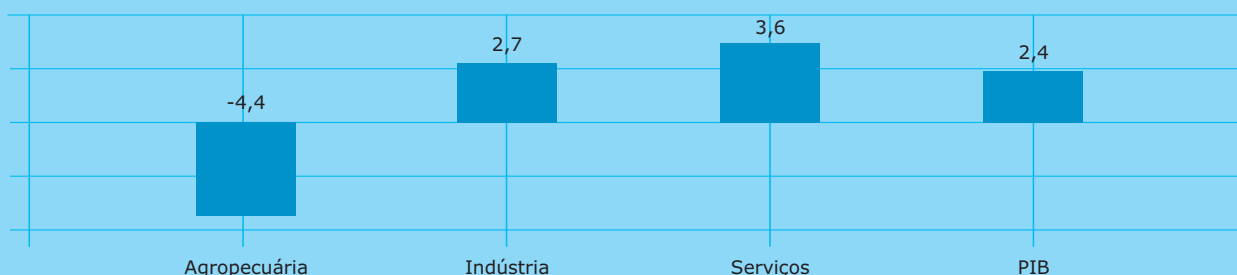
Contrariando as expectativas de que o PIB pudesse atingir a taxa de 3% em 2006, a frustração no desempenho da indústria de transformação nos dois últimos meses do ano foi decisiva para a diminuição na intensidade do crescimento econômico esperado para o estado. A indústria de transformação responde por aproximadamente 35% do PIB baiano e é concentrada em um pequeno número de grandes empresas, cujos avanços ou retrações têm influência direta no resultado do macro indicador.

Apesar disso, o resultado da Bahia ganha contornos importantes na medida em que possibilitou ao Estado

* Economistas e técnicos da Equipe de Contas Regionais da SEI.

** Economista e Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI.

Gráfico 1
Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - Bahia, 2006



Fonte: SEI
*Dados sujeitos a retificação

Bahiana cresce em 2006 e encerra o ano com expansão de 2,4% no PIB

acumular uma expansão de 20,5% de crescimento nos últimos quatro anos, enquanto o Brasil, nessa mesma comparação temporal, acumulou expansão de apenas 11%. Em termos médios a taxa registrada para a economia brasileira ficou próxima dos 2,6% ao ano, enquanto na Bahia houve uma expansão média do produto interno da ordem de 4,8%, no referido período.

Outro prisma de análise do resultado da atividade baiana em 2006 pode ser realizada por meio dos desempenhos trimestrais, que revelou uma retomada no crescimento da economia no quarto trimestre do ano. Após apresentar uma expansão de 1,8% no terceiro trimestre (na comparação com o mesmo período do

ano anterior), o PIB apresentou um incremento de 5,2% no último trimestre de 2006.

No ano de 2006, conforme já apontado, a grande “vilã” foi a agropecuária, que apresentou seu pior resultado dos últimos oito anos, retraindo-se, aproximadamente 4,4%.

Conforme demonstra a Tabela 1, grande parte das lavouras apresentou forte retração, tanto em termos de produção, como área plantada e rendimento médio.

Observando-se as estimativas dos grãos, por produtos, destacam-se, negativamente, o milho (-31,5%),

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas 2005/2006 - Bahia

Produtos/ Safras	Produção Física (t)			Área Plantada (ha)			Área Colhida (ha)			Rendimento (kg/ha) ³		
	2005 ¹	2006 ²	Var. %	2005 ¹	2006 ²	Var. %	2005 ¹	2006 ²	Var. %	2005	2006	Var. %
Mandioca	4.611.676	4.403.414	-4,52	377.414	407.939	8,09	357.823	345.701	-3,39	12.888	12.738	-1,17
Cana-de-açúcar	5.592.921	6.141.719	9,81	92.947	102.888	10,70	91.026	102.230	12,31	61.443	60.077	-2,22
Cacau	137.459	135.925	-1,12	558.964	553.476	-0,98	517.583	520.233	0,51	266	261	-1,72
Café	128.511	174.792	36,01	151.019	162.975	7,92	150.610	159.326	5,79	853	1.097	28,57
Grãos	5.406.652	4.315.275	-20,19	2.777.526	2.671.751	-3,81	2.648.614	2.494.872	-5,80	2.041	1.730	-15,27
Algodão	822.401	811.163	-1,37	257.377	242.461	-5,80	257.377	242.461	-5,80	3.195	3.346	4,70
Feijão	462.320	333.209	-27,93	789.935	719.900	-8,87	689.855	616.417	-10,65	670	541	-19,34
Milho	1.616.464	1.107.016	-31,52	802.294	786.739	-1,94	773.462	713.864	-7,71	2.090	1.551	-25,80
Soja	2.401.872	1.991.400	-17,09	870.000	872.600	0,30	870.000	872.600	0,30	2.761	2.282	-17,34
Sorgo	103.595	72.487	-30,03	57.920	50.051	-13,59	57.920	49.530	-14,49	1.789	1.463	-18,18

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

¹ Estimativas do GCEA/IBGE safra 2005 (dados sujeitos a retificação).

² Estimativas do GCEA/IBGE dezembro/2006 (dados sujeitos a retificação).

³ Rendimento = produção física/área colhida.

feijão (-27,9%) e soja (-17,1%). Estas lavouras ocupam boa parte da área plantada do estado. A queda de produção destes três produtos tem efeitos multiplicadores sobre o produtor rural, já que os dois primeiros são representativos da agricultura familiar e o último uma das principais *commodities* do mercado.

Entre as principais dificuldades que acometeram a agricultura baiana em 2006 estão: a presença de uma conjuntura de câmbio desfavorável, os preços dos produtos no mercado internacional, as más condições climáticas – comprovadas pelas quedas de produtividade –, as dificuldades de infra-estrutura (estocagem) e débitos financeiros (safras anteriores) que descapitalizaram os agricultores baianos.

Em relação ao setor industrial, o destaque do ano deve ser dado à construção civil que apresentou forte expansão, acumulando ao final de 2006 um crescimento de 8,7%. Esse resultado é corroborado pela retomada nas obras do metrô, bem como de outros empreendimentos privados que ocorreram nesse período.

Por outro lado, a indústria de transformação, carro chefe do PIB baiano, não conseguiu repetir o mesmo desempenho de anos anteriores. Em 2006, o segmento registrou um crescimento de 2,7%, segundo os dados das contas trimestrais. Há de ressaltar que, embora positivo, esse resultado causou grande frustração nas expectativas de crescimento da indústria de transformação em função do desempenho negativo apresentado pela maioria dos segmentos industriais no mês de dezembro.

Segundo os dados do IBGE, em dezembro, a produção industrial da Bahia ajustada sazonalmente recuou 5,5% em relação a novembro de 2006, após dois meses com taxas positivas, período em que acumulou

acréscimo de 1,6%. Com o resultado de dezembro, o indicador de média móvel trimestral apresentou retração de 0,4%. Corroborando essa análise, no confronto com dezembro de 2005, a produção industrial baiana recuou expressivos 7,6%.

Entre os principais destaques positivos no balanço do ano 2006 encontram-se os segmentos de *papel e celulose* com expansão de 18,6% em virtude do aumento na fabricação de celulose; *refino de petróleo e produção de álcool* com incremento de 4,6%, devido à maior produção de gasolina, óleo diesel e óleos combustíveis; e *metalurgia básica* 9,7%, por conta do acréscimo na produção de barra, perfil e vergalhões de cobre, e vergalhões de aço ao carbono. Em sentido oposto, as maiores pressões negativas foram observadas em *alimentos e bebidas* (-1,2%) e *veículos automotores* (-6,4%), em função, respectivamente, da queda na produção de leite em pó e óleo de soja refinado; e automóveis.

A Indústria extrativa, fortemente prejudicada pela diminuição na extração de petróleo e gás natural, também apresentou retração na atividade em relação ao ano de 2005 (queda de aproximadamente 1,4%).

Refletindo os efeitos da política macroeconômica, o comércio baiano encerrou 2006 acumulando incremento de 9,1%. Esse foi o terceiro ano consecutivo em que o setor apresentou desempenho positivo. Essa taxa situou-se bem acima da observada em 2005, período da base comparativa, quando as vendas expandiram-se em 8,5%.

Concorreram para impulsionar o consumo nesses períodos: o aumento do emprego, a recuperação gradual dos rendimentos dos trabalhadores e a inflação mais baixa. Acrescente-se a esses fatores a expansão

Tabela 2
Taxa de crescimento dos principais gêneros da indústria de transformação
Bahia, 2006

%

Classes e Gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado do Ano ³
Alimentos e bebidas	3.1	4.2	-1.3
Celulose, papel e produtos de papel	-7.2	-10.8	18.6
Refino de petróleo e produção de álcool	-12.0	-9.5	4.6
Produtos químicos	-9.1	-14.0	-0.2
Metalurgia básica	-0.6	0.5	9.7
Veículos automotores	-	-8.6	-6.4

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria

Notas: ¹ Com ajuste sazonal

² Em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Em relação ao mesmo período do ano anterior

do crédito, sem dúvida um importante incentivo para dinamizar o varejo, bem como a expansão na massa salarial dos ocupados da RMS. Também, no intuito de ampliar o giro dos negócios, os lojistas, cada vez mais, vêm apostando nas promoções e investindo em intensas campanhas de *marketing*.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), há trinta e sete meses consecutivos o comércio varejista do estado da Bahia vem apresentando desempenhos positivos, cujas taxas mais expressivas apuradas mensalmente nos anos de 2004 e 2005 foram observadas nos segmentos de *Móveis e eletrodomésticos* e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*. A ampliação dos prazos de parcelamentos das compras e as maiores facilidades de acesso ao crédito foram de fundamental importância para alavancar as vendas desses bens. Porém, desde junho de 2006 o segmento de *Móveis e eletrodomésticos* vem indicando desaceleração no nível de atividade, ao passo que no ramo de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* os dados oscilaram, nesse período, entre pequenas variações positivas e desempenhos negativos.

Em relação ao comércio exterior baiano, apesar da política cambial que tem valorizado em demasia a moeda nacional, o comportamento dos preços dos produtos no mercado internacional tem sido determi-

nante para o desempenho das exportações baianas, que alcançaram, em 2006, cerca de US\$ 6,8 bilhões. Esse valor é 13,1% superior ao ano de 2005 e foi obtido quase que exclusivamente pela valorização dos preços, em média de 27,4%, já que a quantidade total embarcada reduziu-se no período (11,2%).

Impulsionadas pela conjuntura favorável do câmbio, as importações chegaram a US\$ 4,5 bilhões no mesmo período, e um incremento de 34,9%, em relação a 2005. Segundo as informações técnicas dos relatórios do comércio exterior publicados pelo PROMO, o crescimento das importações, nesse ano, esteve vinculado ao setor de bens de consumo duráveis (127%) especificamente eletrônicos, ajudados pela queda do dólar; ao de bens intermediários (56,2%), pressionado pelo aumento dos preços do sulfeto de cobre no mercado internacional; e ao de bens de capital (31,1%), ligado à modernização da produção industrial.

Fruto da sensível melhora em seus preços externos, as vendas de celulose e papel, vem crescendo mês a mês, atingindo US\$ 715,4 milhões no acumulado do ano de 2006 — valor esse, 64,7% maior que o registrado em igual período do ano anterior. Segundo a PROMO, a expectativa é que a demanda da China, segundo maior produtor de papel do mundo, continue impulsionando as vendas globais da matéria prima.

Tabela 3
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano,
segundo Grupos de Atividade - Jan/Dez - 2006

%

Atividades	Acumulado no ano de 2006 ²	
	Valor nominal de vendas	Volume de vendas ¹
Comércio varejista*	13,04	9,73
Combustíveis e lubrificantes	10,67	-1,65
Hipermercados, supermercados, prods. alimentícios, bebidas e fumo	13,61	14,17
Hipermercado e supermercado	22,89	23,34
Tecidos, vestuário e calçados	9,78	2,80
Móveis e eletrodomésticos	18,87	18,95
Art. Farm. med. ort. e de perfumaria	10,60	3,45
Equip. mat. p/ esc.inf. comunicação	5,68	20,66
Livros, jornais, rev. e papelaria	-26,76	-29,27
Outros art.de uso pess. e doméstico	19,89	13,41
Veículos e motos, partes e peças	20,47	19,54
Material de construção	8,01	2,55

Fonte: IBGE/PMC

* O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

¹ Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

² Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

O setor de petróleo e derivados, apesar da redução nas vendas (20%) que vem ocorrendo desde julho, ocupa a segunda posição em receitas no acumulado do ano, com US\$ 1,1 bilhão. Os preços do produto no mercado internacional vêm recuando nos últimos meses, influenciando nos resultados mensais.

O Destaque das exportações do ano, conforme Tabela 4 foi dado pelo setor metalúrgico que expandiu suas vendas externas em aproximadamente 78%. Ainda, segundo a PROMO, o cobre (catodos, fios e resíduos) é o principal responsável pelo bom desempenho do setor, em função das boas cotações do produto no mercado internacional.

Finalizando, observa-se que a conjuntura de 2006 favoreceu apenas a alguns segmentos da economia baiana. Entretanto, setores tradicionais como agricultura e a indústria de transformação, neste último, considerando os desempenhos negativos do mês de dezembro, não propiciaram ao PIB taxas de crescimento capazes de conduzir o seu resultado a um patamar mais elevado.

Mesmo assim, a retomada do crescimento ocorrida no quarto trimestre do ano de 2006, pode ser um sinalizador do desempenho econômico do próximo ano. Espera-se, com a continuidade dos investimentos industriais previstos para 2007, bem como através dos primeiros levantamentos da produção agrícola realizados pelo IBGE para a Bahia, que a taxa de crescimento do PIB baiano seja superior à registrada em 2006, com maior destaque para o setor agropecuário.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 09 Mar. 2007.

BOLETIM DO CAGED. Salvador: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 05 mar. 2007.

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Informativo Janeiro-Junho de 2006. Salvador: PROMO-BA. Dispo-

Tabela 4
Exportações baianas - principais segmentos - Jan/Dez - 2005/2006

Segmentos	Valores (us\$ 1000 FOB)		Variação %	Participação %
	2005	2006		
Químicos e Petroquímicos	1.152.388	1.351.022	17,24	19,95
Petróleo e Derivados	1.375.657	1.099.312	-20,09	16,23
Metalúrgicos	578.294	1.029.262	77,98	15,20
Automotivo	872.186	920.652	5,56	13,60
Papel e Celulose	434.363	715.376	64,70	10,56
Soja e Derivados	377.174	270.403	-28,31	3,99
Minerais	154.801	221.742	43,24	3,27
Cacau e Derivados	224.401	209.561	-6,61	3,09
Café e Especiarias	89.054	111.100	24,76	1,64
Couros e Peles	71.597	92.372	29,02	1,36
Sisal e Derivados	63.552	79.970	25,83	1,18
Algodão e seus Subprodutos	96.112	107.654	12,01	1,59
Móveis e Semelhantes	68.236	71.502	4,79	1,06
Calçados e suas Partes	56.032	62.489	11,52	0,92
Borracha e suas Obras	46.797	75.985	62,37	1,12
Frutas e suas Preparações	103.581	115.469	11,48	1,71
Maq., Apars. e Mat. Elétricos	38.826	57.670	48,53	0,85
Fumo e Derivados	18.613	24.614	32,24	0,36
Pesca e Aquicultura	18.118	12.067	-33,40	0,18
Demais Segmentos	147.962	143.759	-2,84	2,12
Total	5.987.744	6.771.981	13,10	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, Dados Coletados em 09/01/2007
Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

nível em: www.promobahia.com.br. Acesso em: 28 fev. 2007.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 09 mar. 2007.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 mar. 2007.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 07 mar. 2007.

PIB TRIMESTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 mar. 2007. ■

Oportunidades da agroindústria do abacaxi para Itaberaba

André Pomponet*

Célia Regina Sganzerla Santana*

O cultivo do abacaxi em Itaberaba, município do semi-árido baiano distante 266 km de Salvador e localizado na região do Rio Paraguaçu, tem-se constituído em alternativa de geração de emprego e renda, dinamizando a economia local. Organizados por meio de uma cooperativa, os produtores locais geram cerca de três mil empregos diretos e indiretos em um sistema de agricultura predominantemente familiar (82% estão nessa condição), que produziu, em 2004, 41 milhões de frutos, com valor da produção estimado em R\$ 10,660 milhões (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2007).

Além de abastecer o mercado baiano, o abacaxi “pé-rola”, conhecido pelo alto teor de açúcar, é vendido também em Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Brasília (DF), e desde 2004 é exportado pelos próprios produtores para a Espanha, Portugal e Polônia. É um avanço, já que anteriormente os cooperados repassavam a produção para uma empresa exportadora de Tocantins.

A manutenção do cultivo, com o conseqüente aquecimento da economia local, porém, precisa ser avaliada com ressalvas. Há a ameaça permanente das doenças (a *fusariose* é a principal delas), as secas periódicas comprometem a qualidade dos frutos e o acesso restrito ao crédito ainda é um empecilho para o financiamento da produção. O principal problema, contudo, é a insistência em se perpetuar o modelo primário-exportador. Incapaz de romper o paradigma, o produtor não agrega valor ao produto, comercializando-o *in natura*, só obtendo preços atraentes quando

as secas não prejudicam a safra. Em épocas de estio, os frutos são vendidos por preços irrisórios a empresas que processam algum beneficiamento, produzindo polpas, sucos ou compotas.

A finalidade deste artigo é ressaltar a importância de se beneficiar o fruto em Itaberaba, através de agroindústrias familiares. A organização dos produtores com esse propósito gerará empregos, elevará a renda dos plantadores e resultará em impostos para o município. Em suma, haverá a consolidação da agroindústria familiar, rompendo o padrão primário-exportador e fortalecendo a economia local.

A abacaxicultura em Itaberaba

Conhecido como “Portal da Chapada”, Itaberaba é um dos principais municípios da Região do Paraguaçu. A atividade comercial é uma das mais diversificadas da Chapada Diamantina, com agências de bancos públicos e privados e sedes regionais de alguns órgãos governamentais. Possui um dos maiores rebanhos bovinos da região e, na agricultura, além do cultivo do abacaxi, se destaca também na produção de manga (em 2004 a safra rendeu 1,411 milhão de frutos, com valor estimado em R\$ 5,040 milhões), limão e mandioca. É sede de empresas do setor moveleiro e de

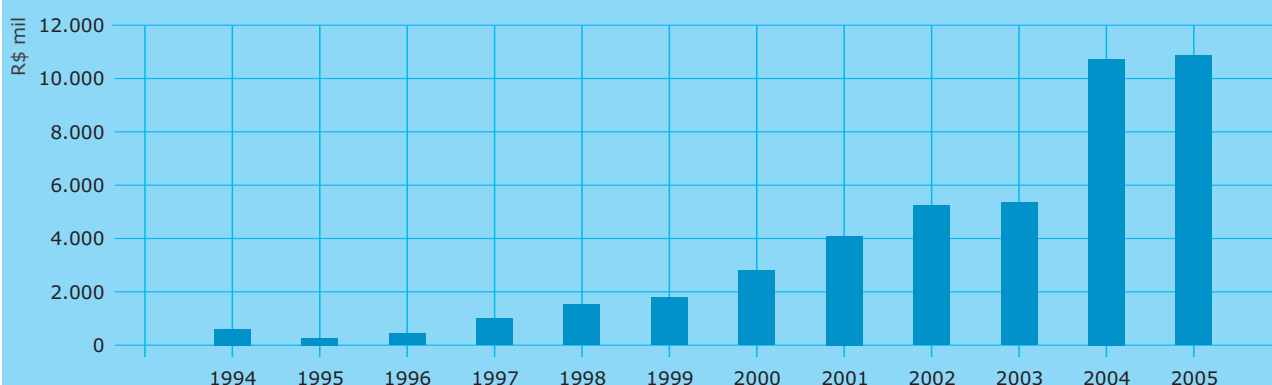
* Especialistas em políticas públicas e gestão governamental.

uma fábrica de calçados femininos, com produção anual estimada em 3,8 milhões de pares, e geradora de centenas de empregos diretos.

O município assumiu a hegemonia na produção de abacaxi na Bahia na década de 1990, com a decadência da lavoura em Coração de Maria, cujos frutos foram atingidos pela doença da *fusariose*. Dotado de condições climáticas favoráveis para o cultivo do abacaxizeiro, o município produz o fruto há cerca de 30 anos, mas somente a partir de 1993 é que o plantio disseminou-se, resultado de uma experiência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Naquele ano, foram plantados 50 hectares, saltando para cerca de dois mil 12 anos depois. O valor da produção, estimado em 474 mil reais em 1994, elevou-se para patamares acima de 10 milhões de reais em 2004 e 2005, conforme se pode conferir no Gráfico 1.

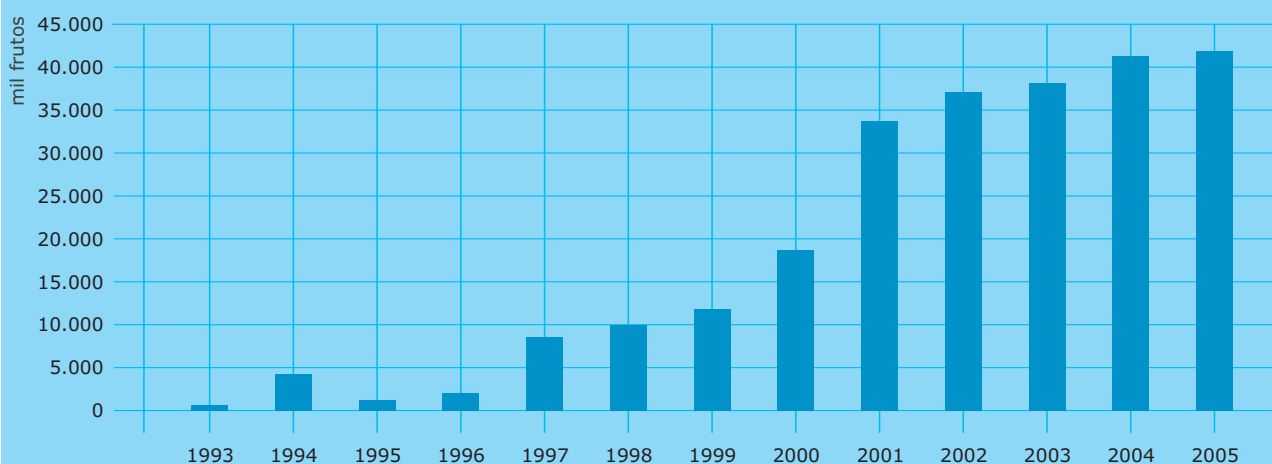
Em 2005 a área colhida estimada foi de 1.460 hectares, com tamanho médio de cada propriedade estimado em três hectares. Ao longo dos anos, a produtividade cresceu em virtude do apoio técnico, passando de 18,4 mil frutos colhidos por hectare em 2000, para mais de 41 mil frutos em 2005, de acordo com o Gráfico 2. Tal crescimento ocorreu, em parte, graças ao apoio técnico, já que há estimativas apontando que 70% dos produtores locais contam com assistência da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Esse desempenho permite que os produtores tenham uma renda média mensal em torno de três salários mínimos, com expressivo emprego da mão-de-obra familiar. Um detalhe adicional é que o abacaxi pode ser plantado em regime de consórcio com outros cultivos, como feijão, mandioca e milho, que reforçam o caráter familiar da atividade, baseada na diversidade agrícola.

Gráfico 1
Produção de abacaxi, Itaberaba - Bahia: 1994 - 2005



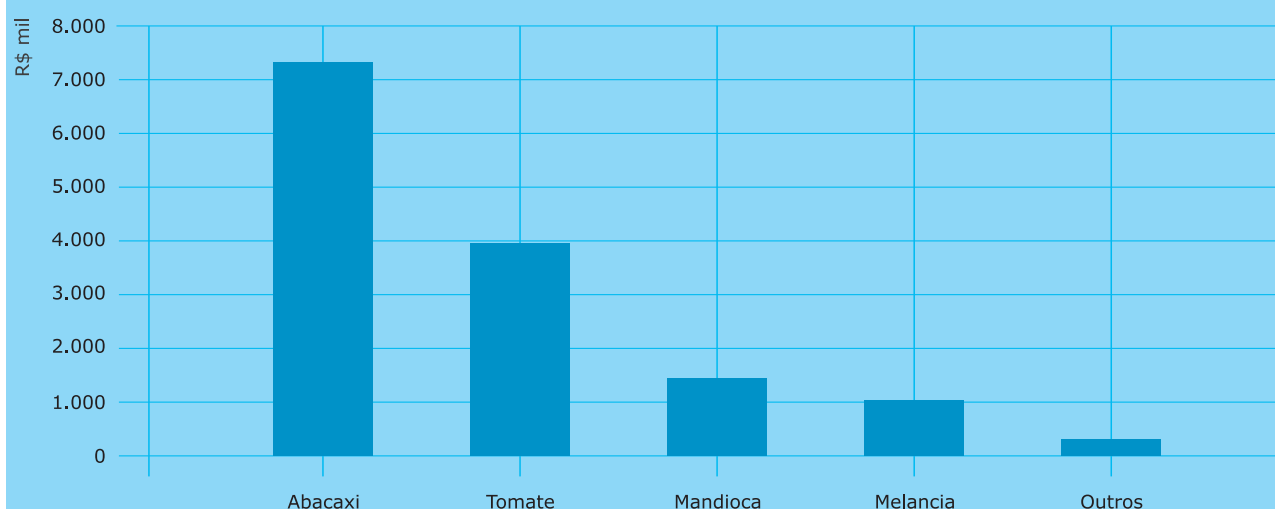
Fonte: Elaboração do autor de acordo com IBGE - Produção Agrícola Municipal
*O ano de 1993 foi omitido devido à mudança de moeda

Gráfico 2
Quantidade produzida de abacaxi, Itaberaba - Bahia: 1993 - 2005



Fonte: Elaboração do autor de acordo com IBGE - Produção Agrícola Municipal

Gráfico 3
Lavoura temporária (Valor Médio da Produção), Itaberaba - Bahia: 2005



Fonte: Elaboração do autor de acordo com IBGE - Produção Agrícola Municipal

O valor médio da produção por hectare do abacaxi em Itaberaba também se destaca na comparação com outras culturas da lavoura temporária local, conforme se observa no Gráfico 3.

A evolução do cultivo do abacaxi em Itaberaba está relacionada à organização dos produtores, já que cerca de 600 estão vinculados à Cooperativa dos Produtores de Abacaxi de Itaberaba (Coopaita), embora se estime que haja cerca de mil produtores no município. A criação da cooperativa contou com o apoio do Sebrae, que diagnosticou alguns problemas de gestão a serem enfrentados, como a desorganização dos produtores e a falta de visão na atividade. Depois de criada, a entidade inclusive passou a integrar o Grupo Gestor do Abacaxi, composto também por EBDA, Embrapa, Sebrae e ADAB, cuja finalidade é acompanhar o desenvolvimento da produção buscando soluções para as dificuldades.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos produtores é a presença da *fusariose*. Estimativas apontam que cerca de 30% da produção se perde em função dessa doença, o que se reflete negativamente sobre os lucros. Outro problema enfrentado é a concorrência de outros estados e países produtores, mesmo com a aceitação que o produto tem no Brasil e no exterior. Para tanto, exige-se um esforço permanente de aprimoramento da planta (visando aumentar a qualidade e a produtividade) e, ao mesmo tempo, fazer com que esse desenvolvimento de tecnologia alcance todos os produtores.

Um outro problema relevante se refere ao clima. Embora apresente condições favoráveis ao cultivo, Itaberaba é um município sujeito a prolongados períodos de estiagem, o que compromete o desenvolvimento da planta. Períodos de seca superiores a três meses já produzem danos no fruto, que exige irrigação para não apresentar deficiências (a alternativa de se empregar a água do Rio Paraguaçu para suprir a ausência de chuvas não é acessível a todos os produtores). Em 2003, por exemplo, uma estiagem danificou cerca de 70% da safra, o que impediu os produtores de venderem o produto no mercado de frutas frescas, onde se obtêm preços maiores. Para evitar um prejuízo maior, os frutos foram vendidos a indústrias de beneficiamento, que oferecem preços mais baixos. O valor da produção é um indicativo do prejuízo: em 2003 foram colhidos 38 milhões de frutos, que renderam R\$ 5,32 milhões; no ano seguinte, a produção cresceu somente três milhões, mas o valor atingiu os R\$ 10,660 milhões já citados (a preços correntes).

Mas, mesmo com as oscilações nos rendimentos, decorrentes dos riscos inerentes à atividade agrícola, a abacaxicultura é uma alternativa interessante para o município, já que os três mil empregos diretos e indiretos gerados têm impacto notável sobre uma população estimada em 2005 de 62 mil pessoas (IBGE, 2007). E o modelo de organização dos produtores, através da Coopaita, inclusive se reflete sobre a lucratividade. Um dos efeitos notados é a redução da inadimplência, pois a organização assegura o pagamento aos agricultores, sem a ação dos intermediários.

Mesmo com as oscilações nos rendimentos, decorrentes dos riscos inerentes à atividade agrícola, a abacaxicultura é uma alternativa interessante para o município

rios, como ocorre em inúmeras atividades agrícolas. Outro efeito positivo é a exportação direta dos frutos via cooperativa, como já se faz desde 2004, o que elimina também a ação de intermediários.

Contudo, mesmo com esses avanços verificados em termos sociais, com a melhor organização dos produtores, a abacaxicultura em Itaberaba permanece como uma atividade primário-exportadora tradicional e, portanto, muito sujeita às incertezas climáticas, às oscilações de preços e às naturais limitações impostas às atividades com baixo valor agregado ao produto. É necessário, portanto, que se aproveite o dinamismo criado pelo cultivo do abacaxi e se favoreça o surgimento de atividades que agreguem valor a uma das principais atividades econômicas de Itaberaba.

Abacaxi e agroindústria

Itaberaba situa-se no semi-árido baiano e enfrenta problemas semelhantes àqueles que afligem a maioria dos municípios da região. A mão-de-obra é pouco qualificada, já que 24,78% dos que têm idade superior a 15 anos são analfabetos e 44,18% têm menos de quatro anos de estudo, a renda *per capita* em 2000 estava aquém do salário mínimo (R\$ 122,10, contra R\$ 151,00 do mínimo naquele ano) e a informalidade atingia 66% dos trabalhadores (SEI, 2006).

Condições precárias no mercado de trabalho e no nível de educação naturalmente se refletem nos indicadores de pobreza. Em 2000, 58% da população estava nessa situação e, nesse universo, 32,45% estavam em condição de indigência, ou seja, não dispunham de renda suficiente sequer para se alimentar. Itaberaba, portanto, converge para a média das condições do semi-árido baiano, em que se combinam baixa produtividade do setor agrícola (naturalmente com a exceção da abacaxicultura), escassez de estabeleci-

mentos industriais e baixo dinamismo nos segmentos de comércio e serviços.

Superar esse quadro, todavia, não é tarefa fácil. A expansão e aprofundamento das políticas públicas de educação e saúde, combinadas às políticas de transferência de renda, produzem resultados que atenuam a pobreza, mas a situação exige soluções mais complexas. A diversificação das atividades produtivas, combinando a agricultura tradicional com a agroindústria, é uma alternativa para dinamizar a economia local. E o sucesso alcançado pelo cultivo do abacaxi atende a um requisito para a instalação de agroindústrias familiares.

A agroindústria familiar, em caráter artesanal, gera produtos através de processamento simples, com baixo conteúdo tecnológico e capacidade significativa de agregação de valor, como doces, compotas, doces em calda e polpas. Normalmente volta-se para os mercados local e regional e emprega mão-de-obra familiar e pouco qualificada em atividades artesanais ou semi-artesanais (RUIZ, 2007). A matéria-prima empregada normalmente é o excedente não vendido *in natura* e que não obtém preços atraentes nos mercados. Encaixa-se, portanto, no perfil de Itaberaba, que reúne os requisitos expostos acima.

A agroindústria familiar, em caráter artesanal, gera produtos através de processamento simples, com baixo conteúdo tecnológico e capacidade significativa de agregação de valor

Mas a agroindústria familiar exige condições prévias para se consolidar, pois somente 3% dos estabelecimentos conseguem sobreviver (RUIZ, 2007). A principal condição é a realização de um planejamento adequado, com a definição exata de potenciais mercados consumidores, dotação de uma estrutura compatível para o processamento dos produtos (normalmente produzidos em pequena escala e em dimensões semi-industriais), condições para a comercialização da produção e divulgação dos produtos junto ao público consumidor.

O arranjo institucional para o atendimento dessas condições, porém, é complexo e exige a ação de múltiplos atores. Note-se que embora empregue mão-de-obra familiar e que não exija uma maior qualificação, a atividade requer cuidados específicos, como a capacitação do trabalhador na higiene, manipulação, processamento e comercialização dos produtos. Estima-se que as dificuldades da agroindústria familiar em apresentar produtos bem embalados e visualmente atraentes influenciam no sucesso ou fracasso do empreendimento (RUIZ, 2007). É uma evidência de que sem um planejamento cuidadoso a agroindústria familiar pode fracassar.

A consolidação de uma cultura associativa e cooperativa é um pré-requisito fundamental para a agroindústria familiar que a abacaxicultura em Itaberaba já contempla

A consolidação de uma cultura associativa e cooperativa é um pré-requisito fundamental para a agroindústria familiar que a abacaxicultura em Itaberaba já contempla. O desenvolvimento e o acesso a novas tecnologias, o acesso a linhas de crédito (como as disponibilizadas pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar) e a oferta de infra-estrutura em transportes são atribuições que o Estado pode desempenhar bem. Já a análise dos mercados, a divulgação dos produtos e o treinamento da mão-de-obra, por sua vez, podem ser executados por organizações não-governamentais, como o próprio Sebrae. A intervenção desses atores, porém, não prescinde da mobilização dos produtores, principal grupo de pressão política para a viabilização da agroindústria familiar.

O Grupo Gestor do Abacaxi, criado com a finalidade de supervisionar e orientar a atividade dos produtores, certamente pode ter um papel importante na construção da agroindústria familiar em Itaberaba, inclusive despertando para a comunidade a relevância de se agregar valor através de atividades artesanais que utilizam baixa tecnologia e não requerem mão-de-obra com maior qualificação, o que atende às condições do município.

Considerações finais

Parece evidente que a agroindústria familiar do abacaxi constitui uma alternativa interessante para geração de emprego e renda em Itaberaba e, por consequência, para a redução da pobreza. Há, porém, um requisito necessário para o desenrolar de todo o processo descrito acima: a de que a agroindústria familiar constitua um objetivo de governo, partindo de um conceito de desenvolvimento para o semi-árido baiano.

O aproveitamento dos produtos não comercializados in natura na agroindústria familiar representa um primeiro passo no sentido de se reduzir a dependência do agricultor das incertezas climáticas e propiciar o surgimento e o desenvolvimento de outras atividades produtivas, colaborando para a redução da pobreza.

A longa estagnação da economia brasileira e as escassas oportunidades de trabalho oferecidas pelas grandes metrópoles evidenciam que a fixação do homem no campo de forma produtiva e auto-sustentável é a alternativa mais adequada para o enfrentamento da pobreza longe dos grandes centros urbanos da Bahia. Impulsionada pelo abacaxi, Itaberaba pode constituir um espaço privilegiado para uma experiência peculiar na agroindústria familiar no estado.

Referências

CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE ITABERABA. *Produção de Abacaxi*. Disponível em: <www.sendnet.com.br/cdl/produtora_abacaxi.html>. Acesso em: 24 jan. 2007.

CUNHA, Getúlio. Abacaxi em Itaberaba. *Informativo Mensal da Equipe Técnica do Abacaxi*, vol. 2 n. 7, jul. 2004. Embrapa. Disponível em: <www.todafruta.com.br/todafruta>. Acesso em: 24 jan. 2007.

OTTO Alencar inaugura unidade da Bahia Leve em Itaberaba. *Agecom*. Salvador, 30 set. 2002. Disponível em: <www.agecom.ba.gov.br/exibe_noticia.asp?id_noticia=2114>. Acesso em: 24 jan. 2007.

PAGEL, Geovana. Cidade baiana é referência nacional na produção de abacaxi pérola. *Agência de Notícias Brasil-Árabe*, São Paulo, 31 ago. 2005. Disponível em: <www.anba.com.br/pequena.php?id=36>. Acesso em: 25 jan. 2007.

REINHARDT, Domingo; ALVES, Alberto. *O perfil atual do agronegócio do abacaxi em Itaberaba-BA*. 06 ago. 2003. Disponível em: <www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto=188>. Acesso em: 25 jan. 2007.

RUIZ, Mauro; et al. *Agroindústria Familiar de Londrina-PR*. Disponível em: <www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE>. Acesso em: 26 jan. 2007.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Cultura – Abacaxi*. Salvador, 2007. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br/Abacaxi.htm>. Acesso em: 26 jan. 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Identificação e análise da evo-*

lução temporal das manchas de pobreza na Bahia. Banco Bahia Municípios. Produzido pela Diretoria de Estudos (DIREST). Salvador, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Consulta ao Banco de Dados. Cultura por Município. Disponível em: <http://sei/sei/frame_tabela.wsp?tmp.volta=sg1&tmp.tabela=t71>. Acesso em: 27 jan. 2007.

VIEIRA JÚNIOR, Rodrigo. Pequenos produtores baianos exportam abacaxi para Espanha. *Agência Sebrae de Notícias*, 20 out. 2004. Disponível em: <<http://asn.interjornal.com.br/noticia=2418851>>. Acesso em: 25 jan. 2007. ■

Os primeiros passos para compreender a realidade ambiental

SEP 75

Indicadores de sustentabilidade ambiental

A SEI, em convênio com o Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da Ufba, iniciou a construção de um conjunto de indicadores que vão permitir avaliar a realidade ambiental e o grau de sustentabilidade de diversos recursos no Estado. A primeira etapa deste trabalho traz definições conceituais e metodológica, referencial teórico, sistematização, estruturação e a formulação dos indicadores para os temas recursos hídricos e ambiente urbano. A realização desse estudo foi conduzida na perspectiva de prover indicadores capazes de orientar e avaliar as ações estratégicas de planejamento e gestão ambiental. Confira na SEP 75.



Biodiesel reanima agronegócio: um ano de boas perspectivas, embaladas pelas agroenergias

Robenilton dos Santos Luz*

O ano de 2006 será lembrado como um dos períodos recentes piores para a agropecuária comercial. Presa na teia de dependência externa e macroeconômica, sofreu crises em seus principais segmentos, com destaque para os dois primeiros da pauta exportadora: os complexos agroindustriais da soja e das carnes. Agricultores realizando piquetes em estradas, pacotes de ajuda do Governo Federal, aumento do saldo devedor e receita negativa tornaram-se notícias comuns vindas do campo. Mesmo assim, o agronegócio foi responsável por 93% do saldo da balança comercial brasileira no ano passado.

As perspectivas para o agronegócio em 2007 são bem melhores, indicando o início da recuperação do setor. Com os preços em alta devido às agroenergias e ao crescimento das economias centrais e emergentes demandantes de *commodities*, o terreno está preparado para bons negócios. Do outro lado, os custos de produção estão mais baixos, pois a última crise obrigou fornecedores de insumos, fertilizantes, tratores, colheitadeiras e outros meios de produção agrícolas a reduzirem os preços dos materiais. Os fornecedores enfrentam também a concorrência externa a preços competitivos graças ao câmbio apreciado, um dos principais causadores da crise da agricultura em 2006, que agora ajuda a manter os preços ao produtor rural baixos. Por fim, não é possível prever se o clima e as pragas vão prejudicar a agricultura, mas com os demais fatores positivos é possível iniciar o ano com otimismo.

Conjuntura econômica da agricultura

Um estudo da Agroconsult aponta que a receita do agronegócio deverá chegar a R\$ 26,4 bilhões em

2007, R\$ 6,1 bilhões acima das dívidas totais (R\$ 20,3 bilhões). Mesmo assim, o Governo se prepara para rolar parte das dívidas do setor, apesar de negar qualquer possibilidade de renegociação publicamente (ZANATTA, 2007). A equipe econômica trabalha discretamente para disponibilizar R\$ 6 bilhões esse ano, o que, se bem investido, pode ajudar a impulsionar a economia rural – ou inseri-la ainda mais em uma situação de dependência.

As previsões para a produção de grãos são bastante positivas: espera-se recorde na safra 2006/2007. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima a produção em 127,9 milhões de toneladas, 9,7% superior à safra anterior (IBGE, 2007). A liderança desse crescimento é nordestina (23,7%, para 11,8 milhões de toneladas), seguida pela Região Sul (13,7%, para 54,9 milhões de toneladas). Assim, o Nordeste passa a responder por 9,2% da produção nacional de grãos, enquanto o Centro-Oeste mantém-se com 33%. O Sul mantém a maior fatia, 42%, a se confirmarem as previsões do IBGE. Já a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) vem elevando suas estimativas a cada nova previsão da safra 2006/2007, e de acordo com o levantamento de fevereiro desse ano, a produção recorde deve se situar em 126 milhões de toneladas de grãos. A estimativa do órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também vê queda da área plantada, e conseqüente aumento da produtividade.

Análises de segmentos também confirmam as boas perspectivas. A soja já tinha, até o final de janeiro, 40% de sua atual safra negociada antecipadamente –

* Graduando da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). E-mail: niltonluz@yahoo.com.br.

eram 14% para a safra passada no mesmo período de 2006. Um dos mais afetados pela crise, o grão precisa de mais estímulo para se recuperar, mas já é um bom sinal para os combalidos produtores. O trigo também ensaia retomada, alavancada por preços altos e oferta próxima à demanda. Mantidas as condições favoráveis, onde se destaca o fim dos problemas climáticos que prejudicaram de forma intensa a safra 2005/2006 em culturas importantes, espera-se produção dobrada para a safra 2007/2008.

A diminuição do excedente americano, direcionado à produção do etanol, faz de 2007 um ano de boas perspectivas para o milho. Segundo o consultor Leonardo Sologuren, da Céleres, a rentabilidade do produto aumenta com o interesse chinês pela agroenergia este ano, o que possibilitaria ao Brasil exportar um volume de até 5 milhões de toneladas (ZAFALON, 2007). Entre os setores que passaram longe da crise, o café e a cana-de-açúcar prometem manter o vigor esse ano, apesar de algumas notícias reduzirem essas expectativas. O setor sucroalcooleiro deve manter o desempenho nas exportações: em 2006, experimentou um crescimento de 65,9% nas vendas externas.

A diminuição do excedente americano, direcionado à produção do etanol, faz de 2007 um ano de boas perspectivas para o milho

A reação das vendas de tratores em meio à própria crise demonstra que as indústrias do bem de produção souberam orientar-se em direção aos setores que passaram longe da crise – especialmente cana-de-açúcar e agricultura familiar – e que o agronegócio tem boas perspectivas de reversão da crise no médio prazo. Nos últimos três meses, a Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores (Anfavea) registrou aumento das vendas (22,4% no mês de janeiro, em relação ao mesmo período de 2006). Diz o vice-presidente da entidade, Pêrsio Luiz Pastre: “O setor de grãos já demonstra uma reação. O mercado começa a crescer de forma lenta e tudo indica que a curva de vendas voltou a um nível ascendente” (LOPES, 2007).

Outros setores também indicam o ânimo de recuperação do agronegócio. Os fertilizantes amargaram uma terrível crise em 2006, quando o faturamento consolidado caiu R\$ 1 bilhão em relação ao ano anterior, segundo a Associação Nacional para Difusão dos Adubos (ANDA). Mas no quarto semestre do ano, a exemplo do que ocorre com as colheitadeiras, as entregas cresceram bastante e representaram um incremento de 24,3% em dezembro de 2006 comparado ao mesmo período do ano anterior, enquanto no acumulado do ano esse número estacionou em 2,7% (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DO ADUBO, 2007).

A conjuntura econômica na pecuária

Também se espera que a produção e vendas externas de frango e carne suína, além de carne bovina, reajam em 2007. Essa última já demonstrou vigor ao começar o ano com vendas 39,14% superiores no mês de janeiro, em relação ao mesmo período do ano anterior, embora a base de comparação seja baixa devido ao auge da crise de febre aftosa, com embargos dos principais países importadores (ROCHA, 2007a). Em 2006, foi a carne bovina – em especial o segmento *in natura* – que segurou o complexo carnes, com aumento das vendas para mercados emergentes.

A carne suína foi mais sensível à crise, com queda das vendas externas da ordem 15,5% em volume e 11,2% em receita em 2006 (ROCHA, 2007b). O setor é bastante sensível às importações da Rússia, cujo embargo ainda permanece ao maior estado produtor, Santa Catarina. Sob protesto constante dos suinocultores, que acusam o país de não ter justificativas, ainda não existem indícios de que haverá liberação da entrada do produto brasileiro no curto prazo. Ainda assim, há otimismo no meio, que espera retornar ao desempenho de 2005, baseado nos preços em ascensão e no provável aumento das vendas para a Ásia.

A carne suína foi mais sensível à crise, com queda das vendas externas da ordem 15,5% em volume e 11,2% em receita em 2006

A descoberta de focos de gripe aviária em países da Europa poderia aumentar as importações do produto brasileiro, como também retraindo ainda mais a demanda do produto. A probabilidade maior da segunda opção se baseia no alarme que tem tomado a Europa depois da descoberta dos focos do vírus H5N1, causador da doença. Entretanto, por efeito substituição, pode-se esperar maior consumo de carne bovina, onde as exportações brasileiras podem se beneficiar. As exportações de carne de frango caíram 4,67% em 2006, e embora a situação esteja um pouco melhor no segundo semestre, a baixa base de comparação pode ser o fator explicativo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES E EXPORTADORES DE FRANGO, 2007). É cedo para dizer se o setor terá boas notícias em 2007, uma vez que a gripe aviária ameaça a própria humanidade e pode tomar dimensões catastróficas caso se alastre pelo continente asiático ou pelo europeu.

O futuro da agropecuária impulsionado pelas agroenergias

Se o milho terá um dos melhores anos de sua história recente em 2007, isso pode ser atribuído, em parte, ao programa norte-americano de biodiesel, que utiliza o grão como matéria-prima. Pelo mesmo motivo os preços internacionais têm aumentado, já que o direcionamento da produção do país para a geração de energia provoca diminuição de sua participação em outros mercados do produto. Apesar da superprodução de 2007, os EUA logo deverão ser obrigados a importar milho, já que é improvável a utilização de outras matérias-primas a médio prazo, como defendem os especialistas, e impossível o aumento da produção pelas limitações da área de plantio.

Mas não apenas o milho demonstra como a febre da bioenergia pode impulsionar a agropecuária nos próximos anos. Boa parte dos programas do governo brasileiro que privilegiam a pequena agricultura tem como base a produção de matéria-prima para o biodiesel. Segmentos menores da agricultura nacional, como o dendê e a mamona, vêm ganhando importância com a utilização em pesquisas e produção de bioenergia. A agricultura empresarial tem na soja suas apostas para quando a demanda por biodiesel, estipulada por lei em 2% a partir do ano que vem, exigir maior volume do combustível.

Ninguém diverge sobre as vantagens dos biocombustíveis: além de renováveis, aproveitam os resíduos e poluem menos a atmosfera do que os derivados de petróleo. O pesquisador da Embrapa, Renato Roscoe, afirma que o biodiesel “reduz em 50% as emissões de poluentes e em 78% as de gás carbônico para a atmosfera”, comparativamente (ROSCOE, 2007). Seja em termos econômicos ou ambientais, a agroenergia apresenta melhores retornos do que a maioria dos combustíveis fósseis, altamente poluentes e não-renováveis.

Com isso, a onda da bioenergia só cresce. A maioria dos países do mundo já tem programas de incentivo à utilização de biodiesel adicionado ao combustível dos automóveis. As empresas, especialmente as que lidam com transporte massivo de material, começam a desenvolver seus próprios programas com biodiesel. Segmentos públicos e privados de pesquisa, assim como a própria Embrapa, têm anunciado programas de exploração na área. Até a China promete entrar no mercado a partir desse ano.

A Eletrosul começou pesquisas com biodiesel no final do ano passado. A Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas do país, que já adiciona 2% de biodiesel ao diesel usado em seus caminhões, já acertou com a BR Distribuidora entrega de combustível com um percentual maior, entre 20% e 30%, a partir de maio. A maior transportadora de veículos da América Latina, a Sada, já tem uma subsidiária na pesquisa de fontes alternativas a partir de material agrícola, como pinhão manso e cana-de-açúcar. Juntam-se a grandes grupos privados como a Ipiranga, a Bertin, a Caramuru, dentre já inúmeras que têm algumas pesquisas ou utilização de bioenergia. A Petrobrás, empresa de economia mista e a maior do país, centraliza boa parte das atividades em torno da pesquisa e desenvolvimento do biodiesel nacional. E o capital externo também aporta cada vez em maior número no Brasil para aproveitar as potencialidades de produção e consumo da bioenergia no país (O PROPAGADO..., 2007).

Não apenas as grandes empresas investem na novidade. O biodiesel, que pode ser utilizado para substituir parcialmente ou totalmente o diesel, não requer alta tecnologia ou matérias-primas caras para ser obtido: há programas e tutoriais na Internet ensinando como produzi-lo em casa. O frigorífico paranaense Big Frango abastece sua frota de 180 caminhões com uma composição que mistura o biodiesel ao diesel do petróleo, numa proporção equivalente à metade (qua-

se 500 mil litros mensais de biodiesel) do combustível total que abastece seus veículos, extraída de gordura animal e gerada no próprio frigorífico com a mesma matéria-prima produzida e comercializada pelo estabelecimento¹ (O PROPAGADO..., 2007).

A febre do biodiesel e do etanol no mundo

Após a crise do petróleo de 1972, o mundo vem direcionando sua atenção para a necessidade de fontes alternativas de energia. Entretanto, especialmente por limitações científicas, demorou algum tempo até que fossem desenvolvidas tecnologias que propiciassem a extração e o aproveitamento de fontes renováveis, sem agressões ao meio ambiente.

Com o apetite da economia chinesa superaquecendo a demanda por energia e o mundo produzindo cada vez mais, ocorrem altas no preço do petróleo que estimulam a busca por outras fontes energéticas. Estudo do Ministério da Agricultura prevê que a demanda mundial por energia crescerá a uma média de 1,7% ano durante as próximas três décadas, taxa que não é seguida pelo crescimento da exploração do petróleo e descoberta de novas jazidas.

Portanto, a esperada escassez do petróleo virá, montando um contexto propício para que a procura por energias alternativas torne-se um imperativo para qualquer projeto de desenvolvimento. E o conceito de energias alternativas, em geral referente a quaisquer fontes que não o próprio petróleo (ou os combustíveis fósseis mais importantes), cada vez mais se torna sinônimo de agroenergias. “A agricultura é alternativa viável, do ponto de vista econômico, social e ambiental para a geração de energia renovável”, diz o texto do Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011, do Governo Federal (PLANO..., 2007).

Em todas as economias do globo, com exceção das petrolíferas, têm-se fomentado a pesquisa e o uso de novas fontes sustentáveis de energias. Os EUA desenvolvem o etanol extraído do milho como forma de substituir a energia petrolífera. Para isso, a produção americana do grão cresce rapidamente, já que a lei americana prevê o consumo de 7,5 bilhões de galões até 2012, produzindo internamente toda a energia de que precisem em um futuro próximo². O programa americano restringe a importação, na perspectiva de

Em todas as economias do globo, com exceção das petrolíferas, têm-se fomentado a pesquisa e o uso de novas fontes sustentáveis de energias

fomentar o desenvolvimento da produção local e evitar a dependência externa, como ocorre com o petróleo³. O país também subsidia pesadamente sua produção, e os subsídios só devem aumentar com a nova lei americana do agronegócio.

Os programas dos EUA e da Europa encontram dificuldades porque a agricultura local é pouco competitiva e repassa preços altos aos compradores das suas matérias-primas, apesar dos subsídios. Esse problema é ainda maior na União Européia, cujo tímido programa de adicionar 10% de biodiesel à gasolina usada nos veículos até 2020 (25% até 2030) encontra grande resistência na capacidade do bloco em produzi-lo. A UE sinaliza que também deve procurar restringir a importação de biocombustíveis dos países com agricultura competitiva, como o Brasil.

Com o crescimento da demanda por energias alternativas, países com grande produção agrícola devem ser beneficiados. É o caso da Argentina, cujos programas de geração de agroenergia estão voltados para o mercado internacional. A Lei dos Biocombustíveis argentina exige que 5% de etanol e de biodiesel sejam adicionados aos combustíveis a partir de 2010 – o que absorveria uma parcela pequena da produção local, baseada no milho e na soja. “Está se desenvolvendo uma indústria de exportação de etanol e biodiesel de aproximadamente dois milhões de toneladas por ano”, diz Miguel Almada, economista do Programa Nacional de Biocombustíveis (OSAVA, 2007).

¹ A qualidade da energia obtida do sebo bovino é levemente inferior, mas tem um custo de produção menor.

² Como não há novas fronteiras agrícolas nos EUA, o país amplia sua área cultivada de milho substituindo a soja, algo que no curto prazo deve significar aumento das importações desse item.

³ Mesmo assim, os EUA importam 60% das vendas externas do etanol brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar. Apesar da importância do item para as exportações brasileiras, isso não compromete o programa do governo americano, dada a enorme demanda por energia no país.

O futuro da agropecuária brasileira no rastro dos biocombustíveis

No caso brasileiro, a prioridade tem sido o mercado nacional. O Brasil tem programas em estágios avançados para atender a demanda interna. Projetos privados ou acadêmicos de pesquisa podem ter até 90% de financiamento através do BNDES. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura, acaba de criar a unidade Embrapa Agroenergia para pesquisar a geração de combustível a partir da gordura animal e vegetal.

Um exemplo dos novos investimentos é o ProBiodiesel, um programa energético com base em produtos como a mamona e o dendê. No entanto, o programa recebe críticas de muitos setores sociais por estar bastante atrelado à agricultura familiar. A soja seria, para alguns especialistas, uma alternativa mais realista, já que é a maior cultura agrícola do país. Pertinente ou não, o fato é que há dúvidas se o programa brasileiro é capaz de alcançar sua meta, o que compromete a própria determinação legal de adição de 2% de biodiesel ao diesel a partir de 2008, embora o governo sustente que os projetos da indústria brasileira devem garantir o suprimento da demanda. Existem 19 usinas em operação no país: 8 no Nordeste, 7 no Sudeste, 4 no Centro-Oeste, 1 no Norte e 1 no Sul. Outras 22 devem entrar em operação até o final do ano, completando o quadro que permitiria uma oferta de 1,8 bilhões de litros no início de 2008, segundo o governo (BARROS, 2007).

Por sua vez, os próprios críticos reconhecem que o projeto atende a necessidades de emprego e renda no campo. A mamona, por exemplo, é cultivada nas regiões mais hostis à agricultura, motivo pelo qual se concentra em localidades pouco desenvolvidas do Nordeste. Além disso, o biodiesel já está também na pauta de grandes empresas como a Petrobrás e a Bertin, apesar de ter sido concebido inicialmente pelo Governo Federal como um programa de sustentabilidade da agricultura familiar.

Um caso interessante é o de Floriano, município piauiense, onde o projeto de produção de biodiesel chegou com o objetivo de aumentar os empregos e a renda dos trabalhadores. A empresa instalada na região deveria produzir óleo através da mamona, mas a soja é hoje seu principal insumo, e os agricultores

locais colhem 70% menos mamona que em 2005 (QUESTÃO..., 2007). A soja é uma opção que surge mais rapidamente quando se pensa em produzir biodiesel em escala, mas também é extremamente perigosa e ineficiente. A cultura tem um histórico de destruição do cerrado e desmatamento florestal, concentra terras e acirra as desigualdades no campo. E somente 18% do grão são aproveitáveis para gerar biocombustível, o que cria imediatamente a necessidade de plantio em grande quantidade – com todos os problemas sociais e ambientais que isso certamente acarretará.

Outro obstáculo é o alto custo de produção, já que o óleo comestível mais usado no Brasil é produzido com sua matéria-prima. O milho também encontraria problemas na disputa de insumos com a indústria de alimentos, especialmente de frangos e suínos.

Apesar da pujança no campo, mesmo as maiores culturas agrícolas se concentram na produção e exportação dos grãos, graças às barreiras aos produtos de maior valor agregado impostas pela Europa e EUA. Ou seja, o complexo industrial é pouco desenvolvido, criando limitação de ordem técnica e logística.

Devido ao Programa Pró-Álcool, que remonta ao ano de 1975, o Brasil obteve experiência no uso do etanol, consolidou o álcool como eficiente alternativa à gasolina e se tornou líder em sua utilização e produção. Em um recente artigo, Mário Osava, correspondente da agência de notícias Inter Press Service, escreveu:

Solitário durante três décadas no uso do etanol, ou álcool etílico, para substituir parte da gasolina, o Brasil desenvolveu tecnologias e uma economia canavieira que lhe asseguram uma competitividade absoluta na exportação do insumo, ainda que limitada por barreiras protecionistas e um mercado internacional titubeante (Osava, 2007).

Estudo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) indica que a produção de etanol deve dobrar até 2017, quando as exportações devem alcançar 10,3 bilhões de litros. As exportações de etanol chegaram a 3,5 bilhões de litros em 2006, metade desse volume para os EUA.

Entretanto, a nova fronteira a ser explorada é a do biodiesel, e o Brasil tenta aproveitar todo seu potencial em geração de agroenergia. Talvez até pela experiência com o Pro-Álcool, o governo tem tido cautela nas

medidas pró-biodiesel. Com vastas áreas territoriais, a mais rica biomassa do planeta e o clima tropical, o país tem uma gama de possibilidades de exploração da bioenergia. Programas para a produção de biodiesel e de etanol direcionados à exportação apresentaram-se como obrigatórios ao Estado brasileiro frente às potencialidades do país em explorar com enormes vantagens as oportunidades do novo campo. O governo reconhece o papel das novas fontes energéticas para a economia do país no longo prazo.

O Brasil reúne vantagens comparativas que lhe permitem liderar o mercado internacional de biocombustíveis e promover ações de promoção dos produtos energéticos derivados da agroenergia. A ampliação das exportações, além de gerar divisas, consolidará o setor e impulsionará o desenvolvimento do País (DIRETRIZES DE POLÍTICA DE AGROENERGIA 2006-2011, p. 5).

Em outro trecho, é afirmado:

O Brasil encontra-se em situação privilegiada por situar-se, predominantemente, na faixa tropical e subtropical do planeta, recebendo intensa radiação solar ao longo do ano. Em adição, pela sua extensão e localização geográfica, também apresenta diversidade de clima, exuberância de biodiversidade e detém um quarto das reservas superficiais e sub-superficiais de água doce. (...) O País é reconhecido pela sua liderança na geração e implantação de tecnologia de agricultura tropical, associada a uma agroindústria em franca expansão (DIRETRIZES DE POLÍTICA DE AGROENERGIA 2006-2011, p. 6).

Em função disso, o Brasil possui 29,1% de participação da biomassa em sua matriz energética (no mundo, esse percentual é de 14%), graças a essa rica conjunção de fatores naturais e tecnológicos. Resta saber, para além dos “planos” que não se tornam projetos estratégicos de governo, se o país conseguirá realmente se estabelecer na nova fronteira econômica com a “liderança” que clama.

Assertativas – e nem tanto – sobre as agroenergias e o campo

É o petróleo que determinará a expansão do uso do biodiesel, algo que parece contraditório *a priori*. A ne-

cessidade de encontrar fontes alternativas ao petróleo tem estimulado o desenvolvimento da bioenergia, mas essas fontes alternativas ainda não podem ser utilizadas em larga escala, com baixo custo e sem maiores prejuízos econômicos e externalidades negativas. Maior fonte de obtenção de energia, utilizada em larga escala em todos os cantos do globo, o petróleo tem um futuro incerto, pois os cientistas não sabem quando de fato se esgotarão suas reservas, e muito menos se isso se dará de forma brusca ou estável.

Até porque não se conhecem as limitações de suas alternativas. Há opiniões conservadoras, como a do diretor do Pólo Nacional de Biocombustíveis, Weber Amaral. Ele estima que os biocombustíveis vão responder por, no máximo, 20% da demanda energética mundial (GERAQUE, 2007). Mas pouca gente se arrisca a definir os limites da bioenergia como forma de substituição sustentável das fontes mais poluentes e não-renováveis no longo prazo. Os próximos acontecimentos no mundo da energia serão tão impactantes quanto sempre foram na economia moderna, mas certamente são bem menos previsíveis.

Por sua vez, consequências nocivas da ampliação da produção de agroenergias também são esperadas, embora a propagação das vantagens comparativas em relação aos combustíveis fósseis seja comumente o enfoque preferido. É esperada disputa de insumos com a alimentação humana, com efeitos econômicos e sociais ainda difíceis de antever. A utilização de matéria-prima agrícola para produção de biocombustíveis pode levar à ampliação de monocultivos em vastas áreas agricultáveis do país, provocando também desmatamento. Isso acarretaria ainda condições indignas de trabalho em muitas regiões de cultivo extensivo e acirramento dos conflitos de terra com a necessidade de ampliação da área cultivada pela agricultura de porte, como o exemplo da soja. São problemas que não constam na maioria das análises, o que dificulta a adoção de medidas para evitá-las.

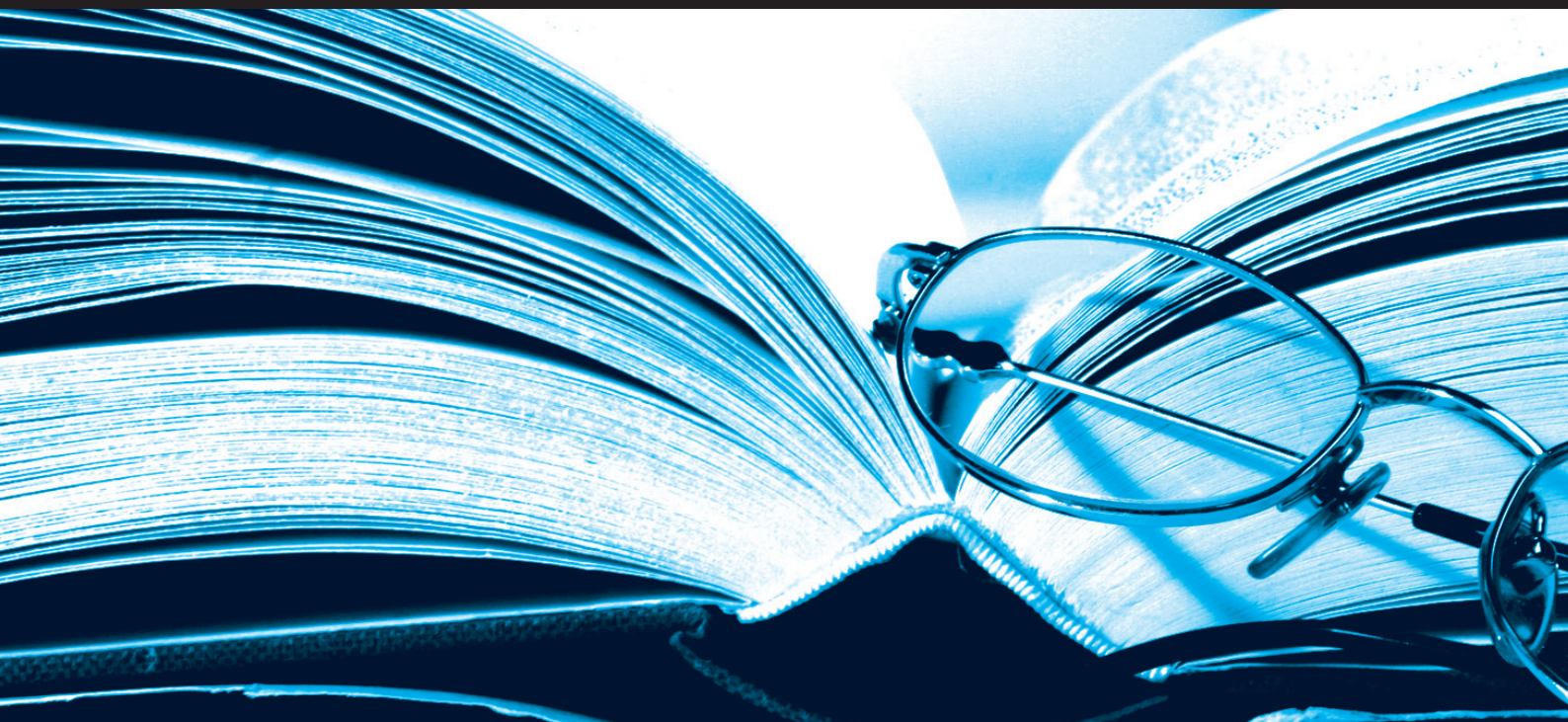
A utilização de matéria-prima agrícola para produção de biocombustíveis pode levar à ampliação de monocultivos em vastas áreas agricultáveis do país

Os biocombustíveis não devem mudar a relação de sujeição da agricultura à indústria, ou das economias agrícolas às tecnológicas para as quais fornecem matéria-prima. Mas abre um novo paradigma para o campo no momento em que se torna, para além de mera fornecedora de produtos alimentícios e matérias-primas básicas, fonte de parte da energia que mantém o motor da produção econômica em atividade. Espera-se uma relação mais direta e menos desigual com a indústria, que diminua o ritmo de queda relativa de valor da produção agropecuária no conjunto da economia, embora provavelmente não possa reverter essa tendência. Apesar de não ser possível à agropecuária tornar-se um elo dinâmico da atividade econômica, reduzir sua vulnerabilidade e dependência é importante para melhorar a qualidade de vida e de trabalho da enorme população rural.

Referências

- ABEF. Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango. *Estatísticas, exportações, atual*. Disponível em: <http://www.abef.com.br>. Acesso em: 27 Fev. 2007.
- ANDA. Associação Nacional para Difusão do Adubo. *Estatísticas*. Disponível em: <http://www.anda.org.br/portug/>. Acesso em: 26 Fev. 2007.
- BARROS, Bettina; BOUÇAS, Cibelle. Vale (quase) tudo no 'flexível' mercado de biodiesel no país. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 Fev. 2007, p. B-12.
- DIRETRIZES DE POLÍTICA DE AGROENERGIA 2006-2011. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://acessibilidade.mct.gov.br/index.php/content/view/5208.html>. Acesso em: 28 Fev. 2007.
- GERAQUE, Eduardo. Embriaguez bioenergética. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 Jan. 2007, p. 8.
- IBGE ratifica previsão de safra recorde. *Valor Econômico*, São Paulo, 8 Fev. 2007, p. B-11.
- LOPES, Fernando. Recuperação à vista na área da fertilizante. *Valor Econômico*, São Paulo, 8 de Fev, 2007, p. B-11.
- O PROPAGADO crescimento sustentável da economia brasileira se iniciará a partir de 2007? Relatório do *Núcleo de Estudos Conjunturais*, Salvador, 7 jan. p. 3 a 15. Disponível em: http://www.nec.ufba.br/artigos/Nível_de_Atividade/2007/default.asp. Acesso em: 14 jan. 2007.
- OSAVA, Mario. Boom dos biocombustíveis dispara temores. *Tierramérica – Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.tierramerica.net/portugues/2006/0916/pacentos.shtml>. Acesso em: 14 Jan. 2007.
- PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA 2006-2011. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,2864458&_dad=portal&_schema=PORTAL. Acesso em: 28 Fev. 2007.
- QUESTÃO de cultura. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 Jan. 2007, p. 9.
- ROCHA, Alda do Amaral. Exportador espera retomada este ano. *Valor Econômico*, São Paulo, 11 Jan. 2007, p. B-9.
- _____. Exportação de carne tem alta de 31%. *Valor Econômico*, São Paulo, 8 Fev. 2007 p. B-11.
- ZAFALON, Mauro. Agronegócio traz US\$ 239 bilhões para o Brasil em dez anos. *Folha Online*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ul-t91u113434.shtml>. Acesso em: 15 Jan. 2007.
- ZANATTA, Mauro. Apesar da retomada, Governo admite nova rolagem de dívidas. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 Fev. de 2007, p. B-14.
- ROSCOE, Renato. Biodiesel: uma opção emergente para a agricultura em Mato Grosso do Sul. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA. Disponível em: <http://www.cpa.embrapa.br/Noticias/artigos/artigo14.html>. Acesso em: 14 Jan. 2007. ■

O MAIOR ACERVO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ECONOMIA DO ESTADO.



Visite a Biblioteca da SEI e acesse mais de 25 mil títulos e 500 periódicos e relatórios técnicos de instituições nacionais e internacionais.

Coordenação de Biblioteca e Documentação da SEI

De 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 17:30

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida, CAB, Salvador-BA

(71) 3115-4748/ cobi@sei.ba.gov.br www.sei.ba.gov.br



Mercado de trabalho na Bahia e RMS em 2006

Edelcique Machado*

O presente artigo traz uma breve avaliação do emprego no estado da Bahia, destacando a Região Metropolitana de Salvador (RMS), marcado por influências conjunturais ao longo do ano de 2006. O estudo tem como base os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A PME, que analisa tanto o mercado formal como o informal, indica que o desemprego cresceu nas seis principais regiões metropolitanas (RM's) do País. No total das RM's, esta taxa em 2006 ficou em volta de 10,0%, apresentando um resultado bem próximo do observado em 2005, quando a taxa alcançou 9,8%.

Em 2006, o País interrompeu uma trajetória de queda na taxa de desocupação. Ressalte-se que a pequena elevação da taxa não impediu uma melhora qualitativa no mercado de trabalho, com um conseqüente aumento da formalidade e do rendimento. Analistas do mercado de trabalho afirmam que "só com uma economia mais aquecida será possível gerar vagas suficientes para reduzir a taxa de desemprego", e que "o PIB tem de crescer mais para o mercado absorver mais mão-de-obra" (DESEMPREGO..., 2007, p. 13).

Tabela 1
Taxas de desocupação das regiões metropolitanas 2005/2006

Regiões metropolitanas	2005	2006
Salvador	15,5	13,7
Recife	13,2	14,6
Porto Alegre	7,4	8
Rio de Janeiro	7,7	7,9
Belo Horizonte	8,8	8,5
São Paulo	10,2	10,5
Total das RM's	9,8	10

Fonte: IBGE-PME

Em termos de RM's, Recife aparece pela primeira vez como a região que apresentou a maior taxa de desocupação no País com um número que ficou por volta de 14,6%, em 2006, havendo um aumento em relação a 2005, quando esta taxa ficou em torno de 13,2%. A RMS perde então a primeira colocação neste *ranking*, havendo também um decréscimo entre os dois anos considerados, pois em 2005 apresentava uma taxa em torno de 15,5%, decrescendo para 13,7% em 2006.

O Rio de Janeiro aparece como a RM com menor taxa de desocupação, 7,9%, em 2006. Em 2005, esta taxa foi ligeiramente menor, ficando na faixa de 7,7%. Porto Alegre vem logo em seguida com uma taxa, na escala das menores, de 8,0%, em 2006, havendo um aumento em relação a 2005, quando esta taxa ficou por volta de 7,4%. Pode-se observar que apenas a RM de Salvador e a RM de Belo Horizonte apresentaram decréscimo no período. Para que a taxa da RMS volte a reduzir é necessário que haja a criação de pólos de porte médio dentro do interior do estado, de maneira que a PEA dessa localidade possa ser absorvida, evitando que essa população migre para a RMS, pressionando o mercado de trabalho e, conseqüentemente, elevando a taxa de desocupação nesta região.

Quanto a taxa de ocupação, verifica-se que o percentual de pessoas ocupadas em relação à PEA nas seis regiões metropolitanas foi de 90,0%. A RMS apresentou uma taxa, em 2006, de 86,3%, Recife apresentou a menor taxa de ocupação, com 85,4%, enquanto o Rio de Janeiro acusou a maior taxa, com 92,1%.

A RMS apresentou, em média, 1.425 mil pessoas ocupadas em 2006, número superior ao observado em 2005, que foi de 1.392 mil ocupados, representando o ingresso de mais 33 mil pessoas no mercado de

*Economista e técnico da SEI.

trabalho. Esse comportamento reflete o crescimento da economia baiana repercutido na ampliação efetiva do número de ocupados. Apesar dessa expansão, a PEA continua bastante pressionada em decorrência do elevado número de jovens que foram incorporados ao mercado, do aumento da migração de outros municípios e do aumento populacional, em comparação com outras regiões metropolitanas (DESEMPREGO, 2007, p.5)¹. Diante deste panorama, defende-se o surgimento de cidades de porte médio, para que a PEA do interior fique em sua região e, por consequência, reduza a taxa de desocupação.

Já em termos do total das RM's, o número de pessoas desocupadas sem trabalho e procurando emprego apresentou uma evolução com um crescimento de 4%, se comparado com 2005. Ressalta-se que como a expansão do número de pessoas procurando emprego não foi acompanhado de um aumento de vagas suficientes, a taxa de desocupação permaneceu elevada.

Em termos da distribuição das pessoas ocupadas na RMS por setores de atividades, os dados da PME ilustrados na Tabela 2 indicam que em 2006 o comércio e os serviços ocupavam juntos 80,5% do total de pessoas ocupadas. Tal resultado justifica-se pelo desempenho recente desses setores na economia baiana. Como exemplo, tem-se que o volume de vendas do comércio varejista do estado da Bahia elevou-se, em 2006, cerca de 10%. Logicamente a RMS responde por grande parte deste resultado, que contribui para o aumento de empregos no setor.

A indústria extrativa e de transformação, produção e distribuição de energia, gás e água, um dos carros-chefes da economia baiana, absorveu apenas 9,9% do pessoal ocupado, número inferior ao observado em 2005 (10,5%).

Tabela 2
Distribuição dos ocupados por setores de atividade - RMS, 2004/2005

Setores de atividades	2005	2006
Indústrias extrativas, de transformação e prod. e distribuição de energia/gás e água	10,53	9,9
Construção civil	8,36	8,6
Administração pública	18,68	17,5
Comércio, represent. de veículos, obj. pessoais, dom. var. comb.	21,28	21,4
Intermediação financeira e ativ. imob. e alug. serv. prestados às empresas	12,48	13,7
Serviços domésticos	10,1	9,7
Outros serviços	18,09	18,2

Fonte: IBGE-PME

A administração pública foi responsável pela absorção de 17,5%. Outro fato que se destaca é que o serviço doméstico responde por 9,7% do pessoal ocupado, número este superior ao verificado na construção civil (8,6%), aproximando-se bastante do número apresentado pela indústria (9,9%). A significativa participação do serviço doméstico talvez possa ser explicada pelo baixo nível de qualificação exigido para tal atividade. Contudo, a importância dessa atividade deve ser ressaltada, uma vez que contribui para o aumento e a distribuição da renda na população.

No que concerne à posição da ocupação, conforme dados apresentados na Tabela 3, somente 42,1% possuíam carteira assinada em 2006, percentual superior ao observado em 2005 (41,2%). Tal resultado tem sido observado desde metodologias anteriores da PME, permitindo afirmar o aumento da formalização no mercado de trabalho da RMS nos dois últimos anos, apesar desta taxa ainda estar em baixo patamar.

Tabela 3
Distribuição dos ocupados segundo a posição da ocupação - RMS, 2005/2006

Posição na ocupação	2005	2006
Empregado com carteira assinada	41,22	42,05
Empregado sem carteira assinada	22,42	22,83
Conta própria	23,13	22,47
Empregadores	4,27	4,26
Empregado ¹	71,83	72,35
Trabalhadores não remunerados	0,82	0,93

Fonte: IBGE-PME

¹ Refere-se também aos militares que estão na ativa e servidores estatutários.

Os empregados sem carteira assinada representavam 22,8% em 2006, ao passo que os empregados em geral constituem 72,4% da mão-de-obra. O elevado número de trabalhadores sem carteira é um dos fatores que contribuem para o elevado déficit da previdência. Conforme acentua o Delegado Regional Anastácio Pinto, "a questão da informalidade é um grande entrave ao desenvolvimento do País" (APENAS ..., 2007, p. 5).

Os dados evidenciados pela PME são confirmados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), pesquisa elaborada pelo Ministério

¹ Os Dados da PME indicam que 21,1% das pessoas economicamente ativas estão na faixa de 15 a 24 anos na RMS, percentual acima do observado no total das regiões metropolitana (20,6%) e terceiro entre as demais regiões, atrás apenas de Belo Horizonte (22,7%) e de São Paulo (22,1%).

do Trabalho e Emprego apenas para os empregados do setor formal. Conforme dados desta pesquisa, na Bahia, o saldo (admitidos-desligados) que em 2005 alcançou 63.952 vagas, atingiu em 2006 apenas a faixa de 25.089 novos postos de trabalho. A Bahia perdeu, em 2006, sua primazia no Nordeste, sendo superada por Pernambuco (38.885) e Ceará (33.560) em termos de criação de novas vagas de trabalho.

Tabela 4
Saldo (admissões-desligamentos) de
empregos formais por setores de atividade
Bahia, 2005/2006

Setores de atividades	2005	2006
Extrativa mineral	437	512
Indústria de transformação	10.810	6.715
Serviços industriais de utilidade pública	1.337	-58
Construção civil	9.507	-2.323
Comércio	15.552	14.717
Serviços	28.003	9.571
Administração pública	-2.011	347
Agropecuária	317	-4.392
Outros	0	0
Total	63.952	25.089

Fonte: MTE/CAGED – Lei 4923/65

Em termos de setores de atividades, como pode ser verificado na Tabela 4, o comércio foi o que gerou maior número de vagas novas no setor formal na Bahia em 2006 (14.717), representando 58,7%, apesar deste resultado ser inferior ao observado em 2005, quando o total de vagas criadas foi de 15.552. Na segunda posição encontra-se o setor de serviços, que é um dos setores mais importantes para a Bahia e que apresentou um saldo de apenas 9.571 vagas, enquanto em 2005 o saldo positivo foi bem mais significativo (28.003 vagas).

Outro setor que, em 2006, apresentou resultado significativo, ainda que menor que o observado em 2005 (10.810), foi a indústria de transformação, com um saldo de 6.715 novas vagas. Considerando-se os subsetores desta indústria, o de produtos alimentares e bebidas foi o que apresentou maior saldo de empregos, num total de 1.295 vagas, seguido por calçados (1.119 postos de trabalho). As vagas criadas nesses segmentos concentram-se principalmente no interior do estado. Na RMS foram criados mais postos na indústria de borracha, fumo e couros (840) e em químicos, produtos farmacêuticos e veterinários (493).

Os destaques negativos para o emprego formal no estado ficaram por conta da construção civil e da agropecuária. A construção civil, que em 2005 criou 9.507 novos postos, em 2006 registrou um saldo negativo de 2.323 vagas. No caso da agropecuária, em 2005 apresentou um saldo positivo de 317 e em 2006 um saldo negativo de 4.392. Tal resultado reflete a queda na produção agrícola durante o ano.

No que concerne a RMS foram criadas apenas 14.967 vagas de trabalho em 2006, enquanto em 2005 o saldo positivo foi mais que o dobro, ficando em 36.057 vagas de trabalho. Em termos de ramos de atividade, o setor serviços contribuiu bastante com a criação de 5.300 vagas em 2006, entretanto, em 2005, o saldo positivo foi de 21.610, como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5
Saldo (admissões-desligamentos) de
empregos formais por setores de atividade
RMS, 2005/2006

Setores de atividades	2005	2006
Extrativa mineral	125	111
Indústria de transformação	3.555	3.450
Serviços industriais de utilidade pública	1.249	-126
Construção civil	6.414	76
Comércio	5.322	5.919
Serviços	21.610	5.300
Administração pública	-2.208	227
Agropecuária	-10	10
Outros	0	0
Total	36.057	14.967

Fonte: MTE/CAGED – Lei 4923/65

O setor de construção civil, que em 2005 criou 6.414 vagas, em 2006 apresentou saldo positivo de apenas 76 novos postos de trabalho. O setor que criou mais vagas na RMS foi o comércio com 5.919 vagas, o que representa 39,5% das vagas do emprego formal.

Com relação aos onze principais municípios baianos, apresentados na Tabela 6, nota-se que o município que contabilizou o maior saldo de empregos formais, em 2006, foi a capital do estado, Salvador, com um total de 12.097, embora o número seja inferior ao observado em 2005, que foi de cerca de 22 mil vagas. No interior do estado destaca-se Feira de Santana com um total de 2.946 vagas, resultado também inferior ao ocorrido em 2005, de 4.277 novas vagas. Ressalta-se, aqui, a importância desse município para o estado por ser considerado como cidade-pólo.

O município de Camaçari, forte pólo industrial do estado, vem logo em seguida com 2.291 novas vagas. Em 2005, o número de postos criados foi maior, com 4.671 vagas. Entre os municípios que apresentaram saldos de empregos negativos estão Alagoinhas (-179), Lauro de Freitas (-142) e Barreiras (-112).

Tabela 6
Saldo (admissões-desligamentos) de
empregos formais dos principais
municípios da Bahia 2005/2006

Municípios	2005	2006
Salvador	22.235	12.097
Feira de Santana	4.277	2.946
Camaçari	4.671	2.291
Vitória da Conquista	2.815	1.914
Simões Filho	1.748	896
Jequié	8	730
Itabuna	680	481
Ilhéus	1.020	-99
Barreiras	-327	-112
Lauro de Freitas	6.473	-142
Alagoinhas	-334	-179

Fonte: MTE/CAGED – Lei 4923/65

A análise do mercado de trabalho na Bahia e RMS permite auferir que o ano de 2006 não foi propício para a criação de empregos. O desempenho insatisfatório traz a expectativa e o desejo de que em 2007 este fato se reverta. O Presidente Lula lançou um plano para o País crescer no qual são previstos R\$ 503,9 bilhões em investimentos, o Programa de Aceleração do Crescimento (O GOVERNO ..., 2007, p. 3). Neste pacote estão previstas obras de interesse para a

Bahia, como a manutenção da BR-324, a ligação Ferroviária de Camaçari, a conclusão do Metrô de Salvador, a via portuária, a ampliação e a modernização de Portos do estado e o projeto de irrigação do Salitre e Baixo de Irecê.

Como ação do estado, tem-se que o governo baiano pretende incrementar ações que reduzam os desníveis sociais do estado, por exemplo, incrementando ações no semi-árido. Outra medida do governo é intensificar ações junto aos empresários europeus no sentido de atrair investimentos no setor de turismo. Ressalte-se também a intenção de implementar o crescimento na Grande Salvador e no Recôncavo baiano. Outras ações referem-se à construção dos novos shoppings centers e a liberação por parte da CEF de créditos habitacionais que devem dinamizar o setor de construção civil. Com todas estas ações espera-se que o número de empregos venha a ser elevado no estado da Bahia nos próximos anos.

Referências

APENAS 30% dos trabalhadores têm carteira assinada no Brasil. Tribuna da Bahia, Salvador, 30 jan. 2003. p.5.

DESEMPREGO e renda crescem no País. Tribuna da Bahia, Salvador, 26 jan. 2007. p.13.

DESEMPREGO sobe e renda cai. Tribuna da Bahia, Salvador, 23 fev. 2007. p.5.

O GOVERNO baiano discute o planejamento de ações relativas ao PAC. Tribuna da Bahia, Salvador, 24 jan. 2007. p.3. ■

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 9,8 bi

No período referente a 2007-2011, os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia totalizaram um volume da ordem de R\$ 9,8 bilhões agregando 434 projetos. Em relação ao número de empregos diretos a serem gerados, a expectativa é de que os empreendimentos industriais gerem 57.775 postos de trabalho.

Partindo para a análise por complexo de atividade econômica, têm-se uma concentração dos mesmos nos complexos Madeireiro (31,5%), Químico-Petroquímico (16,9%) e Agroalimentar (12,9%), que juntos respondem por 61,3% dos investimentos industriais previstos, o que soma R\$ 6,0 bilhões em 177 projetos. Os demais complexos agregam um volume de investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões distribuídos em 257 projetos.

No que se refere à distribuição desses investimentos, indicada pelos eixos de desenvolvimento, têm-se que os eixos Metropolitano e Extremo Sul concentram 72% dos investimentos previstos, representando um volume de R\$ 7,0 bilhões, estando previsto a alocação de 232 empresas. Nos demais eixos, esperam-se investimentos da ordem de R\$ 2,8 bilhões, alocando 202 projetos de empresas com a intenção de investir no estado.

Na geração de emprego por eixo, a previsão é de que os eixos Metropolitano (38,7%) e Grande Recôncavo (15,8%) absorvam aproximadamente 54,5% dos empregos, o que em termos absolutos correspondem a 31.479 novos postos de trabalho. O restante dos eixos responde por 45,5% da previsão dos empregos para o período em análise.

Em relação à situação dos empreendimentos a serem concretizados, a grande parte está alocada para implantação de novas unidades industriais, representando aproximadamente 55,2% do total dos investimentos, o que soma um montante de R\$ 5,4 bilhões em 354 projetos. As ampliações e reativações somam 45% da intenção de investimentos, totalizando recursos da ordem de R\$ 4,4 bilhões em 80 projetos.

Essa política de atração de investimentos industriais, implementada pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a vinda de empresas de grande porte e de segmentos variados, o que leva a uma maior diversificação do parque industrial. Essa política vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia, os quais se intensificaram; em 1995 surgem os programas de incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade no estado, destacam-se a Biodiesel Quadros, Indústria Nacional de Asfaltos Ltda, Belgo Siderurgia Ltda Marinho, T&A Construção Pré-fabricada Ltda e a AmBev – Companhia de Bebidas das Américas.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2007-2011

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.218.794	68
Atividade mineral e beneficiamento	974.389	28
Calçados/Têxtil/Confecções	912.331	57
Complexo madeireiro	3.096.666	19
Eletroeletrônico	225.226	57
Metal-mecânico	422.283	35
Químico-petroquímico	1.667.538	90
Transformação petroquímica	632.915	71
Outros	621.890	9
Total	9.772.032	434

Fonte: SICM / Jornais diversos

Elaboração: CAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 28/02/2007

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2007-2011

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	48.239	7
Chapada Norte	88.335	12
Chapada Sul	3.746	3
Extremo Sul	3.376.213	14
Grande Recôncavo	325.809	63
Irecê do São Francisco	22.193	2
Mata Atlântica	711.542	45
Médio São Francisco	3.000	1
Metropolitano	3.666.041	219
Nordeste	16.915	5
Oeste do São Francisco	253.154	5
Planalto Central	295.878	3
Planalto Sudoeste	320.918	41
A definir	640.050	14
Total	9.772.032	434

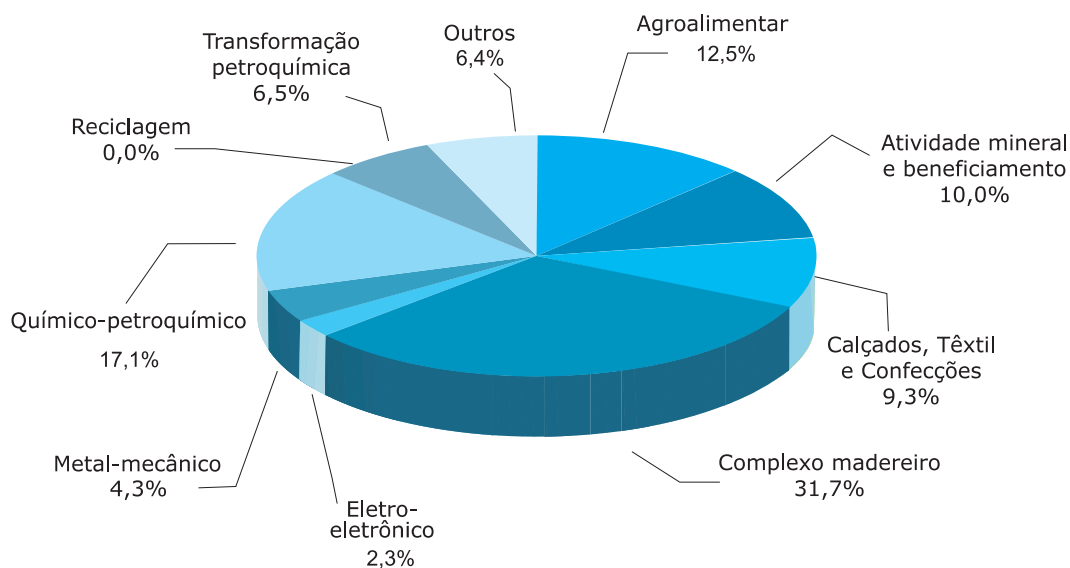
Fonte: SICM / Jornais diversos

Elaboração: CAC -SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 28/02/2007

Investimentos previstos para a Bahia - 2007/2011

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais diversos

Elaboração: CAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

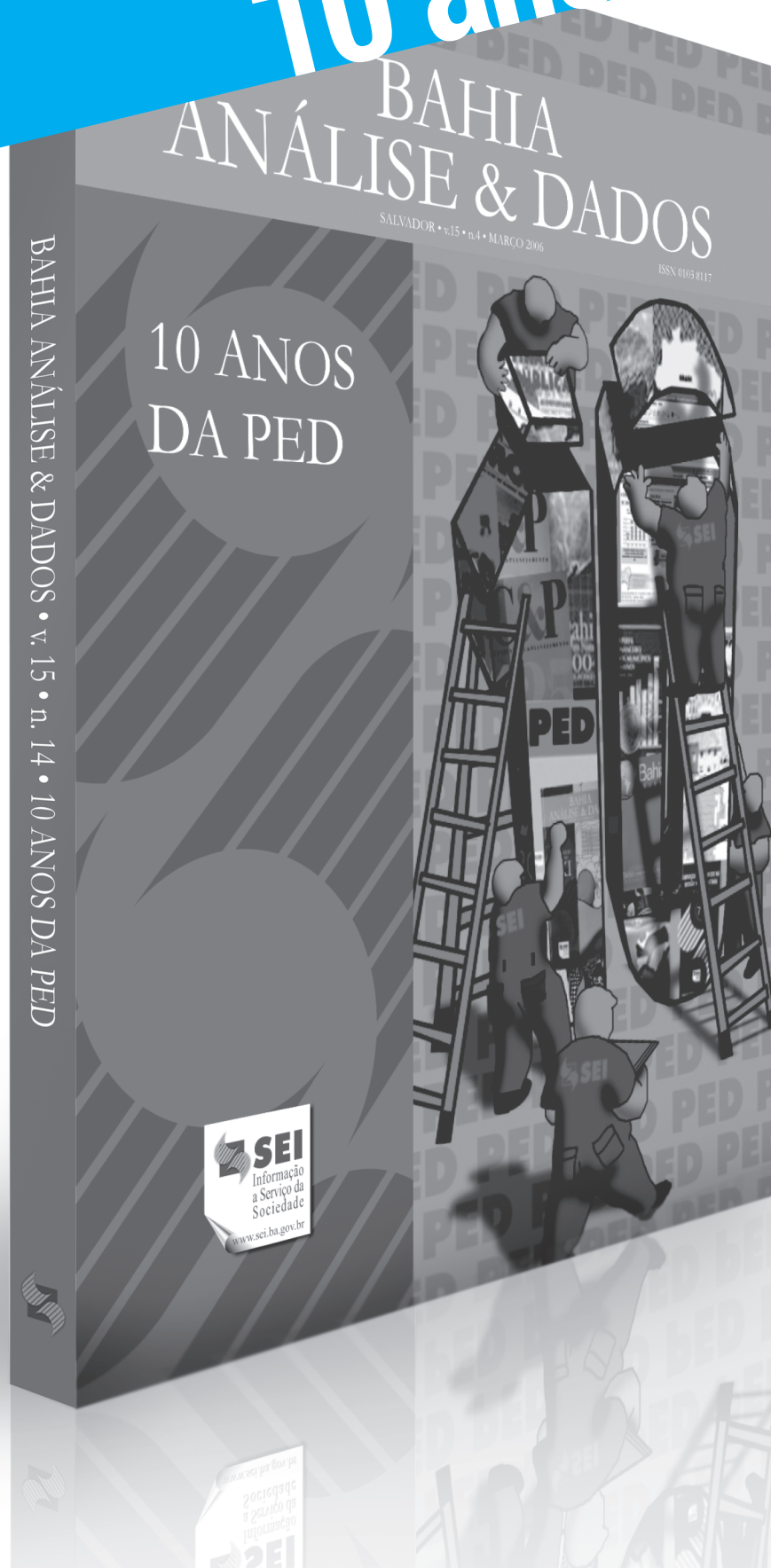
Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

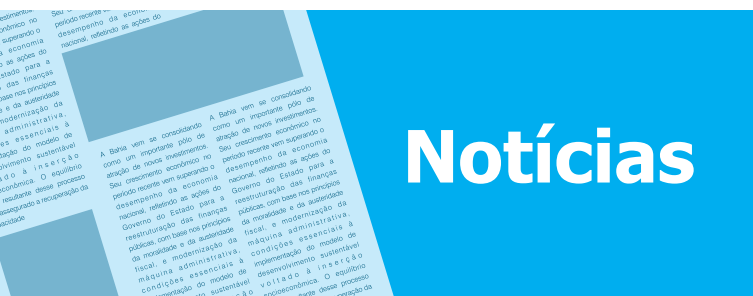
Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

ESPECIAL 10 anos da PED



A Pesquisa de Emprego e Desemprego está completando 10 anos. Para comemorar, a SEI lança edição especial da revista Bahia Análise & Dados – 10 anos da PED. A publicação avalia o comportamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS), de 1997 a 2005. Uma série de artigos analisam as dimensões conjunturais e estruturais do desemprego, comparando informações locais com as outras regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada. Comemore. Leia.





Notícias

Negócios

Investimentos de R\$ 33 milhões na Bahia

A maior empresa brasileira de produção de biodiesel implantará uma filial na Bahia. A Brasil Ecodiesel está localizada no município de Iraquara, a 464 quilômetros de Salvador. Com estimativa de produzir 120 milhões de litros de biodiesel por ano, a fábrica contará com a maior esmagadora de mamona do Brasil, com capacidade para processar 800 toneladas por dia. O empreendimento é fruto de um investimento de R\$ 33 milhões.

A empresa, que funciona em fase experimental desde dezembro, vai empregar 250 pessoas diretamente. Só na cadeia produtiva da mamona ela está beneficiando 45 mil famílias em 150 municípios baianos. A fábrica fica na região de Irecê, onde se concentra a maior área plantada de mamona do estado. A empresa, com sede no Rio de Janeiro, possui unidades no Piauí, Ceará e agora na Bahia. Até o final do ano, devem ser inauguradas fábricas no Rio Grande do Sul e Tocantins. Juntas, as unidades produzem 680 milhões de litros de biodiesel por ano. A Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. é pioneira e maior produtora do setor no Brasil.

Atualmente, a comercialização de biodiesel no país é feita predominantemente por meio de leilões públicos promovidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Considerando os resultados de todos os leilões de biodiesel realizados até o momento, a Brasil Ecodiesel assegurou o fornecimento de 488 mil metros cúbicos de biodiesel até o final deste ano, o equivalente a 58,1% do volume total objeto dos leilões. O estado é o maior produtor nacional de mamona, um dos maiores produtores brasileiros de algodão, soja e dendê, com potencial enorme para girassol e pinhão-mansão, plantas que são a matéria-prima para o biodiesel.

O biodiesel é um combustível renovável e biodegradável, derivado de óleos vegetais ou de gorduras animais, e utilizado em motores diesel, como substituto parcial ou integral do óleo diesel mineral. Por ser um combustível de queima limpa, a utilização integral do biodiesel em motores diesel permite uma redução de até 78% nas emissões de dióxido de carbono, comparado ao óleo diesel mineral. Até 2008, todo o diesel comercializado no país terá que ter o aditivo de 2% de biodiesel.

Maior produtora nacional de biodiesel vai investir R\$ 33 milhões na Bahia. Diário Oficial do Estado, 06/02/2007.

Indicadores

Educação da Bahia vai receber mais de R\$ 8 milhões do Fundescola

Verbas do fundo serão usadas prioritariamente no ensino fundamental. FNDE também vai disponibilizar consultores para auxiliar os municípios baianos na execução dos recursos. Até junho, a Bahia terá R\$ 8.816.040 para investir na construção de 21 escolas, adequação de 134 colégios de 49 municípios e gestão pedagógica. Os recursos são do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola).

A Diretoria de Apoio a Projetos Especiais do FNDE também vai disponibilizar consultores para auxiliar os municípios baianos na execução dos recursos angariados via Fundescola, responsável por captar mais de 30% dos recursos disponibilizados pelo fundo em 19 estados. A Bahia já recebeu mais de R\$6 milhões do fundo.

Presente nos 417 municípios baianos e financiando ações em 289 deles, o Fundescola busca dar efetividade às políticas educacionais, tomando como eixo a gestão educacional de qualidade, enfocando o fortalecimento das escolas e das instituições responsáveis.

Educação da Bahia vai receber mais de R\$ 8 milhões do Fundescola. Diário Oficial do Estado, 16/02/2007.

Ação Governamental

Governador defende integração efetiva entre os países do Mercosul

O Mercosul não deve ser uma mera fusão de mercados, mas se traduzir em uma integração efetiva entre os países, como acontece com a União Européia,

contemplando ainda parcerias e soluções unificadas em áreas como educação, saúde e segurança, entre outras. A opinião é do governador Jaques Wagner, ao participar, no Rio de Janeiro, da reunião do Comitê de Governadores, dentro do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul.

Para Wagner, essa integração não acontece da noite para o dia, mas nasce de um persistente processo de construção, que deve ser priorizado por todos os países integrantes do bloco. O governador disse que o presidente Lula tem exercido um protagonismo muito forte na busca da integração da América do Sul e que, muitas vezes, é incompreendido nessa empreitada.

Para incentivar a integração dos povos do Mercosul e não apenas dos seus governantes e empresários, Wagner propôs, durante a formulação de um calendário de eventos para o foro, que se realize, no prazo máximo de dois anos, em um dos países do bloco, uma grande feira cultural. “Será uma oportunidade de nos encontrarmos novamente, nos conhecermos cada vez mais e de fazermos um brinde à integração continental”, disse.

Criado em 2004, em reunião na cidade mineira de Ouro Preto, o foro vai permitir a participação direta dos governos estaduais e municipais do Brasil e dos quatro outros países integrantes do Mercosul na estrutura institucional do bloco. A Bahia participa do evento ao lado de oito estados brasileiros.

Governador defende integração efetiva entre os países do Mercosul. Diário Oficial do Estado, 19/02/2007.

Estado aumentará número de hemocentros

O governo estadual vai aumentar, ainda este ano, o número de hemocentros e núcleos de transfusão nos hospitais da Bahia. O objetivo, segundo a Secretaria da Saúde (Sesab), é elevar os índices de doação de sangue no estado. Pelos dados da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), hoje, apenas 1% da população baiana doa sangue, abaixo do índice médio do país (1,8%) – que já é muito inferior ao ideal recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS): entre 3 e 5%.

“A Bahia passará a contribuir com a Hemobrás na oferta de material e contará com o importante apoio

técnico da instituição para a qualificação do plasma e dos profissionais do estado”, explicou o secretário da Saúde, Jorge Solla, que também participou da audiência na Governadoria.

Sobre o projeto de ampliação e descentralização de hemocentros, Solla antecipou os projetos estaduais para atuação em três frentes: reativar unidades públicas do interior, como a de Jacobina, instituir novos hemocentros onde já existem apenas unidades privadas, a exemplo do que ocorre em Paulo Afonso, onde a população só conta com o hemocentro do Hospital da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), e criar unidades em pólos regionais onde não existem hemocentros, a exemplo da região oeste.

Com as ações de ampliação da chamada hemorede, o estado já estará contribuindo para os projetos da Coordenação da Política Nacional de Sangue, órgão também integrante da estrutura do Ministério da Saúde. A meta é ampliar, em cinco anos, o índice médio de doações de sangue no Brasil, do atual 1,8% para 2%.

No estado, a Hemobrás também pretende contar com o apoio da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz)

Estado aumentará número de hemocentros. Diário Oficial do Estado, 30/01/2007.

Turismo baiano é mostrado em evento internacional

A Bahia é o destino preferido dos italianos e oferece aos visitantes opções como monumentos históricos e turismo de aventura. Uma moderna cadeia de meios de hospedagem é outro diferencial baiano

A Bahiatursa participou, na cidade de Milão, da maior feira internacional de turismo da Itália, no salão da Embratur, que conta com a participação de vários estados brasileiros e de operadores do trade turístico de cada um deles. Da Bahia, estão presentes as empresas Grou e Rede Sol Express e a Secretaria de Turismo de Porto Seguro. A Bahiatursa foi representada por sua presidente, Emília Silva, e pela diretora e pela gerente de Relações Internacionais, Rosana França e Renata Lampert.

Além de ser o maior evento do setor na Itália, a BIT Milão, que esteve em sua 27ª edição, reúne os prin-

cipais profissionais da área e da imprensa especializada. É uma feira que cresce em significado para a Bahia, já que a Itália é o maior emissor de turistas estrangeiros para o estado e o evento se torna uma ótima oportunidade para expor os produtos baianos para o mercado europeu.

Segundo dados da Embratur, o mercado italiano ocupa o 6º lugar entre os principais emissores de turistas para o Brasil e essa demanda tem demonstrado uma tendência de crescimento ano a ano. A Bahia surge como o destino preferido dos italianos, com 38%, seguida pelo Rio de Janeiro (34%), Fortaleza (18%), Recife (12%) e o restante (8%) distribuído entre Foz do Iguaçu, Natal e São Paulo.

Com previsão de receber mais de 150 mil visitantes, a BIT Milão conta com cerca de 5 mil expositores distribuídos em seis pavilhões, em uma área de 60 mil metros quadrados. No estande da Bahiatursa, uma baiana, vestida tradicionalmente, recepcionará os visitantes com a distribuição de fitas do Senhor do Bonfim e cocadas, além de folhetos sobre os principais destinos turísticos da Bahia.

Turismo baiano é mostrado em evento internacional. Diário Oficial do Estado, 24 e 25/02/2007.

Estado lança campanha de 2007 da vacinação contra a aftosa

A meta é imunizar cerca de 11 milhões de animais do rebanho baiano de bovinos e bubalinos. A primeira etapa da Campanha de Vacinação Contra a Febre Aftosa deste ano foi lançada oficialmente pelo secretário da Agricultura, Geraldo Simões, representando o governador Jaques Wagner.

A vacinação de bovinos e bubalinos acontece durante todo o mês de março. Os trabalhos são conduzidos pela Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), vinculada à Secretaria da Agricultura (Seagri). Como estratégia de divulgação para esta etapa está prevista a realização de dias de campo nas coordenadorias regionais da Adab, via parcerias com prefeituras, sindicatos, cooperativas, casas revendedoras e distribuidores. Além disso, uma campanha publicitária com o tema Você já vacinou seu gado? será veiculada em rádio e televisão, convocando todos os criadores para a vacinação.

Estado lança campanha de 2007 da vacinação contra a aftosa. Diário Oficial do Estado, 27/02/2007.

As lojas da Cesta do Povo reabrem após 60 dias

Em dois meses, os baianos poderão voltar a fazer compras em 186 das 425 lojas da Cesta do Povo espalhadas pelo estado. Até lá, as atividades estarão suspensas para que a Empresa Baiana de Alimentos (Ebal) seja reestruturada. Após o prazo de 60 dias, mais 75 lojas serão reabertas nos 30 dias subsequentes e, depois de mais um mês, outras 89 retomarão suas atividades. As 75 lojas restantes continuarão em avaliação, até que seja determinado o que poderá ser feito. No total, o Governo do Estado vai investir R\$ 33 milhões ao longo do ano na recuperação da Ebal, que fechou 2006 com um rombo acumulado de R\$ 300 milhões.

A recuperação da Ebal foi anunciada em entrevista coletiva concedida pelo secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Rafael Amoedo, e pelo presidente da Ebal, Reub Celestino. As ações incluem ajustes técnicos, uma adequação no quadro de pessoal e um enxugamento na estrutura financeira da empresa. Segundo Amoedo, a idéia é preservar as relações de trabalho de cerca de 70% dos atuais funcionários – 3 mil ativos e 480 inativos.

No projeto de reestruturação consta ainda a incorporação de 27 farmácias populares às lojas da Cesta do Povo ao longo do ano, além da abertura de um novo cadastramento de fornecedores. Ele declarou que a idéia é que as lojas funcionem com uma margem positiva de 2%, sem perder de vista a excelência no atendimento ao público. A Ebal conta hoje com 425 lojas, cinco centrais de distribuição, quatro frigoríficos, seis mercados e uma fábrica.

Ebal será reestruturada e 186 lojas da Cesta do Povo reabrem após 60 dias. Diário Oficial do Estado, 15/02/2007.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 6.037, de 7 de fevereiro de 2007 – Altera e acresce dispositivos do Decreto nº 5.385, de 4 de março de 2005, que institui o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal – CGP.

Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007 – Institui o Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e dá outras providências.

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e dá outras providências.

Decreto nº 6.048, de 27 de fevereiro de 2007 – Altera os arts. 11, 19, 27, 34 e 36 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 343, de 05 de fevereiro de 2007 – Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00, para os fins que especifica.

Medida provisória nº 355, de 23 de fevereiro de 2007 – Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro

ro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 11.444, de 05 de fevereiro de 2007 – Autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Lei nº 11.452, de 27 de fevereiro de 2007 – Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e dá outras providências.

Lei nº 11.454, de 28 de fevereiro de 2007 – Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo ELEKTROBRÁS, no valor total de R\$ 106.726.769,00, para os fins que especifica.

Secretaria da Receita Federal

Instruções normativas

Instrução normativa SRF nº 712, de 5 de fevereiro de 2007 – Aprova o programa multiplataforma de Recolhimento Mensal Obrigatório (carnê-leão), relativo ao Imposto de Renda de Pessoa Física do ano-calendário de 2007. DOU de 7.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 713, de 5 de fevereiro de 2007 – Aprova o programa aplicativo do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre ganhos de

capital, referente ao ano-calendário de 2007. DOU de 7.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 714, de 5 de fevereiro de 2007 – Aprova o programa aplicativo do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre ganhos de capital em moeda estrangeira, referente ao ano-calendário de 2007. DOU de 7.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 715, de 5 de fevereiro de 2007 – Aprova o programa multiplataforma Livro Caixa da Atividade Rural, relativo ao Imposto de Renda de Pessoa Física do ano-calendário de 2007. DOU de 7.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 716, de 5 de fevereiro de 2007 – Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda referente ao exercício de 2007, ano-calendário de 2006, pela pessoa física residente no Brasil. DOU de 7.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 717, de 6 de fevereiro de 2007 – Aprova os formulários para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física relativa ao exercício de 2007, ano-calendário de 2006. DOU de 12.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 718, de 12 de fevereiro de 2007 – Aprova o programa aplicativo para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física do exercício de 2007, ano-calendário de 2006, para uso em computador com sistema operacional Windows. DOU de 14.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 719, de 12 de fevereiro de 2007 – Aprova o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física do exercício de 2007, ano-calendário de 2006, para uso em computador que possua máquina virtual Java (JVM), versão 1.4.1 ou superior, instalada. DOU de 14.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 720, de 12 de fevereiro de 2007 – Altera o Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006. DOU de 2.3.2007.

Instrução normativa SRF nº 722, de 12 de fevereiro de 2007 – Altera a Instrução Normativa SRF nº 687, de 26 de outubro de 2006, que dispõe sobre a apresentação de informações relativas aos recursos em moeda estrangeira, decorrentes de recebimentos

de exportações de mercadorias e serviços, mantidos no exterior. DOU de 14.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 723, de 13 de fevereiro de 2007 – Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 204, de 22 de agosto de 1996, que dispõe sobre a instalação e o funcionamento de lojas francas no País. DOU de 14.2.2007.

Instrução normativa SRF nº 724, de 16 de fevereiro de 2007 – Aprova o programa aplicativo para preenchimento da Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao Imposto de Renda de Pessoa Física do exercício de 2007, ano-calendário de 2007. DOU 21/02/2007.

Instrução normativa SRF nº 725, de 16 de fevereiro de 2007 – Aprova o programa aplicativo para preenchimento da Declaração Final de Espólio, relativa ao Imposto de Renda de Pessoa Física do exercício de 2007, ano-calendário de 2007. DOU 21/02/2007.

Instrução normativa SRF nº 726, de 28 de fevereiro de 2007 – Dispõe sobre operações de câmbio e a manutenção de recursos no exterior, em moeda estrangeira, relativos a exportações de mercadorias e serviços, e institui a Declaração sobre a Utilização dos Recursos em Moeda Estrangeira Decorrentes do Recebimento de Exportações (Derex). DOU de 2.3.2007.

Banco Central do Brasil

Resoluções

Resolução nº 3.441, de 28 de fevereiro de 2007 – SECRE – Dispõe sobre a análise, pela Comissão de Valores Mobiliários, de pleitos relativos a emissões de valores mobiliários no mercado brasileiro por organismos financeiros multilaterais autorizados a captar recursos no Brasil.

Circulares

Circular nº 3.341, de 07 de fevereiro de 2007 – SECRE – Prorroga o prazo estabelecido no art. 8º da Circular 3.290, de 2005, para a adaptação dos sistemas das instituições financeiras com a finalidade de atender o disposto em seus arts. 2º, 3º e 5º.

Circular nº 3.342, de 23 de fevereiro de 2007 – SECRE – Dispõe sobre concessão de autorização para

administrar grupos de consórcio, transferência de controle societário, cisão, fusão, incorporação, prática de outros atos societários e exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em administradoras de consórcio, bem como sobre o cancelamento de autorização para administrar grupos de consórcio.

Carta-Circulares

Carta-circular nº 3.265, de 13 de fevereiro de 2007 – SECRE – Define procedimentos operacionais do Sistema do Meio Circulante CIR, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Carta-circular nº 3.266, de 21 de fevereiro de 2007 – SECRE – Divulga os documentos “Proagro Tradicional – Súmula de Julgamento do Pedido de Cobertura” e “Proagro Mais – Súmula de Julgamento do Pedido de Cobertura”.

Estado

Atos do Poder Executivo

Decretos

Decreto nº 10.219, de 25 de janeiro de 2007 – Aprova os recursos do Fundo de Cultura da Bahia – FCBA para o exercício de 2007.

Decreto nº 10.220, de 26 de janeiro de 2007

– Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2006.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 92, de 15 de fevereiro de 2007 – Altera para o exercício de 2007, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 44, de 29 de janeiro de 2006 – Altera, para o exercício de 2007, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Fev/2007						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Fev/06	Fev/07	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,08	0,39	1,53	3,74	363999,4	244,03
Habituação e encargos	2,38	0,10	0,57	14,82	839190,2	671,09
Artigos de residência	0,41	-0,08	0,07	-1,78	275847,0	230,56
Vestuário	-0,23	-1,71	-1,92	-2,15	306151,1	179,68
Transporte e comunicação	0,36	1,65	4,88	7,26	665190,5	719,89
Saúde e cuidados pessoais	0,22	-0,13	-0,09	3,34	621644,1	331,19
Despesas pessoais	0,10	-0,14	2,25	4,27	684420,4	392,44
Geral	0,33	0,11	1,33	3,94	480795,8	335,04

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Fev/2007					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	141,66	-0,76	2,94	6,18	43,83
Belém	163,21	2,33	3,85	12,64	50,49
Belo Horizonte	185,37	5,18	8,09	13,90	57,35
Brasília	177,08	2,10	3,04	1,69	54,79
Curitiba	173,30	1,77	3,17	8,85	53,62
Florianópolis	171,85	-0,09	1,93	6,79	53,17
Fortaleza	142,93	11,51	7,53	12,10	44,22
Goiânia	156,18	1,10	2,45	4,22	48,32
João Pessoa	141,54	1,68	5,72	9,20	43,79
Natal	145,81	5,88	3,62	9,81	45,11
Porto Alegre	184,85	-0,81	-0,74	11,22	57,19
Recife	148,92	8,61	12,70	17,00	46,07
Rio de Janeiro	177,69	0,63	3,68	2,94	54,97
Salvador	143,23	4,36	6,25	11,79	44,31
São Paulo	185,96	0,67	2,15	5,94	57,53
Vitória	172,41	2,02	9,00	8,16	53,34

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia 2006/2007						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2006 ²	2007 ³	Variação (%)	2006 ²	2007 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	134.309	134.309	-	25.337	25.337	-
Algodão Herbáceo	811.163	949.284	17,0	3.346	3.462	3
Alho	7.398	7.398	-	7.887	7.887	-
Amendoim	7.699	7.699	-	1.076	1.076	-
Arroz Total	19.605	40.757	107,9	1.120	1.912	71
Arroz Sequeiro	17.324	35.912	107,3	1.022	1.806	77
Arroz Irrigado	2.281	4.845	112,4	4.073	3.388	(17)
Batata-inglesa	165.650	165.650	-	33.465	33.465	-
Cana-de-açúcar	6.141.719	6.141.719	-	60.077	60.077	-
Cebola	153.009	153.009	-	24.779	24.779	-
Feijão Total	333.209	504.885	51,5	431	654	52
Feijão 1ª Safra	72.788	244.464	235,9	371	693	87
Sequeiro	39.050	163.300	318,2	426	729	71
Irrigado	5.667	5.853	3,3	3.304	3.164	(4)
Caupi	28.071	75.301	168,3	273	594	118
Feijão 2ª Safra	260.421	260.421	-	620	620	-
Sequeiro	227.456	227.456	-	589	589	-
Irrigado	19.668	19.668	-	2.271	2.271	-
Caupi	13.297	13.297	-	526	526	-
Fumo	12.512	12.512	-	1.006	1.006	-
Mamona	71.473	144.588	102,3	686	889	30
Mandioca	4.403.414	4.403.414	-	12.738	12.738	-
Milho Total	1.107.016	1.641.591	48,3	1.343	1.991	107
Milho 1ª Safra	685.359	1.219.934	78,0	2.093	2.784	29
Sequeiro	634.879	1.158.854	82,5	1.982	2.700	245
Irrigado	50.480	61.080	21,0	7.070	6.832	(85)
Milho 2ª Safra	421.657	421.657	-	1.091	1.091	(0)
Sequeiro	420.712	420.712	-	1.090	1.090	166
Irrigado	945	945	-	2.899	2.899	(9)
Soja	1.991.400	2.247.000	12,8	2.282	2.640	(18)
Sorgo Granífero	72.487	118.780	63,9	1.463	1.881	2.592
Tomate	196.626	196.626	-	39.380	39.380	(100)
Trigo	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	1.191.907	1.191.907	-	14.912	14.912	-
Cacau	135.925	135.925	-	261	261	-
Café	174.792	174.566	(0,13)	1.097	1.114	1,55
Castanha-de-cajú	6.553	6.553	-	245	245	-
Coco-da-baía ⁴	616.374	616.374	-	7.636	7.636	-
Guaraná	1.405	1.405	-	226	226	-
Laranja ⁵	945.848	945.848	-	18.188	18.188	-
Mamão ⁵	760.616	760.616	-	55.870	55.870	-
Pimenta-do-reino	3.615	3.615	-	2.426	2.426	-
Sisal	234.488	234.488	-	889	889	-
Uva	89.738	89.738	-	28.948	28.948	-

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2006 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), fevereiro/2007 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsidera variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2006 / 2007

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2006 ²	2007 ³	Variação (%)	2006 ²	2007 ³	Variação (%)	2006 ²	2007 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	6.811	6.811	0,0	5.301	5.301	0,0	1.510	1.510
Algodão Herbáceo	242.461	274.197	13,1	242.461	274.197	13,1	0	0
Alho	938	938	0,0	938	938	0,0	0	0
Amendoim	7.155	7.155	0,0	7.155	7.155	0,0	0	0
Arroz Total	17.511	21.314	21,7	17.511	21.314	21,7	0	0
Arroz Sequeiro	16.951	19.884	17,3	16.951	19.884	17,3	0	0
Arroz Irrigado	560	1.430	155,4	560	1.430	155,4	0	0
Batata-inglesa	4.950	4.950	0,0	4.950	1.950	-60,6	0	3.000
Cana-de-açúcar	102.888	102.888	0,0	102.230	102.230	0,0	658	658
Cebola	6.175	6.175	0,0	6.175	6.175	0,0	0	0
Feijão Total	719.900	783.398	8,8	616.417	772.576	25,3	103.483	10.822
Feijão 1ª Safra	289.091	352.589	22,0	196.430	352.589	79,5	92.661	0
Sequeiro	179.669	223.893	24,6	91.760	223.893	144,0	87.909	0
Irrigado	1.715	1.850	7,9	1.715	1.850	7,9	0	0
Caupi	107.707	126.846	17,8	102.955	126.846	23,2	4.752	0
Feijão 2ª Safra	430.809	430.809	0,0	419.987	419.987	0,0	10.822	10.822
Sequeiro	396.851	396.851	0,0	386.029	386.029	0,0	10.822	10.822
Irrigado	8.660	8.660	0,0	8.660	8.660	0,0	0	0
Caupi	25.298	25.298	0,0	25.298	25.298	0,0	0	0
Fumo	12.437	12.437	0,0	12.437	12.437	0,0	0	0
Mamona	106.254	162.629	53,1	104.115	162.629	56,2	2.139	0
Mandioca	407.939	407.939	0,0	345.701	345.701	0,0	62.238	62.238
Milho Total	786.739	825.957	5,0	713.864	824.559	15,5	72.875	1.398
Milho 1ª Safra	398.910	438.128	9,8	327.433	438.128	33,8	71.477	0
Sequeiro	391.770	429.488	9,6	320.293	429.188	34,0	71.477	300
Irrigado	7.140	8.940	25,2	7.140	8.940	25,2	0	0
Milho 2ª Safra	387.829	387.829	0,0	386.431	386.431	0,0	1.398	1.398
Sequeiro	387.503	387.503	0,0	386.105	386.105	0,0	1.398	1.398
Irrigado	326	326	0,0	326	326	0,0	0	0
Soja	872.600	851.000	-2,5	872.600	851.000	-2,5	0	0
Sorgo Granífero	50.051	63.162	26,2	49.530	63.162	27,5	521	0
Tomate	5.038	5.038	0,0	4.993	4.993	0,0	45	45
Trigo	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Lavouras Permanentes								
Banana	83.496	83.496	0,0	79.927	79.927	0,0	3.569	3.569
Cacau	553.476	553.476	0,0	520.233	520.233	0,0	33.243	33.243
Café	162.975	163.095	0,1	159.326	156.673	-1,7	3.649	6.422
Castanha-de-cajú	27.194	27.194	0,0	26.725	26.725	0,0	469	469
Coco-da-baía	81.467	81.467	0,0	80.724	80.724	0,0	743	743
Guaraná	6.343	6.343	0,0	6.206	6.206	0,0	137	137
Laranja	52.057	52.057	0,0	52.003	52.003	0,0	54	54
Mamão	13.834	13.834	0,0	13.614	13.614	0,0	220	220
Pimenta-do-reino	1.515	1.515	0,0	1.490	1.490	0,0	25	25
Sisal	280.668	280.668	0,0	234.488	263.898	12,5	46.180	16.770
Uva	3.150	3.150	0,0	3.100	3.100	0,0	50	50

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2006 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), fevereiro/2007 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Dez/2006			%
Classes e Gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria Geral	-7,6	3,2	3,2
Extrativa mineral	-8,3	-1,4	-1,4
Indústria de transformação	-7,6	3,4	3,4
Alimentos e Bebidas	4,2	-1,3	-1,3
Celulose, papel e produtos de papel	-10,8	18,6	18,6
Refino de petróleo e álcool	-9,5	4,6	4,6
Produtos químicos	-14,0	-0,2	-0,2
Borracha e plástico	20,8	5,8	5,8
Minerais não metálicos	-7,8	4,8	4,8
Metalurgia básica	0,5	9,7	9,7
Veículos automotores	-8,6	-6,4	-6,4

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Dez/2005 - Dez/2006			%
Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Novembro 2005	10,6	4,5	4,5
Dezembro	6,6	6,6	4,5
Janeiro	7,6	7,1	4,7
Fevereiro	6,6	6,9	5,3
Março	5,3	6,5	5,2
Abril	7,2	6,7	5,8
Maio	1,4	5,7	6,1
Junho	-1,3	5,1	5,5
Julho	1,3	4,6	4,6
Agosto	3,3	4,4	4,5
Setembro	5,0	4,5	4,7
Outubro	5,0	4,5	5,0
Novembro 2006	-7,6	3,4	3,4

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Dez/2006				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	5,6	10,1	-0,1	-0,1
Residencial	-5,4	6,1	5,0	5,0
Industrial ¹	-5,7	0,5	1,3	1,3
Comercial	0,9	6,5	1,1	1,1
Utilidades Públicas ²	2,9	11,4	7,1	7,1
Setor Público	-1,0	-2,0	0,2	0,2
Concessionária	17,2	-24,1	-5,7	-5,7
Total	-2,1	5,5	3,0	3,0

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Dez/2006				%
Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴	
Comércio varejista	11,3	9,7	9,7	
Combustíveis e lubrificantes	4,2	-1,7	-1,7	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	17,0	14,2	14,2	
Hipermercados e supermercados	28,5	23,3	23,3	
Tecidos, vestuário e calçados	7,3	2,8	2,8	
Móveis e eletrodomésticos	9,6	19,0	19,0	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	2,9	3,5	3,5	
Livros, jornais, revistas e papelaria	-32,2	-29,3	-29,3	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,4	20,7	20,7	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	22,1	13,4	13,4	
Veículos, motos e peças	5,6	19,5	19,5	
Material de construção	-7,5	2,6	2,6	

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços. Elaboração: CAC - SEI

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados - Bahia: Jan/2006 - Jan/2007						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Janeiro 2006	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5
Março	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maio	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3
Junho	-9,5	-10,2	-8,2	-8,9	-4,0	-3,4
Julho	3,2	-4,8	-7,8	2,5	1,3	-2,8
Agosto	3,3	-13,7	-8,6	6,4	-4,6	-3,0
Setembro	-8,0	-13,2	-9,1	-8,4	-5,4	-3,3
Outubro	12,0	-3,6	-8,5	12,8	5,6	-2,4
Novembro	-4,2	-6,3	-8,3	-0,9	4,0	-1,8
Dezembro	-1,5	-9,1	-8,4	1,5	0,5	-1,6
Janeiro 2007	13,0	-3,4	-3,4	9,8	6,8	6,8

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Jan/2007				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios	
Desemprego Total	22,1	21,4	24,9	
Desemprego Aberto	13,9	13,5	15,4	
Desemprego Oculto	8,2	7,9	9,5	
Participação (PEA/PIA)	60,8	61,6	57,7	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Jan/2007					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3	
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3	
Março	14,9	14,4	61,1	61,7	
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5	
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1	
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1	
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2	
Agosto	15,7	14,8	60,3	61,1	
Setembro	14,9	14,0	60,5	61,3	
Outubro	14,4	13,5	60,7	61,6	
Novembro	14,3	13,5	61,1	62,3	
Dezembro	14,2	13,4	60,9	62	
Janeiro 2007	13,9	13,4	61,8	62,3	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Jan/2007**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Num. abso- lutos ¹	Índice ²	Num. abso- lutos ¹	Índice ²	Num. abso- lutos ¹	Índice ²	Num. abso- lutos ¹	Índice ²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2006	1.765	134,5	1.347	128,8	418	157,1	1.091	119,1	61,8	23,7	3.362
Fevereiro	1.769	134,8	1.348	128,9	421	158,3	1.093	119,3	61,8	23,8	3.368
Março	1.753	133,6	1.320	126,2	433	162,8	1.116	121,8	61,1	24,7	3.374
Abril	1.745	133,0	1.319	126,1	426	160,2	1.129	123,3	60,7	24,4	3.379
Maio	1.732	132,0	1.309	125,1	423	159,0	1.149	125,4	60,1	24,4	3.385
Junho	1.733	132,1	1.322	126,4	411	154,5	1.154	126,0	60,0	23,7	3.391
Julho	1.742	132,8	1.326	126,8	416	156,4	1.152	125,8	60,2	23,9	3.397
Agosto	1.749	133,3	1.327	126,9	422	158,6	1.151	125,7	60,3	24,1	3.403
Setembro	1.759	134,1	1.346	128,7	413	155,3	1.148	125,3	60,5	23,5	3.409
Outubro	1.768	134,8	1.363	130,3	405	152,3	1.146	125,1	60,7	22,9	3.415
Novembro	1.784	136,0	1.381	132,0	403	151,5	1.136	124,0	61,1	22,6	3.421
Dezembro	1.782	135,8	1.385	132,4	397	149,2	1.145	125,0	60,9	22,3	3.427
Janeiro 2007	1.783	135,9	1.389	132,8	394	148,1	1.150	125,5	60,8	22,1	3.433

Variação mensal

Nov-06/Out-06	0,1	0,3	-0,8	0,4	-0,2	-0,9
----------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação anual

Nov-06/Nov-05	1,0	3,1	-5,7	5,4	-1,6	-6,8
----------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Jan/2007

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1
Agosto	9,2	5,0	16,5	32,3	26,4	9,5	1,1
Setembro	9,2	4,9	15,9	32,5	26,9	9,4	1,2
Outubro	9,6	4,9	15,9	33,0	26,4	9,1	1,1
Novembro	9,2	5,0	16,2	32,6	27,1	8,7	1,2
Dezembro	8,8	5,4	16,5	32,3	27,3	8,7	1,0
Janeiro 2007	8,8	5,6	16,3	31,8	28,3	8,2	1,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão, e televisão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Jan/2007

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. s/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maio	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3
Agosto	63,2	37,8	10,8	14,5	21,8	18,7	3,1	3,6	9,5	1,9
Setembro	63,7	38,9	10,8	13,9	21,4	18,4	3,1	3,8	9,4	1,8
Outubro	63,5	39,1	10,9	13,4	21,3	18,3	3,0	4,0	9,1	2,1
Novembro	63,4	38,5	11,1	13,8	22,1	19,1	3,0	3,6	8,7	2,2
Dezembro	63,1	38,0	10,8	14,2	22,4	19,1	3,3	3,7	8,7	2,1
Janeiro 2007	63,8	39,0	10,6	14,1	22,3	19,0	3,3	3,3	8,2	2,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹						
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Dez/2006						
Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados ¹			Assalariados ²		
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2006	763	417	81,0	866	518	80,2
Fevereiro	770	414	81,8	870	514	80,6
Março	760	411	80,7	877	512	81,3
Abril	757	410	80,4	874	510	80,9
Maio	746	408	79,2	858	507	79,5
Junho	754	415	80,1	862	508	79,9
Julho	757	427	80,4	862	505	79,8
Agosto	771	453	81,9	872	525	80,8
Setembro	767	454	81,5	867	525	80,3
Outubro	763	453	81,0	873	527	80,8
Novembro	766	452	81,4	879	523	81,5
Dezembro 2006	797	469	84,7	900	550	83,4

Variação mensal

Out-06/Set-06	4,1	3,6	4,1	2,4	5,1	2,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Variação anual

Out-06/Out-05	6,6	11,9	6,6	6,2	6,1	6,2
----------------------	------------	-------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de outubro de 2006

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro - 1996=100

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Dez/2006					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2006	293	381	512	788	2.233
Fevereiro	281	383	507	802	2.243
Março	259	377	489	789	2.259
Abril	245	379	468	774	2.276
Maio	243	396	451	746	2.184
Junho	262	394	449	744	2.171
Julho	269	404	461	754	2.163
Agosto	283	406	480	774	2.211
Setembro	293	409	502	775	2.147
Outubro	303	402	488	782	2.091
Novembro	308	404	491	787	2.100
Dezembro 2006	295	437	504	827	2.186

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de dezembro de 2006

Rendimento

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Dez/2006

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2006	729	1.016	600	717	813	441
Fevereiro	734	1.066	579	705	823	428
Março	731	1.063	535	705	818	431
Abril	714	1.037	538	676	797	434
Mai	696	935	531	692	772	441
Junho	713	937	568	711	790	442
Julho	716	957	565	713	794	425
Agosto	723	975	589	711	799	443
Setembro	717	977	607	691	790	448
Outubro	717	954	633	679	790	461
Novembro	730	1.004	613	691	808	453
Dezembro 2006	743	1.013	618	712	817	467

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de dezembro de 2006

Nota: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Dez/2006

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	155	309	417	823	1.647	309	344	518	932	1.837
Fevereiro	154	308	414	821	1.646	308	350	514	925	1.846
Março	153	306	411	816	1.543	306	347	512	923	1.836
Abril	152	306	410	812	1.607	306	355	510	918	1.828
Mai	151	306	408	808	1.529	306	355	507	914	1.817
Junho	151	352	415	806	1.597	352	355	508	913	1.813
Julho	150	352	427	805	1.610	352	358	505	906	1.788
Agosto	152	352	453	807	1.615	352	367	525	909	1.717
Setembro	151	352	454	807	1.615	352	374	525	908	1.717
Outubro	151	352	453	808	1.609	352	382	527	958	1.810
Novembro	150	351	452	805	1.611	351	381	523	955	1.910
Dezembro 2006	170	350	469	850	1.800	350	390	550	1.000	1.810

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de dezembro de 2006² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Flutuação Mensal do Emprego**Bahia: Jan/2006 - Jan/2007**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2006	25.089	6.715	-2.323	14.717	9.571
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Agosto	2.632	1.178	670	1.420	1.529
Setembro	3.274	447	573	1.410	2.285
Outubro	-1.636	305	-3.283	2.430	86
Novembro	141	-118	-1.075	3.180	2.382
Dezembro	-6.815	-1.290	-1.994	460	-400
2007	3.473	491	564	508	702
Janeiro	3.473	491	564	508	702
Fev/06 - Jan/07	21.568	6.637	-3.351	14.151	7.383

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)**Flutuação Mensal do Emprego****Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Jan/2007**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2006	14.967	3.450	76	5.919	5.300
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Agosto	2.459	446	449	675	899
Setembro	3.339	453	510	644	1.678
Outubro	-212	451	-2.110	1.210	107
Novembro	3.962	241	97	1.448	2.154
Dezembro	-1.495	-242	-1.415	204	-79
2007	273	246	142	-5	-196
Janeiro	273	246	142	-5	-196
Fev/06 - Jan/07	11.925	3.086	-1.138	5.587	4.118

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2006							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Nov-Dez/ 2006 (c)	% (c/b)	Até o bim. (d)	% (d/b)	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	815.788.483	815.788.483	132.787.995	16,28	782.300.205	95,89	33.488.278
Receitas Correntes	575.218.298	575.218.298	107.454.910	18,68	584.067.471	101,54	(8.849.173)
Receita Tributária	173.600.935	173.600.935	31.555.642	18,18	169.502.589	97,64	4.098.346
Receita de Contribuições	330.288.651	330.288.651	62.709.644	18,99	320.739.840	97,11	9.548.811
Receita Patrimonial	35.056.708	35.056.708	3.455.561	9,86	38.013.101	108,43	(2.956.393)
Receita Agropecuária	20.857	20.857	3.698	17,73	27.068	129,78	(6.211)
Receita Industrial	512.252	512.252	106.629	20,82	387.711	75,69	124.541
Receita de Serviços	23.927.124	23.927.124	3.447.071	14,41	25.985.904	108,60	(2.058.780)
Transferências Correntes	330.769	330.769	46.652	14,10	187.630	56,73	143.139
Outras Receitas Correntes	11.481.002	11.481.002	6.130.013	53,39	29.223.628	254,54	(17.742.626)
Receitas de Capital	240.570.185	240.570.185	25.333.085	10,53	198.232.734	82,40	42.337.451
Operações de Crédito	168.700.936	168.700.936	17.404.003	10,32	142.659.174	84,56	26.041.762
Alienação de Bens	5.472.520	5.472.520	680.197	12,43	4.908.077	89,69	564.443
Amortizações de Empréstimos	22.645.063	22.645.063	2.163.892	9,56	22.293.872	98,45	351.191
Transferências de Capital	85.803	85.803	11.358	13,24	539.061	628,25	(453.258)
Outras Receitas de Capital	43.665.863	43.665.863	5.073.634	11,62	27.832.550	63,74	15.833.313

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2006							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Nov-Dez/ 2006 (c)	% (c/b)	Até o bim. (d)	% (d/b)	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	7.443.330	7.443.330	2.052.922	27,58	7.392.690	99,32	50.640
Receitas Correntes	7.443.330	7.443.330	2.052.921	27,58	7.392.690	99,32	50.640
Receita Tributária	-	-	156	-	309	-	(309)
Receita de Contribuições	7.443.330	7.443.330	1.850.645	24,86	7.088.891	95,24	354.439
Receita Patrimonial	-	-	15.227	-	17.080	-	(17.080)
Receita Industrial	-	-	27.410	-	110.558	-	(110.558)
Receita de Serviços	-	-	9.080	-	25.309	-	(25.309)
Outras Receitas Correntes	-	-	150.403	-	150.543	-	(150.543)
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	823.231.813	823.231.813	134.840.917	16,38	789.692.895	95,93	33.538.918
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	837.540.472	837.540.472	80.874.480	9,66	399.509.067	47,70	438.031.405
Operações de Crédito Internas	837.540.472	837.540.472	76.841.501	9,17	388.890.733	46,43	448.649.739
Operações de Crédito Externas	-	-	4.032.979	-	10.618.334	-	(10.618.334)
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III+IV)	1.660.772.285	1.660.772.285	215.715.397	12,99	1.189.201.962	71,61	471.570.323
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)=(V+VI)	1.660.772.285	1.660.772.285	215.715.397	12,99	1.189.201.962	71,61	471.570.323
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	126.982.057	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2006								R\$ 1.000	
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Nov-Dez/ 2006 (d)	Até o bimestre (e)	Nov-Dez/ 2006 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	816.821.176	69.259.008	886.080.184	37.683.465	797.835.741	174.541.314	797.835.458	90,0	88.244.726
Despesas Correntes	650.154.640	22.730.136	672.884.776	40.026.448	630.645.555	140.818.053	630.645.303	93,7	42.239.473
Pessoal e Encargos Sociais	104.411.292	2.754.397	107.165.689	12.935.403	107.053.307	24.010.750	107.053.272	99,9	112.417
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	348.976	179.874.210	(26.027.761)	151.151.880	24.678.747	151.151.880	84,0	28.722.330
Outras Despesas Correntes	366.218.114	19.626.763	385.844.877	53.118.806	372.440.368	92.128.556	372.440.151	96,5	13.404.726
Transf. a Estados, DF e Municípios	124.446.935	3.125.535	127.572.470	8.209.834	126.856.413	34.362.532	126.856.413	99,4	716.057
Benefícios Previdenciários	154.985.354	6.903.326	161.888.680	32.327.882	161.745.496	32.330.328	161.745.496	99,9	143.184
Demais Despesas Correntes	86.785.825	9.597.902	96.383.727	12.581.090	83.838.459	25.435.696	83.838.242	87,0	12.545.485
Despesas de Capital	143.820.014	51.312.573	195.132.587	(2.342.983)	167.190.186	33.723.261	167.190.155	85,7	27.942.432
Investimentos	21.230.035	4.915.131	26.145.166	7.007.941	19.595.845	16.034.956	19.595.814	75,0	6.549.352
Inversões Financeiras	30.096.930	607.727	30.704.657	4.020.791	26.664.883	11.795.607	26.664.883	86,8	4.039.774
Amortização da Dívida	92.493.049	45.789.715	138.282.764	(13.371.715)	120.929.458	5.892.698	120.929.458	87,5	17.353.306
Reserva de Contingência	22.846.522	(4.783.701)	18.062.821	-	-	-	-	-	18.062.821
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	9.362.398	145.614	9.508.012	1.229.882	9.042.811	2.494.178	9.042.809	95,1	465.203
Despesas Correntes	8.690.875	145.614	8.836.489	1.062.121	8.376.762	2.270.825	8.376.760	94,8	459.729
Pessoal e Encargos Sociais	8.243.823	145.587	8.389.410	985.408	7.958.647	2.112.586	7.958.647	94,9	430.763
Outras Despesas Correntes	447.052	27	447.079	76.713	418.115	158.239	418.113	93,5	28.966
Despesas de Capital	671.523	0	671.523	167.761	666.049	223.353	666.049	99,2	5.474
Investimentos	10.854	0	10.854	8.355	10.797	9.062	10.797	99,5	57
Inversões Financeiras	660.669	0	660.669	159.406	655.252	214.291	655.252	99,2	5.417
Subtotal das Despesas (X)= (VIII+IX)	826.183.574	69.404.622	895.588.196	38.913.347	806.878.552	177.035.492	806.878.267	90,1	88.709.929
Amortização da Dívida - Re-financiamento (XI)	834.588.711	0	834.588.711	(442.587.682)	376.832.923	63.704.042	376.832.923	45,2	457.755.788
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	(438.790.296)	372.926.091	63.919.821	372.926.091	45,1	453.958.402
Refinanciamento de Outras Dívidas	7.704.218	0	7.704.218	(3.797.386)	3.906.832	(215.779)	3.906.832	50,7	3.797.386
Subtotal com Refinancia-mento (XII) = (X+XI)	1.660.772.285	69.404.622	1.730.176.907	(403.674.335)	1.183.711.475	240.739.534	183.711.190	68,4	546.465.717
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	5.490.772	-	-
Total XIV = (XII+XIII)	1.660.772.285	69.404.622	1.730.176.907	(403.674.335)	1.183.711.475	240.739.534	189.201.962	-	546.465.717

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2006							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Nov/Dez	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	15.484.891	16.217.667	3.132.561	19,32	15.469.205	95,38	748.462
Receita Tributária	8.800.006	8.876.522	1.515.451	17,07	8.618.823	97,10	257.700
Impostos	8.550.199	8.622.716	1.468.975	17,04	8.356.146	96,91	266.570
Taxas	249.807	253.807	46.476	18,31	262.676	103,49	(8.870)
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	1.603.995	1.819.288	436.515	23,99	1.821.759	100,14	(2.471)
Contribuições Sociais	1.603.995	1.819.288	436.515	23,99	1.821.759	100,14	(2.471)
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	129.018	135.065	32.150	23,80	183.149	135,60	(48.084)
Receitas Imobiliárias	7.986	10.183	1.669	16,39	9.935	97,57	247
Receitas de Valores Mobiliários	115.389	118.575	29.703	25,05	167.201	141,01	(48.626)
Receitas de Concessões e Permissões	5.550	5.550	168	3,03	4.166	75,06	1.384
Outras Receitas Patrimoniais	93	757	611	80,71	1.847	243,99	(1.090)
Receita Agropecuária	1.635	1.635	12	0,73	23	1,41	1.612
Receita da Produção Vegetal	150	150	-	-	3	1,97	147
Receita da Produção Animal e Derivados	1.205	1.205	12	0,98	20	1,68	1.185
Outras Receitas Agropecuárias	280	280	-	-	-	0,16	280
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	79.558	93.205	15.559	16,69	67.244	72,15	25.961
Receita de Serviços	79.558	93.205	15.559	16,69	67.244	72,15	25.961
Transferências Correntes	5.497.054	5.571.367	1.228.522	22,05	5.310.940	95,33	260.427
Transferências Intergovernamentais	5.331.744	5.373.084	1.214.628	22,61	5.232.339	97,38	140.745
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.183	1.435	-	-	461	32,10	974
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	164.128	196.847	13.894	7,06	78.140	39,70	118.708
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	790.585	1.137.546	173.985	15,29	843.297	74,13	294.249
Multas e Juros de Mora	128.797	129.197	24.173	18,71	118.534	91,75	10.664
Indenizações e Restituições	28.752	28.752	2.541	8,84	24.641	85,70	4.111
Receita da Dívida Ativa	7.339	7.339	27.553	375,43	77.345	1.053,90	(70.006)
Receitas Diversas	625.697	972.258	119.718	12,31	622.777	64,05	349.481
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.417.061)	(269.634)	19,03	(1.376.031)	97,10	(41.031)
Receitas de Capital	941.058	941.934	146.411	15,54	477.243	50,67	464.691
Operações de Crédito	698.573	698.573	110.003	15,75	385.865	55,24	312.708
Operações de Crédito Internas	383.402	383.402	67.902	17,71	146.584	38,23	236.818
Operações de Crédito Externas	315.171	315.171	42.100	13,36	239.281	75,92	75.890
Alienação de Bens	37.727	43.539	4.362	10,02	15.021	34,50	28.518
Alienação de Bens Móveis	33.170	33.242	1.472	4,43	4.099	12,33	29.143
Alienação de Bens Imóveis	4.557	10.297	2.890	28,07	10.922	106,07	(625)
Amortização de Empréstimos	5.132	6.751	422	6,25	2.466	36,53	4.285
Amortização de Empréstimos Imobiliários	5.132	6.751	422	6,25	2.466	36,53	4.285
Transferências de Capital	196.387	189.832	31.582	16,64	73.850	38,90	115.982
Transferências Intergovernamentais	12.716	12.716	2.013	15,83	3.615	28,43	9.101
Transferências de Instituições Privadas	71	71	-	-	-	-	71
Transferências do Exterior	300	2.427	-	-	173	7,12	2.254
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	183.300	174.618	29.569	16,93	70.062	40,12	104.556
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.240	3.240	43	-	43	-	3.197
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. Da Amortiz. De Emp. E Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.240	3.240	43	1,33	43	1,32	3.197
Subtotal das Receitas (I)	16.425.949	17.159.602	3.278.972	19,11	15.946.449	92,93	1.213.153

continua...

Balanco Orçamentário - Receita**Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2006****R\$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Nov/Dez	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Subtotal das Receitas (I)	16.425.949	17.159.602	3.278.972	19,11	15.946.449	92,93	1.213.153
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	16.425.949	17.159.602	3.278.972	19,11	15.946.449	92,93	1.213.153
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	16.425.949	17.159.602	3.278.972	19,11	15.946.449	92,93	1.213.153
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	351.440	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa**Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2006****R\$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Nov-Dez	No exercício	Bim. Nov-Dez	No exercício	
Despesas Correntes	13.650.484	667.384	14.317.869	3.069.238	13.658.719	3.069.238	13.658.719	659.150
Pessoal e Encargos Sociais	6.991.340	431.116	7.422.456	1.703.825	7.321.067	1.703.825	7.321.067	101.389
Juros e Encargos da Dívida	805.880	(201.024)	604.856	130.762	594.463	130.762	594.463	10.393
Outras Despesas Correntes	5.853.264	437.293	6.290.557	1.234.652	5.743.189	1.234.652	5.743.189	547.368
Despesas de Capital	2.743.965	97.714	2.841.679	472.418	2.194.869	472.418	2.194.869	646.810
Investimentos	1.611.710	66.086	1.677.796	293.787	1.046.320	293.787	1.046.320	631.476
Inversões Financeiras	135.869	(41.193)	94.676	21.712	82.785	21.712	82.785	11.891
Amortização da Dívida	996.385	72.821	1.069.207	156.919	1.065.764	156.919	1.065.764	3.442
Reserva de Contingência	31.500	(31.446)	54	-	-	-	-	54
Subtotal das Despesas (VIII)	16.425.949	733.652	17.159.602	3.541.657	15.853.588	3.541.657	15.853.588	1.306.013
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)= (VIII+IX)	16.425.949	733.652	17.159.602	3.541.657	15.853.588	3.541.657	15.853.588	1.306.013
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	92.861	-
Total (XII)=X+XI	16.425.949	733.652	17.159.602	3.541.657	15.853.588	3.541.657	15.946.449	1.306.013

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Dez/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513	601.436	63.017	78.254	588.530	679.690
Março	486.953	567.745	48.790	58.047	535.743	625.792
Abril	526.342	601.722	67.908	59.602	594.250	661.324
Maiο	601.883	551.866	66.249	87.458	668.132	639.324
Junho	616.439	597.869	65.828	82.583	682.267	680.452
Julho	514.707	606.423	85.607	91.280	600.314	697.703
Agosto	490.534	637.657	82.891	95.985	573.425	733.642
Setembro	625.826	785.574	77.998	76.935	703.824	862.509
Outubro	634.026	770.089	52.120	82.240	686.146	852.329
Novembro	618.966	661.459	49.475	57.267	668.441	718.726
Dezembro	599.895	692.060	82.788	104.665	682.683	796.725
Total	6.877.127	7.691.673	772.828	927.150	7.649.955	8.618.823

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da receita tributária ¹ - Bahia: Jan/2005 - Dez/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	666.048	636.613	31.580	54.445	697.627	691.058
Fevereiro	548.087	620.135	65.724	80.687	613.811	700.822
Março	502.908	588.043	50.389	60.122	553.297	648.166
Abril	540.855	623.092	69.780	61.719	610.635	684.811
Maiο	620.054	569.330	68.249	90.226	688.303	659.555
Junho	637.916	612.709	68.122	84.633	706.038	697.342
Julho	534.798	620.420	88.949	93.387	623.746	713.807
Agosto	513.718	649.715	86.809	97.800	600.527	747.515
Setembro	656.271	798.520	81.792	78.203	738.064	876.723
Outubro	660.684	776.518	54.311	82.927	714.995	859.445
Novembro	642.864	663.201	51.385	57.418	694.249	720.619
Dezembro	622.650	692.060	85.928	104.665	708.578	796.725
Total	7.146.852	7.850.356	803.018	946.231	7.949.870	8.796.587

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de dezembro/2006 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Dez/2006												R\$ 1.000
Períodos	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
Janeiro 2006	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Maio	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578
Junho	236.615	1.348.532	11.735	66.489	-	44.872	18.757	103.014	19.251	36.524	286.358	1.598.936
Julho	212.019	1.560.551	11.303	77.792	25.371	70.243	16.403	106.864	3.850	40.374	268.947	1.867.883
Agosto	214.511	1.775.062	11.561	89.354	-	70.243	16.371	110.714	3.850	44.224	246.294	2.114.176
Setembro	199.305	1.974.367	14.894	104.247	-	70.243	15.374	114.564	3.850	48.074	233.422	2.347.599
Outubro	180.610	2.154.977	12.577	116.824	25.140	95.384	13.911	118.415	3.850	51.925	236.089	2.583.687
Novembro	222.445	2.377.423	12.654	129.478	-	95.384	17.045	153.078	34.664	86.588	286.808	2.870.496
Dezembro	270.512	2.647.935	17.092	146.570	-	95.384	20.726	187.742	34.664	121.252	342.994	3.213.490

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF

Município

Balanço Orçamentário Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2006							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Nov-Dez/2006 (b)	% b/a	Jan-Dez/2006 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	2.153.816	2.158.646	389.451	18,0	1.873.868	86,8	284.778
Receita Tributária	572.188	572.243	105.732	18,5	610.892	106,8	(38.649)
Impostos	482.454	482.454	97.132	20,1	527.933	109,4	(45.479)
Taxas	89.734	89.789	8.363	9,3	80.902	90,1	8.887
Outras Receitas Tributárias	-	-	237	-	2.057	-	-
Receita de Contribuições	82.793	82.793	14.193	17,1	72.594	87,7	10.199
Contribuições Sociais	37.254	37.254	7.275	19,5	29.281	78,6	7.973
Contribuições Econômicas	45.539	45.539	6.918	15,2	43.313	95,1	2.226
Receita Patrimonial	49.043	49.043	4.595	9,4	31.107	63,4	17.936
Receitas Imobiliárias	1.382	1.382	130	9,4	1.006	72,8	376
Receitas de Valores Mobiliários	10.251	10.251	2.042	19,9	16.437	160,3	(6.186)
Receitas de Concessões e Permissões	24.977	24.977	2.330	9,3	13.410	53,7	11.567
Outras Receitas Patrimoniais	12.433	12.433	93	0,7	254	2,0	12.179
Receita Industrial	3.900	3.900	121	3,1	583	14,9	3.317
Receita da Indústria de Construção	3.900	3.900	121	3,1	583	14,9	3.317
Receita de Serviços	29.303	31.592	1.077	3,4	6.676	21,1	24.916
Receita de Serviços	29.303	31.592	1.077	3,4	6.676	21,1	24.916
Transferências Correntes	1.190.445	1.192.931	245.468	20,6	1.058.487	88,7	134.444
Transf. Intergovernamentais	1.144.185	1.144.185	222.066	19,4	1.020.322	89,2	123.863
Transf. de Instituições Privadas	8	8	23.935	299.187,5	24.105	301.312,5	(24.097)
Transf. de Pessoas	-	-	35	-	38	-	(38)
Transferências de Convênios	46.252	48.738	(568)	(1,2)	14.022	28,8	34.716
Outras Receitas Correntes	226.144	226.144	18.265	8,1	93.529	41,4	132.615
Multas e Juros de Mora	76.359	76.359	10.951	14,3	47.648	62,4	28.711
Indenizações e Restituições	-	-	887	-	5.216	-	(5.216)
Receita da Dívida Ativa	137.484	137.484	5.688	4,1	34.680	25,2	102.804
Receitas Correntes Diversas	12.301	12.301	739	6,0	5.985	48,7	6.316
Receitas de Capital	66.317	66.367	8.790	13,2	30.744	46,3	35.623
Operações de Crédito	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Operações de Crédito Internas	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Alienação de Bens	151	151	-	-	39	25,8	112
Alienação de Bens Móveis	151	151	-	-	39	25,8	112
Transferências de Capital	54.438	54.488	8.790	16,1	30.705	56,4	23.783
Transf. Intergovernamentais	4.020	4.020	-	-	-	-	4.020
Transferências de Convênios	50.418	50.468	8.790	17,4	30.705	60,8	19.763
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Deduções da Receita Corrente	(77.883)	(77.883)	(17.205)	22,1	(74.081)	95,1	(3.802)
Subtotal das Receitas (I)	2.142.250	2.147.130	381.036	17,7	1.830.531	85,3	316.599
Déficit (II)	-	-	-	-	82.648	-	-
Total (III)= (I+II)	2.142.250	2.147.130	381.036	17,7	1.913.179	85,3	316.599

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS - Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

Balço Orçamentário									R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan - Dez/2006									
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Nov-Dez/ 2006 (d)	Jan-Dez/ 2006 (e)	Nov-Dez/ 2006 (f)	Jan-Dez/ 2006 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.879.810	93.419	1.973.229	261.264	1.852.040	412.167	1.771.564	89,8	201.665
Pessoal e Encargos Sociais	600.567	46.663	647.230	80.109	618.028	152.144	616.997	95,3	30.233
Juros e Encargos da Dívida Interna	80.095	(4.369)	75.726	2.099	69.986	11.921	69.476	91,7	6.250
Outras Despesas Correntes	1.199.148	51.125	1.250.273 -	179.056	1.164.026	248.102	1.085.091	86,8	165.182
Despesas de Capital	259.921	(83.805)	176.116	12.116	145.456	33.252	141.615	80,4	34.501
Investimentos	180.947	(88.105)	92.842	11.771	65.012	19.528	61.646	66,4	31.196
Inversões Financeiras	4.018	(109)	3.909	46	3.304	675	3.046	77,9	863
Amortização da Dívida	74.956	4.409	79.365	299	77.140	13.049	76.923	96,9	2.442
Reserva de Contingência	2.519	-	2.519	-	-	-	-	-	2.519
Subtotal das Despesas (I)	2.142.250	9.614	2.151.864	273.380	1.997.496	445.419	1.913.179	88,9	238.685
Amortização da Dívida/Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	2.142.250	9.614	2.151.864	273.380	1.997.496	445.419	1.913.179	88,9	238.685
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.142.250	9.614	2.151.864	273.380	1.997.496	445.419	1.913.179	88,9	238.685

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS - Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

